

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC / CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
(PPGEDUC)

FABIANO VIANA OLIVEIRA

**DIFUSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO A PARTIR DO SUJEITO: Subjetivação
do Sujeito nas relações de micropoder tendo como instrumento o Livro Acadêmico
Digital em uma Comunidade Acadêmica**

Salvador

2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC / CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
(PPGEDUC)

FABIANO VIANA OLIVEIRA

**DIFUSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO A PARTIR DO SUJEITO: Subjetivação
do Sujeito nas relações de micropoder tendo como instrumento o Livro Acadêmico
Digital em uma Comunidade Acadêmica**

Tese apresentada ao PPGEDUC do
DEDC da UNEB como parte de
processo de doutoramento em Educação
e Contemporaneidade.

Orientador: Arnaud Soares de Lima Jr

Co-orientador: Djalma Fiuza Almeida

Salvador

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

O48d

Oliveira, Fabiano Viana

Difusão social do conhecimento a partir do sujeito: subjetivação do sujeito nas relações de micropoder tendo como instrumento o livro acadêmico digital em uma comunidade acadêmica / Fabiano Viana Oliveira. - Salvador, 2022.

148 fls : il.

Orientador(a): Prof^o Dr. Amaud Soares de Lima Junior.

Coorientador(a): Prof^o Dr. Djalma Fiuza Almeida.

Inclui Referências

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I. 2022.

1.Livros eletrônicos. 2.Difusão - Sociologia do conhecimento.
3.Internet - Aspectos sociais. 4.Tecnologias digitais.

CDD: 378

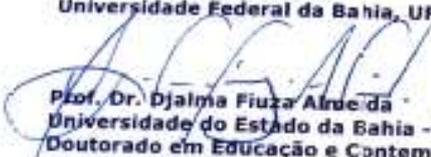
FOLHA DE APROVAÇÃO

DIFUSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO A PARTIR DO SUJEITO: SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO NAS RELAÇÕES DE MICROPODER TENDO COMO INSTRUMENTO O LIVRO ACADÊMICO DIGITAL EM UMA COMUNIDADE ACADÊMICA

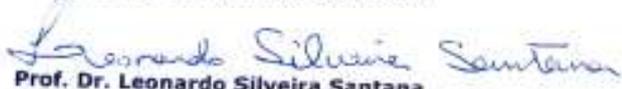
FABIANO VIANA OLIVEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc, em 03 de junho de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Arnaut Soares de Lima Junior
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dr. Djalma Fiuza Almeida
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil


Prof. Dr. Luis Américo Silva Bonfim
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dr. Leonardo Silveira Santana
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil


Profa. Dra. Nilda Silva de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Artes Visuais
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Profa. Dra. Mary Váida Souza Sales
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Agradecimentos

Agradeço ao professor Arnaud Soares de Lima Jr pela orientação e dedicação ao trabalho de educador que a tantos inspira. Agradeço ao professor Djalma Fiuza por sempre ter me desafiado a fazer minhas escolhas e assumir meus posicionamentos durante a pesquisa. Agradeço aos membros da banca pelas importantes considerações ao longo do meu processo de qualificação. Agradeço ao grupo de pesquisa em Educação e Humanidades (Umanitá) pela dedicação e companheirismo ao longo da jornada. Agradeço aos colegas e professores do programa de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), especialmente aos professores Eliseu, Lourdes e Liege e aos colegas Eduardo, Vigna, Danilo e Alan. Agradeço também aos meus colegas da Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB), em especial a professora Sandro Soares, que sempre me apoiou. Agradeço ao professor Waldomiro José Silva Filho da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA por ter me iniciado pelos caminhos da filosofia. E agradeço a minha esposa Aliger e meu filho Miguel pela paciência e apoio ao longo de todo este caminho.

Resumo

Esta tese teórica afirma que no contexto da educação na contemporaneidade o livro acadêmico digital é um instrumento para a difusão social do conhecimento que acontece pela ação dos sujeitos nas relações de micropoder inerentes às relações entre professores e alunos numa comunidade acadêmica e que geram na subjetivação dos conteúdos algo que vai além da instrumentalidade do próprio livro acadêmico digital. Com uma abordagem metodológica guiada pelo rigor dos questionamentos e abertura à minha expressão subjetiva, as referências iniciais sobre tecnologias digitais, o livro digital e sobre difusão do conhecimento são reelaboradas para uma compreensão singular sobre a difusão social do conhecimento como subjetivação dos sujeitos de relações institucionais acadêmicas e que mesmo inseridos no contexto de relações de micropoder afirmam a si mesmos com a possibilidade não só de difundir conhecimento, mas também de conhecerem a si mesmos, por isso indo além da instrumentalidade do objeto livro acadêmico digital. As bases teóricas foram as categorias subjetivação e micropoder a partir da obra de Michel Foucault e os objetivos foram expor a minha compreensão sobre a difusão social do conhecimento a partir dos sujeitos nas relações de micropoder inerentes às relações entre professores e alunos numa comunidade acadêmica, exemplificada pela vivência da Editora Universitária e do programa de pós-graduação *stricto sensu* da mesma universidade. Para isso realizando uma descrição analítica do funcionamento da Editora Universitária; depois apresentando algum referencial teórico sobre tecnologia digital, livro acadêmico digital e difusão social do conhecimento; e para enfim expor sobre como entendo a difusão social do conhecimento a partir dos sujeitos nas relações de micropoder inerentes às relações entre professores e alunos numa comunidade acadêmica.

Palavras Chave: Livro acadêmico. Livro digital. Micropoder. Difusão do conhecimento. Difusão social do conhecimento. Subjetivação.

Abstract

This theoretical thesis states that in the context of contemporary education, the digital academic book is an instrument for the social diffusion of knowledge that takes place through the action of subjects in the micropower relations inherent in the relationships between teachers and students in an academic community and that generate in the subjectivation of the subjects. content something that goes beyond the instrumentality of the digital academic book itself. With a methodological approach guided by the rigor of the questions and openness to my subjective expression, the initial references on digital technologies, the digital book and on the diffusion of knowledge are re-elaborated for a unique understanding of the social diffusion of knowledge as subjectivation of the subjects of institutional relations. academics and that, even inserted in the context of micropower relations, affirm themselves with the possibility not only of disseminating knowledge, but also of knowing themselves, therefore going beyond the instrumentality of the digital academic book object. The theoretical bases were the categories subjectivation and micropower from the work of Michel Foucault and the objectives were to expose my understanding of the social diffusion of knowledge from the subjects in the micropower relations inherent to the relations between teachers and students in an academic community, exemplified for the experience of University Publisher and the *stricto sensu* postgraduate program at the same university. For this, carrying out an analytical description of the functioning of University Publisher; then presenting some theoretical framework on digital technology, digital academic book and social diffusion of knowledge; and finally to explain how I understand the social diffusion of knowledge from the subjects in the micropower relations inherent to the relations between professors and students in an academic community.

Keywords: Academic book. Digital book. Micropower. Knowledge diffusion. Social diffusion of knowledge. Subjectivation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Problemática.....	13
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 Justificativa.....	21
1.4 Uma metodologia como posição particular.....	23
2. UMA DESCRIÇÃO ANALÍTICA DO LIVRO ACADÊMICO DIGITAL DE UMA EDITORA UNIVERSITÁRIA.....	30
3. ALGUM REFERENCIAL TEÓRICO.....	56
3.1 Tecnologia Digital.....	57
3.2 Livro Acadêmico Digital.....	64
3.3 Difusão Social do Conhecimento.....	72
3.4 Sínteses e Apropriações.....	81
4. O LIVRO ACADÊMICO DIGITAL COMO POTENCIAL INSTRUMENTO DE DIFUSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO.....	88
4.1 Aprofundando a Problematização sobre a Difusão Social do Conhecimento.....	98
4.2 Difusão Social do Conhecimento nas relações de micropoder entre Professores e Estudantes.....	106
4.3 Difusão Social do Conhecimento como Subjetivação do Sujeito.....	114
4.4 Para além do Livro Acadêmico Digital como instrumento de Difusão Social do Conhecimento.....	125
4.5 Sinergia entre o Poder e o Amor.....	129
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
Referências.....	140
Anexo.....	147

1. INTRODUÇÃO

Ao leitor que começa agora a ler esta tese, esclareço que este começo na verdade foi escrito muito mais perto do fim. É algo normal neste tipo de escrita acadêmica produzir partes e depois refletir o como estas partes se juntam num todo. Então por isso advirto que esta introdução foi escrita e reescrita algumas vezes após eu já ter produzido minha argumentação principal.

Comecei pelo capítulo 2, no qual faço uma descrição analítica de como uma editora universitária, exemplificada aqui pela Editora da Uneb, produz o livro acadêmico digital com a finalidade de propagar a produção científica e acadêmica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade do Estado da Bahia. A partir desta descrição, fruto de minha inserção como assessor de comunicação da Editora da Uneb em conjunto com uma breve revisão de literatura acadêmica sobre as pesquisas sobre o livro digital em teses e dissertações, pude elaborar a problemática que antecipo aqui: **como posso entender a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento nas relações de micropoder presentes num ambiente acadêmico exemplificado num programa de pós-graduação *stricto sensu* e pelo funcionamento de uma editora universitária?**¹. Neste sentido, o capítulo 2 serviu de escada para eu poder chegar na verdadeira problemática que deslocou a minha atenção muito mais para como acontece a difusão social do conhecimento, independente do instrumento utilizado.

Encontrado o problema e a problemática me voltei para as questões metodológicas, pois estas só podiam ser elaboradas a partir do objeto de pesquisa de minha elaboração. Já tinha em mente que uma demarcação epistemológica que valorizasse a minha expressão singular sobre o objeto era essencial, daí que me esforço para defender aqui no item 1.3 dessa introdução a pesquisa teórica de cunho qualitativo como forma de liberar meu olhar subjetivo sobre as questões por mim mesmo colocadas e para isso me inspirei nas elaborações de Lima Jr e Almeida (2019) quando falam sobre a valorização do “saber do sujeito” na pesquisa teórica e também em Galeffi (2009) que constrói a noção de um “rigor outro” na pesquisa

¹ Esta formulação expressa não um sujeito abstrato, mas a minha subjetividade singular e que assume o potencial de uma demarcação e transformação das questões aqui trazidas.

qualitativa. Essas inspirações serviram como base para uma argumentação e escrita que só posso definir como singular, expressando meu modo de pensar e o que eu fui capaz de construir a partir de minha própria autoria.

Estabelecido os objetivos da pesquisa a partir da problemática e da metodologia, parti para o questionamento teórico propriamente dito sobre o livro acadêmico digital como uma tecnologia digital e como esta poderia ser colocada disponível para uma possível promoção da difusão social do conhecimento. As bases teóricas me permitiram formular que não são os instrumentos tecnológicos em si que promovem a difusão social do conhecimento, mas sim os sujeitos em seus processos de subjetivação ao usar o livro acadêmico digital de uma editora universitária em um ambiente propício como o de um programa de pós-graduação *stricto sensu* nos relacionamentos entre professores e alunos, sendo eu mesmo um destes e por isso justificando tal foco, pois é uma vivência real e que pode ser perceptível e compreendida por outros possíveis leitores da mesma e de outras comunidades similares.

Assim busquei nas obras de Michel Foucault², *Microfísica do Poder* (1998) e *Hermenêutica do Sujeito* (2006), as categorias necessárias para entender como acontece essa suposta difusão social do conhecimento tendo como instrumento o livro acadêmico digital. Pois, como afirma Vasconcellos (2007, p.15), Foucault é um pensador do presente e é um presente pensado como espaço de intervenção e de criação, não apenas das conhecidas práticas discursivas de saber e poder, mas principalmente de sujeição e de subjetivação vinculados aos mais diversos contextos contemporâneos. Porém, lembrando o que disse Guattari (2007, p.33), tomo emprestado alguns dos seus “instrumentos, e quando for o caso, desviar (desvio) o seu uso ao meu bel-prazer.” Afirmando assim que é a minha formulação que deve prevalecer e não a dos autores citados. Coloco isso na mesma intenção que Tucheran (2007, p.108) afirma querer crer que seria bem-vindo ao próprio Foucault a ideia de ter seu pensamento como aliado para a formulação de novas teorias em vez de simplesmente ser citado ininterruptamente, permanecendo assim sempre onde já estava.

² Autor que para Lugarinho (2007, p.162) tem óbvia penetração em várias áreas do pensamento brasileiro centrado na universidade.

Evidentemente as categorias de Foucault acima mencionadas são tratadas como conceitos articuláveis, porém devo admitir que a própria noção de subjetivação tem uma presença muito mais ampla e vinculada ao que Lima Jr (2021) expõe como um significante do sujeito, por isso o modo como elaboro e desenvolvo tal noção na tese tem a ver com um modo de subjetivação muito mais meu do que o que o próprio conceito foucaultiano me permite extrair, devido a própria natureza singular da minha escrita de tese.

Com este impulso, nesta tese fui do livro digital ao livro acadêmico digital, enxergando sempre o livro como um produto que serve ao propósito de comunicar os conteúdos produzidos prioritariamente em programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade, que é também a visão institucional da própria editora universitária onde trabalho. Depois do livro acadêmico digital como instrumento para a difusão do conhecimento à difusão social do conhecimento como sujeição nas relações de micropoder entre professores e alunos e, finalmente, como subjetivação dos sujeitos diante do instrumento livro acadêmico digital. Tudo isso articulado com o impulso subjetivo questionador de um lado e do outro pelo meu desejo e empenho de comunicador (sou publicitário de formação) em ser o mais claro e simples possível na minha escrita, entendendo é claro que isso é uma impossibilidade inerente a nós, sujeitos incompletos que somos, mas me servindo para demarcar o meu estilo de escrita; especialmente em se tratando de uma tese teórica que necessita garantir o seu (meu) rigor em si mesmo, no seu (meu) argumento e limites (meus limites) da linguagem.

Foi assim que escrevi os capítulos 3 e 4 com idas e vindas de revisão nos objetivos e algumas reformulações nas bases teóricas presentes no capítulo 3; no qual apresento algum referencial teórico sobre tecnologia digital, sobre o livro acadêmico digital e sobre difusão social do conhecimento; e também no capítulo 2 já mencionado. Posteriormente inseri um novo item no capítulo 3 com maiores apropriações das categorias foucaultianas de sujeição e subjetivação, dando mais bases para o que foi desenvolvido no capítulo 4.

Por fim escrevi as considerações finais, mas o tempo todo retornando aos diversos pontos da tese como forma de continuar exercendo o questionamento, que além de ser uma forma de demarcar a sempre abertura no que pode ser elaborado sobre o objeto de pesquisa, é também uma forma de eu evitar confundir certezas pessoais com formulações argumentativas,

e assim chegar ao nível de coerência no que queria expressar sobre minha compreensão sobre o objeto na esperança que você leitor possa ter um mínimo dessa mesma compreensão.

1.1-Problemática

A sociedade atual parece viver um constante processo de transformação tecnológica. As crenças absolutas são postas em questão e os papéis fixos estão sendo flexibilizados (BERMAN, 1986). Apreendo tal contexto com uma atitude questionadora a respeito de qualquer formulação e afirmação que tente dar conta da realidade. Neste mesmo contexto, o livro acadêmico como instrumento de exposição de produção acadêmica, numa fusão entre a educação e a leitura, que parecem ser fundamentais para a construção e manutenção tanto da autonomia pessoal quanto da ordem social, está sendo desafiado a se adaptar e, muito mais, aproveitar-se de supostas novas tecnologias da informação e comunicação para continuar tendo um papel relevante na difusão do conhecimento. Esclarecendo que, neste momento (2021) a Editora da Uneb, que é meu local de trabalho e que muito será usada aqui como exemplo de editora universitária, produz o chamado livro digital estático³, isto é, uma versão digital (um arquivo digital) do livro impresso. Este reconhecimento conjuntural técnico demarca o meu ponto de partida nesta tese.

A disseminação do conhecimento está expressa na missão de muitas editoras universitárias como a Editora da Uneb e como assessor de comunicação da mesma, posso afirmar sobre a necessidade de formular esta problematização a respeito de tal missão dentro do contexto do uso do livro acadêmico digital como uma tecnologia digital que pode servir para realizar tal intenção institucional. Uso aqui os termos instrumento e instrumental semelhante ao sentido dado por Sales (2013, p.50-51) que, citando Vygotsky para explicar processos cognitivos de aprendizagem, afirma ser algo que serve para comunicar um conteúdo. O processo de internalização é do sujeito, mas o instrumento, que é exterior, é necessário para a comunicação.

³ O livro digital estático é caracterizado como uma reprodução em formato digital, em geral em PDF, de livros que também podem estar disponibilizados em formato impresso. Diferente do que existe de tecnologia disponível para formatos digitais, não há links ativos (hiperlinks) no arquivo, não há ferramentas interativas e nem aplicações multimídia. É uma escolha estética e política que reflete um direcionamento conjuntural quanto às publicações digitais da Editora. Tal distinção terá valor compreensivo em outros momentos da tese quando voltar a me referir ao livro digital da Editora da Uneb como sendo deste tipo.

Utilizo o termo **LIVRO** para designar o produto ou objeto através do qual os sujeitos autores, com a mediação de uma editora, comunicam os conteúdos escritos e/ou não verbais também fruto de suas reflexões e necessidades expressivas para sujeitos leitores. Este instrumento de comunicação e suporte para leitura deve receber aqui sua atribuição mais comum, apenas tendo como especificidades as qualificações de “acadêmico” e “digital”, designando sua origem e contexto de produção escrita, isto é, na universidade e com fins universitários (pesquisa e estudo), e estabelecendo sua modalidade de suporte, como sendo elemento tecnológico básico da problematização do contexto apresentado acima e a seguir. Sem dúvida existem outros atributos e problematizações possíveis de serem feitas sobre a palavra livro, mas esta demarcação exclusivamente instrumental e técnica é a posição por mim adotada para fazer o tipo de pesquisa que desejo fazer.

A educação faz parte da formação inter-humana e, como elemento cultural e estético que faz parte de um contexto que precisa da difusão do conhecimento como parte do processo, mesmo que seja num contexto reprodutivista (POLICARPO JR, 2016, p.134-135), tem no livro acadêmico digital um potencial instrumento para isso.

A ciência, a literatura e a cultura de um povo podem estar expressos neste veículo de comunicação (IBIDEM, p.145), pois o livro acadêmico digital pode ser um estímulo à leitura, devido às facilidades de acesso inerentes à tecnologia digital (ou novas tecnologias), pelo menos nas visões mais apologéticas sobre a mesma. Tais visões que são aqui reconhecidas como tendo certa validade têm seus limites justamente no reconhecimento de que nada disso ocorre sem que haja a vontade ativa dos sujeitos para tornar tais situações existentes e significantes.

Quero aqui primeiro esclarecer como entendo tecnologia e a que se referem essas “novas tecnologias”. Entendo como tecnologia tudo que é usado pelas pessoas para atingir algum fim. Nesse sentido uma ferramenta rudimentar, um computador e uma técnica didática aprendida são todas tecnologias. Na visão sobre tecnologia que apresento aqui esse ponto de partida conceitual é adotado em princípio, pois parto de uma compreensão instrumental de tecnologia, mas que serve para evoluir para uma noção de tecnologia diferente, que leve em

conta o papel predominante dos sujeitos. Este ponto de vista é desenvolvido a partir de Lima Jr e Cunha (2009) e Sales (2013).

A partir deste parâmetro, o que seriam as “novas” tecnologias mencionadas acima? Tentando me afastar da tendência modista de usar o novo como algo melhor que o antigo, aqui me refiro às tecnologias da chamada era digital, isto é, momento vivenciado em que há uma aparente predominância de usos de aparatos computacionais na vida cotidiana de uma grande parte das pessoas que inerentemente usam e trabalham com estas tecnologias, que podem ser exemplificadas pelo livro acadêmico digital. Daí a admissão deste como parte daquilo chamado de novas tecnologias, mas que prefiro chamar de tecnologias digitais.

O livro acadêmico digital da Editora da Uneb pode ser considerado um exemplo desse tipo de tecnologia, pois o mesmo, expresso em seus diversos títulos, está presente ou disponível nos ambientes digitais acessíveis via tais aparatos computacionais: computadores, tablets, celulares etc. E este é também qualificado como acadêmico por ter sido produzido a partir do material chancelado pelos meios acadêmicos, isto é, programas de pós-graduação, conselhos e bancas compostas por professores universitários com título de doutor e que tem como prioridade a disseminação do conhecimento produzido na universidade.

O livro (seja de que tipo for: impresso, digital ou falado – os audiolivros) é um aparato tecnológico que serve primordialmente para disponibilizar informações ou conteúdos entre pessoas que estão em espaços e/ou tempos diferentes. É um suporte para escrita, na definição mais simplista, um veículo de comunicação destinado a propagar, difundir e conservar o texto. Neste caso, entendo que tornar disponível não significa transmitir ou mesmo difundir no sentido que uso aqui, pois para isto vai depender da vontade dos sujeitos em suas singularidades e desejos.

A categoria difusão do conhecimento como elaboro aqui, é composta pelo conceito de conhecimento e decorrente difusão do mesmo, que exigem de mim o reconhecimento de certos limites teóricos para que o livro acadêmico digital de editoras universitárias como a Eduneb possa ser inserido como exercendo papel no processo. Ao pensar em conhecimento, logo penso em conhecimento científico, uma forma específica de racionalidade que teve

nascimento no século 16 com Copérnico e Galileu, e que chega aos seus limites ainda durante o século 20, com uma subversão pontual sobre as questões da subjetividade como parte do mesmo processo, pois chama atenção para estes limites, já que vai além dos conhecimentos formalizados academicamente. Afinal para afirmar uma difusão do conhecimento que seja social, esta não pode incidir apenas sobre conteúdos formais, devendo também levar em consideração outros processos de produção de sentido de forma mais ampla. (LIMA JR, 2005; 2021).

O tema da difusão do conhecimento neste contexto parece precisar lidar com esta questão geral da subjetividade e que eu abordo por duas vertentes originárias de um mesmo corpo teórico a partir de duas obras de Michel Foucault: *Hermenêutica do Sujeito* (2006) e *Microfísica do Poder* (1998). Na primeira vertente eu apresento a subjetividade na difusão do conhecimento como parte da chamada subjetivação, mais especificamente nos trechos que apresentam a relação do mestre para com o aprendiz⁴ que aprende sobre si através dos conteúdos, o que o leva a um processo de subjetivação das verdades aprendidas com o mestre, isto é, tornando-as verdades suas, subjetivas ou singulares.

Na segunda vertente, mais conhecida, a subjetividade emerge dentro das micro relações de poder entre aqueles dotados de um suposto saber e aqueles que estão na posição de receptores desse saber, numa posição suposta de sujeição. Nos dois casos, a difusão do conhecimento parece acontecer a partir de processos complementares de afirmação e negação dos sujeitos envolvidos. Isso parece ocorrer devido à natureza relacional do poder, segundo a acepção foucaultiana. O poder, não sendo propriedade de um sujeito, emerge na relação entre sujeitos no uso de seus saberes atribuídos e desejos de aprender assumidos, daí afirmando e negando ao mesmo tempo. No item 3.4 estas categorias são mais profundamente elaboradas para que assim eu possa fazer tal construção teórica aqui apenas esboçada e que será plenamente desenvolvida no capítulo 4 da tese.

⁴ Preciso deixar claro que este binômio “mestre-aprendiz” como relação na situação histórica estudada por Foucault (2006) representa de fato uma constante e infinita possibilidade de afirmação do sujeito perante a relação de poder, o qual pode sempre superar a idealização do saber do mestre e afirmar a sua subjetividade, vis-a-vis, é uma subjetivação.

Algumas perguntas que posso formular a partir do que introduzi, mas ainda sem ser a pergunta principal movente da tese, são: como o livro acadêmico digital pode contribuir para a difusão social do conhecimento? o que é o livro acadêmico digital? e o que é difusão social do conhecimento? Tal articulação de categorias exige alguma compreensão prévia das mesmas, pois só me é possível formular perguntas sobre um tema quando o mesmo já tem alguma presença em meu espírito, se não fico sem ponto de partida.

Assim, posso me considerar um sujeito inserido no contexto da produção de livros acadêmicos, pois sou assessor de comunicação da Editora da Uneb, e também no contexto da difusão do conhecimento, por ser eu mesmo escritor e também professor. Tais experiências prévias me dão noções, que podem evidentemente ser questionadas, sobre o objeto livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento. A inserção cotidiana com tais elementos do objeto de pesquisa tende a causar um certo deslumbramento em mim que só pode ser equilibrado com o maior aprofundamento teórico sobre as categorias e com o claro posicionamento político a respeito das mesmas, evitando assim ser apenas um discurso apologético sobre o tema.

Diante do que foi problematizado, entendo o livro acadêmico digital como um instrumento tecnológico de comunicação de informações (conhecimento produzido) e a difusão social do conhecimento como um processo em que sujeitos partilham suas impressões e sentidos sobre conhecimentos produzidos e propagados por vias e técnicas sociais diversas. Então, ao propagar via livro acadêmico digital a sua produção editorial, uma editora universitária como a Eduneb está cumprindo um certo papel institucional de disponibilizar arquivos digitais na Internet que são versões dos livros que foram publicados a partir da produção de conhecimento advinda dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da própria universidade e que tem sua prioritária circulação justamente entre os sujeitos (autores ou não) professores e alunos desses próprios programas, daí pergunto: **como posso entender a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento em relações de micropoder presentes num ambiente acadêmico exemplificado tanto no funcionamento de uma editora universitária quanto num programa de pós-graduação *stricto sensu*?** Este é o meu problema de

pesquisa. Deixando claro que a Eduneb serve aqui de exemplo da atuação das editoras universitárias devido a minha inserção como servidor na mesma, não se constituindo assim em um estudo de caso, apenas um modelo exemplar.

1.2-Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Tal problemática me impõe o objetivo de expor como posso entender a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento em relações de micropoder presentes num ambiente acadêmico exemplificado tanto no funcionamento de uma editora universitária quanto num programa de pós-graduação *stricto sensu* e que também estão inevitavelmente inseridas em relações sociais e institucionais de poder mais amplas e interesses diversos. Apesar de essa não ser uma pesquisa empírica, este objetivo revela como fonte de informação inevitável a minha inserção tanto na editora da UNEB quanto no programa de pós-graduação em educação e contemporaneidade, que terminam por serem os meus *loci* tácitos de minhas descrições e elaborações na construção de minhas noções teóricas sobre a difusão social do conhecimento pelas via da subjetivação tendo como instrumento o livro acadêmico digital.

1.2.2 Objetivos Específicos

Tal objetivo geral pode ser decomposto nos objetivos parciais que refletem cada um dos capítulos da tese. No capítulo 2, que sucede este capítulo introdutório, me proponho a descrever analiticamente como a Editora da UNEB produz e propaga a sua produção editorial acadêmica em formato digital. Esta editora universitária em suas particularidades e diferenças em relação a outras de natureza similar serve de exemplo para tal descrição, mas preservando e valorizando a minha percepção subjetiva a respeito do que é descrito.

Munido dos aspectos descritivos sobre a editora universitária, no capítulo 3 busco demarcar via exposição escrita algum⁵ referencial teórico para os conceitos de tecnologia digital, livro acadêmico digital e difusão social do conhecimento, com sínteses e apropriações sobre subjetivação e sujeição como forma de ampliar a elaboração teórica sobre como entendo

⁵ Advirto que uso o termo “algum” justamente por reconhecer que o referencial teórico sobre qualquer tema nunca se esgota, por isso fiz escolhas que me ajudassem na construção do meu argumento, mas reconhecendo que a temática e as categorias se expandem muito mais que o que será aqui apresentado.

esta difusão social do conhecimento pela via do sujeito, cujo desenvolvimento e aprofundamento se encontram no capítulo 4.

Após uma maior contextualização da problematização sobre difusão do conhecimento no geral, no capítulo 4 me empenho em expor e sintetizar como entendo a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento nas relações de micropoder delineadas ao longo da tese tanto num programa de pós-graduação *stricto sensu* quanto na editora universitária. O que enfim me leva a formular algumas conclusões parciais e tecer considerações finais que podem vir a ser estímulo para novas pesquisas e questionamentos sobre o tema.

1.3-Justificativa

O atual avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ou Tecnologias de Comunicação e Informação (TCI) tem trazido uma série de mudanças nos mais diversos aspectos da vida humana em sociedade. Economia, trabalho, relações pessoais, cultura e evidentemente educação têm sido modificados de maneira drástica e provavelmente irreversível.

Esse tipo de introdução num texto argumentativo tem sido a expressão de um grande clichê, pois os discursos comuns nos falam o tempo todo (na mídia, nas rodas de conversa e nos textos especializados) sobre as maravilhas e perigos das novas tecnologias. Algo também visto em teses e dissertações sobre tema similar, tais como Gimenes (2016); Kama (2016); Prata (2016); Mello (2015); Oliveira (2014) e Ferreira (2016).

Realizei uma sondagem na plataforma de pesquisa de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶ com a expressão chave “livro digital” para fazer a busca entre os anos de 2012 e 2017⁷. Encontrei com esse filtro 88 referências ao tema. Dessas 88 selecionei 12 teses e dissertações que apresentaram afinidades com a minha temática a partir da leitura dos títulos e resumos. Esses trabalhos me serviram tanto na construção do objeto e problematização, como também no estabelecimento do contexto da pesquisa e estado atual aproximado da temática, por mais que de fato nenhuma fosse com o enfoque teórico que agora dou dentro da mesma, como apontado na metodologia. Já aqui adentrando no terreno de minha justificativa de relevância e novidade em relação ao tema. Esse exercício de sondagem da literatura em obras selecionadas, tanto livros de autores de renome como dissertações e teses de pesquisadores em áreas e temas afins, se justifica por si só, pois:

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca, no qual cada

⁶ Esta plataforma se encontra disponível no endereço <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>> e funciona de modo similar às ferramentas de busca na Internet, como o Google ou Yahoo. Ao inserir os parâmetros da busca com filtros e palavras chave para temas, áreas, autores etc., o sistema apresenta os resultados e resta a quem faz a pesquisa selecionar os resultados que mais lhe parece interessar.

⁷ Foi usado o mesmo critério usado pela Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para estabelecer a atualidade de uma publicação: os últimos 5 anos.

nova investigação se insere, complementando ou contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema. (ALVES, 1992, p.54).

Os conhecimentos comuns deste pesquisador e dos seus convivas: professores, autores, designers, editores e leitores do livro acadêmico digital da Editora da Uneb se justificam também como fonte de informação, pois são os sujeitos do senso comum de onde extraio a reflexão e no seu rastro as tentativas de formular a minha argumentação.

Essas fontes de informação contextuais sobre a temática me abriram a oportunidade e inquietação sobre uma visão quase que na totalidade instrumental sobre o livro acadêmico digital no geral e o da Editora da Uneb mais especificamente, como exemplo de editora universitária. Justifico assim como contribuição para o conhecimento do tema a busca de maior aprofundamento analítico sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento dentro dos parâmetros da problemática, objetivos e metodologia apresentados anteriormente. Pois nenhum dos textos até o momento por mim analisados apresentou uma visão sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento que levasse em conta como tal processo ocorre diante das relações de micropoder, categoria que está relacionada com os modos de subjetivação dos sujeitos professores (autores ou não) e alunos (leitores potenciais).

Meu desejo em desenvolver minha tese por esta via pode assim se justificar na honestidade da pergunta de como a difusão social do conhecimento realmente pode acontecer pela ação dos sujeitos e por estes parâmetros, independente até de qual instrumento abordado, pois, até onde pude ver, ninguém tratou do tema dessa maneira.

1.4-Uma metodologia como posição singular

A atividade humana de educar é algo que parece ir além da ciência, da filosofia e da própria profissão de educador em suas várias nuances, porém ao ser pesquisada como ciência apenas tende-se a se ignorar os esforços interpretativos e expressivos das várias outras formas de produzir e transmitir sentido (LIMA JR, 2021, p.123). Minha pergunta de pesquisa, que aqui reapresento **como sendo a minha possibilidade de entender a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento em relações de micropoder presentes num ambiente acadêmico exemplificado tanto no funcionamento de uma editora universitária quanto num programa de pós-graduação *stricto sensu*?**, por exemplo, é uma pergunta cuja metodologia de resposta dificilmente acha morada numa epistemologia fundamentalmente científica, pois a resposta não é quantificável, ela precisa ser descritiva, interpretativa e inevitavelmente inacabada, porque essa resposta sobre o sentido do objeto vai ser da constituição de mim como sujeito singular, sempre incompleto e inacabado.

Esta é uma pesquisa teórica de cunho qualitativo com elementos descritivos formulados a partir da minha vivência empírica e pessoal tanto num programa de pós-graduação quanto numa editora universitária dos quais eu faço parte como doutorando e funcionário, respectivamente. Isso significa que cabe a mim desenvolver um argumento teórico com rigor qualitativo utilizando da descrição em alguns momentos e da argumentação em outros com o propósito de realizar os objetivos propostos e também alguns esclarecimentos sobre o corpo teórico da tese.

Este modo de desenvolver minha problemática serve de expressão de um modo singular meu de elaborar questionamentos para mim mesmo e daí buscar respostas parciais sem a pretensão de esgotar a discussão, pois reconheço que nunca haverá uma verdade única e absoluta. Devo assim honestamente reconhecer a minha impossibilidade de afirmar ou refutar as grandes metanarrativas teóricas aqui abordadas em alguns momentos e por isso assumo uma forma de elaborar um conhecimento de base pessoal, um relato singular de uma experiência intelectual que pode ser refeita e revivida por outro. Isso quer dizer que, parafraseando Lima Jr (2021, p.73), para tal exposição devo ter em mente o posicionamento e

compreensão que eu tenho do objeto, para poder ser coerente comigo mesmo e com as bases que escolhi usar. Tendo assim o que eu entendo como sendo o que Galeffi (2009, p.15) chama de “rigor outro” na pesquisa em educação, uma “atitude existencial e epistemológica do pesquisador” que relaciono com a expressão das minhas escolhas metodológicas apresentadas aqui. Não colocando tal rigor como rebuscamento ou erudição exagerados, pois tento usar as palavras no nível de compreensão mais comum possível, evitando dogmatizar os termos, mesmo que preservando, quando pertinente, as bases e tradições de origem dos mesmos.

O texto resultante desse caminho que escolho é inevitavelmente singular e carregado do meu estilo de escrita que busca argumentar, descrever e narrar sobre o tema de um modo que às vezes pode até parecer uma justaposição de conceitos, mas cujo propósito é a composição escrita de minha compreensão sobre o objeto com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos.

Tais questões me fazem pensar que é possível realizar a pesquisa teórica com o mesmo rigor exigido por qualquer outra pesquisa. Por isso a adoção aqui nesta tese em primeiro lugar, pois, como afirma Galeffi (2009, p.20), não posso escapar de mim mesmo ao estar empenhado no meu rigor de pesquisa e mesmo toda a pretensão de exatidão e objetividade das ditas ciências duras não conseguem fugir deste vínculo com a subjetividade do pesquisador, restando a mim apenas o reconhecimento honesto de que seja o que for que conclua é relativamente verdadeiro dentro dos meus limites e capacidades.

Reforço assim o compromisso com este tipo de rigor em minha metodologia, pois a mesma chama atenção dos aspectos éticos e estéticos da construção de sentido diante das escolhas que faço e que refletem meu caminho ou método de pesquisa aos moldes de uma epistemologia como estética do sujeito (LIMA JR, 2021, p.55). É um elemento fundamental que quero aqui partilhar como fundamentação desse meu caminho é a frequente formulação de perguntas no formato de experimentos mentais ou estímulos argumentativos que podem ser desenvolvidos em estruturas tanto dedutivas quanto indutivas (elaborações já estabelecidas da epistemologia científica e filosófica que me aproprio livremente), a depender da fonte argumentativa. O que de fato vai além do que se propuseram os autores supracitados (Lima Jr

e Galeffi), sendo muito mais uma contribuição minha e de como vejo, compreendo e me apropriado dessa forma de construção de sentido.

Por exemplo: quando estiver descrevendo algo sobre o processo produtivo da Editora da Uneb e precisar formular um argumento a partir de elementos particulares para chegar numa conclusão geral, a estrutura é indutiva. E quando estiver tratando de algum conceito geral sobre a difusão social do conhecimento e usar proposições particulares como forma de confirmar o mesmo, então a estrutura é dedutiva. Constituindo assim uma técnica argumentativa inserida numa pesquisa teórica de base e rigor qualitativos com diálogos bibliográficos que servem de fundamento contextual para posterior autorização autoral e cumprimento dos objetivos da tese.

Ideia geral: o livro acadêmico digital é instrumento para propagar arquivos digitais via repositório, mas ao ser adotado por professores, alunos e pesquisadores se torna também instrumento de difusão social do conhecimento, pois envolve três aspectos: 1- atenção com o estudante por parte do mestre, que o recomenda; 2- expressão de relações de poder entre professores e estudantes/pesquisadores; 3- expressão de subjetividades de professores e estudantes nestes dois aspectos anteriores.

Sistematizando: o livro acadêmico digital de uma editora universitária é instrumento de difusão social do conhecimento a partir da participação ativa dos sujeitos de uma comunidade de trocas de conteúdo, ao estilo de um programa de pós-graduação *strictu senso*, que praticam dentro das suas relações de micropoder entre professores e estudantes o que Michel Foucault (2006) chama de “subjetivação”. Se tal proposição é verdadeira, então a descrição de como é feito o livro acadêmico digital da Editora da Uneb em conjunto com a elaboração teórica sobre as relações de micropoder e sobre a subjetivação dos conteúdos deverão expressar como acontece a difusão social do conhecimento pelos sujeitos deste tipo de comunidade. Tal formulação possível, que não deixa de ser uma abstração ou teorização subjetiva de minha parte, pode ser uma contribuição nova e relevante feita para o conjunto dos conhecimentos sobre o tema.

Então todo o esforço com este texto metodológico serve para eu tentar me afirmar como capaz de entrar nesse campo temático a partir do meu objeto de pesquisa. Não tenho aqui a pretensão de produzir uma metanarrativa que dê conta de todo um universo de estudo, mas sim demarcar e delimitar uma visão a respeito do mesmo objeto. Lembrando novamente com Galeffi (2009, p.50) que os fundamentos do conhecimento sobre o ser humano não podem ser expressos por estas metanarrativas a que me referi, pois, o nosso modo de existir vai além de qualquer medição exata, conferindo apenas a capacidade de compreender cada situação humana de maneira única e inacabada.

A compreensão pode advir do meu olhar particular sobre o objeto, o que pode ser ainda melhor validado pela demonstração lógica, não precisando depender de um experimento empírico para garantir rigor e relevância. Tudo vai depender do rigor e coerência com que eu, o pesquisador, me dedico a buscar respostas para as minhas perguntas. Tal rigor de qualidade única gera, segundo Galeffi (2009, p.32), uma multiplicação de métodos e técnicas de pesquisa, o que pode ser encarado como fraqueza do inquérito qualitativo. Porém, este advento criativo das múltiplas abordagens metodológicas diante de objetos que requerem pesquisa qualitativa tanto pode ser visto como fraqueza, como afirmado acima, mas também como força e amplitude de um modo específico de olhar a realidade humana que pode abranger uma grande variedade de olhares. O aspecto qualitativo da pesquisa pode assim levar a expressões particulares bastante enriquecedoras para o conjunto dos conhecimentos na área. E sendo a realidade humana muito mais complexa, diversa e inverificável do que pretende os limites das ciências quantitativas, negar a pesquisa qualitativa como tendo sua validade própria seria negar a própria criatividade humana, pois, similar ao que afirmam Lima Jr e Almeida (2019), é a criatividade do sujeito que pode promover um método de pesquisa mais propositivo que valoriza a singularidade do sujeito e não as imposições do próprio método como algo autônomo e vinculado a uma formulação definitiva sobre a verdade do objeto.

A noção de qualidade ou qualitativo se apresenta então como aspecto indistinguível da atividade humana de pensar e refletir sobre sua (nossa) própria realidade. Um dado precisa ser qualificado para se tornar uma informação, por mais objetiva que se apresente a posteriori. O que irei descrever na minha pesquisa qualitativa deverá interpretar qualidades da minha

percepção que não poderão ser reduzidas a nenhum tipo de esquema, “apesar de não se poder nunca descrever algo sem que se faça uso de esquemas e reduções inevitáveis.” (GALEFFI, 2009, p.35). Algo que parece fazer parte da própria formalidade acadêmica que aqui não se quer negar, apenas demarcar os seus limites dentro dos quais me proponho a escrever, mas me abrindo para a inevitabilidade de minha própria expressão subjetiva.

Um reflexo imediato por reconhecer essa posição como verdadeira é que toda afirmação, proposição, descrição ou argumentação nesta pesquisa teórica qualitativa apresenta elementos dessa expressão subjetiva ou “individuações intencionais” (GALEFFI, 2009, p.36), o que é algo fundamental aqui para perceber o quanto da pesquisa teórica tem da expressão do indivíduo pesquisador, pois ela se abre aos propósitos e olhar singulares de quem pesquisa e escreve sobre um objeto. A percepção singular pode parecer sem valor num dado momento ou contexto, mas ao ser reconhecido o valor em uma situação posterior, a contribuição se estabelece. E mesmo que essa não aconteça minha expressão singular permanece. Por isso uma parte de justificativa em minha abordagem e em meu modo de escrita, escolhendo o uso da primeira pessoa do singular ao longo da argumentação.

Estas escolhas, que são a base do elemento qualitativo da pesquisa aqui em exposição, refletem um certo espírito, que posso chamar de minha expressão singular sobre o objeto, que carrega tantos elementos significativos de uma cultura ou modelo de pensamento já existente em minha trajetória que não estou aqui por negar ou afirmar, mas apenas reconhecer e demarcar que não são suficientes para lidar com o objeto que desenvolvi.

Essa discussão metodológica termina por antecipar algo que vai ser elementar nos capítulos seguintes, pois trato aqui de um tipo específico de conhecimento: aquele chamado acadêmico (científico ou não) e que recebe as chancelas institucionais tais como ter sido aprovado por uma banca de mestrado ou doutorado, ter sido selecionado para publicação em periódicos e constar em livros publicados por editoras universitárias ou que tenham conselho editorial formado por acadêmicos. No entanto, em muitos momentos da argumentação tais chancelas podem ser postas em dúvida, pois expressam os desejos e interesses de sujeitos reais, o que, novamente, parece me autorizar a pensar meu tipo de pesquisa como parte de um sistema acadêmico, porém demarcando o reconhecimento de que não se pode limitar a

expressão subjetiva de qualquer forma de conhecimento a uma fórmula (chancela) pré-determinada. Novamente similar ao que afirmam Lima Jr e Almeida (2019) quando demarcam a necessidade de uma maior valorização do “saber singular do sujeito” na produção do conhecimento dito acadêmico.

Afinal, refletir teoricamente sobre a difusão social do conhecimento pelos sujeitos tendo como instrumento o livro acadêmico digital pareceria não contribuir para aprimorar o produto livro digital, para torná-lo mais aceitável aos leitores tradicionais de livros acadêmicos impressos ou ao mesmo tempo como torná-lo veículo para estímulo à leitura das gerações já inseridas no mundo digital, pois estas serão os trabalhadores e consumidores do futuro e precisam ser bem qualificadas. E sendo um exercício intelectual não quantificável e não reproduzível entre pesquisadores, apenas meramente propagado, que bem poderia oferecer à comunidade da ciência, da tecnologia ou do mercado e ao próprio aprimoramento da difusão social do conhecimento?

Talvez a primeira reação que atraia uma resposta negativa para tal pergunta seja quanto ao rigor da pesquisa. Afinal, que rigor pode oferecer uma pesquisa teórica de cunho qualitativo? Não seria a mera opinião individual de um sujeito pensando sobre um objeto? Mas Galeffi (2009, p.44) me ajuda a defender que o rigor na pesquisa qualitativa não se sustenta nas imposições do método que se reproduz para se afirmar como verdadeiro, isto é, uma exterioridade ao sujeito pesquisador. Ao contrário, o rigor se sustenta na interiorização da posição tomada por este mesmo sujeito. Neste caso a minha posição ou minha voz interior.

Paradoxalmente, os paradigmas tradicionais sobre pesquisa e pesquisa teórica tendem a formar uma outra voz no interior do pesquisador, de forma a querer ao máximo possível fugir dos pressupostos e dar voz aos saberes da pesquisa (um engodo comum das pretensões de exatidão metodológica). No entanto a condução dos questionamentos pode sempre trazer à tona muito mais do pensamento já posto do pesquisador que o do objeto pesquisado, que enfim é uma construção subjetiva também. Inevitável de correr este risco paradoxal, e é o que invariavelmente acontece, já que o que já sei me serve de referência e até legitimidade para agir e escrever de tal maneira.

Então, está em mim o dever de ser rigoroso nos diversos aspectos que compõem a pesquisa e o objeto. O reconhecimento das concepções pessoais é um primeiro passo, pois a minha inserção no contexto da Editora da Uneb como assessor de comunicação vai oferecer uma série de noções que parecerão verdade, no entanto o esforço será sempre de demarcar as fronteiras do conhecimento que estou construindo e o exercício lógico e questionador deverá ajudar na manutenção do nível de rigor que se espera numa pesquisa qualitativa. Além de abrir espaço, parafraseando Lima Jr e Almeida (2019), para algo como minha expressão subjetiva ou uma inscrição de mim mesmo diante do que se abre de sempre possível e incompleto num tal objeto de pesquisa.

2. O que é o Livro Acadêmico Digital de uma Editora Universitária numa descrição analítica?⁸

Muito se tem falado sobre o impacto do livro digital para a indústria e mercado editorial, especialmente quando se fala de livros acadêmicos digitais. (ALMEIDA, 2015, p.71). Essa situação sem dúvida problemática do ponto de vista mercadológico não deve me afastar dos objetivos aqui traçados, pois reconheço que o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento independe de sua adoção ou não como suporte do produto livro digital no mercado editorial. Isto porque o objetivo aqui neste capítulo é descrever analiticamente o que caracteriza o livro acadêmico digital de uma editora universitária exemplificada aqui pela Editora da UNEB, na qual eu trabalho e que serve aqui de exemplo generalizável de outras editoras similares, e não uma análise da adoção do livro digital pelo mercado editorial. Demarco assim o que é o livro acadêmico digital, especialmente no adjetivo acadêmico, que envolve um ambiente institucional e de relações de poder, com uma “apropriação política intencional” da tecnologia para atingir fins específicos (LIMA JR, 2009, p.27) e que irá refletir em como compreendo a difusão social do conhecimento ao longo da tese.

Como mencionei na minha justificativa, os meus conhecimentos comuns e os dos sujeitos de minha convivência⁹: professores, autores, designers, editores e leitores do livro acadêmico digital se justificam como fonte descritiva, pois são os sujeitos do senso comum de onde começo a reflexão. Com sujeitos do senso comum quero dizer as pessoas com quem convivo nos processos cotidianos de lidar com a produção e o uso do livro acadêmico digital

⁸ Uma versão sintética e modificada em formato de artigo deste capítulo foi realizada em coautoria com o Prof. Dr. Arnaud Soares de Lima Jr e com o Prof. Dr. Djalma Fiuza Almeida para submissão em periódico qualificado.

⁹ Os sujeitos dessa convivência é que moldam a identidade própria da Editora da UNEB e que reflete no modo como percebo seu funcionamento e singularidade no que diz respeito às formas como tem sido dirigida, tendo passado por três direções diferentes desde 2014; no encaminhamento dos processos burocráticos pelas profissionais que conduzem e direcionam os processos de abertura de editais, seleção de pareceristas, avaliação pelos mesmos e pelo conselho editorial, revisões e publicação dos seus títulos; no clima organizacional presente no setor onde os livros são diagramados e transformados em produto pelos designers, cujas particularidades estéticas transparecem nos projetos gráficos/digitais de cada título diferente; e na minha própria gestão do setor de comunicação e comercialização, no qual preciso lidar com os professores autores (especialmente durante o período de lançamento dos livros), alunos estudantes pesquisadores e sujeitos de diversos setores da universidade.

da Editora da Uneb, que serve também como modelo generalizável, isto é, passível de replicação em ambiente similar, reconhecidas as devidas particularidades de cada outra editora, para o estabelecimento de minha base teórico descritiva. Tal vivência que já estabeleci como o ambiente tácito de minha pesquisa, que mesmo sendo teórica tem na descrição da minha realidade uma expressão empírica não sistemática do conhecimento ali possível de ser formulado e exposto.

O aspecto analítico desta descrição se refere ao uso de indagações problematizadoras a respeito das afirmações iniciais para se questionar a possível validade do que foi apresentado. Tal procedimento lógico me serve para problematizar os elementos descritivos, para assim não se tornarem superficiais. Esta tradição iniciada por Aristóteles e seguida ao longo da história por vários pensadores da chamada filosofia analítica, incluindo os filósofos do círculo de Viena, classificados como positivistas lógicos e que tentaram produzir uma linguagem lógica o mais próxima possível do que é a realidade, falhando neste intento pois devemos sempre reconhecer que há muito mais na realidade do que a linguagem consegue lidar, especialmente nos limites de uma lógica formal ou de uma escrita acadêmica com pretensões científicas. A ideia premente é reconhecer que uma questão nunca é completamente respondida devido à própria natureza incompleta de nós sujeitos e da nossa linguagem (LIMA JR; ALMEIDA, 2019), mas isto não deve desanimar quem pergunta de continuar perguntando. Aplicando isto num esforço descritivo, tenho que colocar em questão os elementos descritos para confrontar com outras proposições tanto de base teórica quanto empírica, não permitindo que a descrição em si seja esvaziada de sentido conceitual.

Seguindo a minha visão do livro como instrumento para comunicação, trago que para Kama (2016, p.25-28) a história do livro pode ser apresentada como a história da evolução dos suportes dentro das sociedades que os desenvolveram. Assumindo que o propósito do mesmo sempre foi o registro, a escrita e a leitura; tábuas de madeira, rolos de pergaminho, o códex¹⁰, o livro impresso e o arquivo digital se tornam formas de materialidades que

¹⁰ Códex ou Códice eram os manuscritos gravados em madeira, em geral do período da era antiga tardia até a Idade Média. Manuscritos do Novo Mundo foram escritos por volta do século XVI. O códice é um avanço do rolo de pergaminho, e gradativamente substituiu este último como suporte da escrita. O livro impresso que temos como familiar até hoje, com páginas em sequência, costurado ou colado na lombada e com capa e

virtualizam o que os sujeitos dessas sociedades queriam expressar num dado momento da história, transformando em obra escrita o que quer que lhes passava na cabeça naquele momento.

Então num primeiro aspecto descritivo sobre o livro acadêmico digital da Editora da Uneb, o mesmo se enquadra na categoria de arquivo digital como suporte de escrita/leitura. Além desse suporte digital, a Editora da Uneb produz também, e no momento principalmente, pois tem sido o que demanda mais atenção e aporte financeiro, o livro impresso.

Quando entrei no quadro de servidores da Editora da UNEB em 2014 ela já tinha uma história pregressa de produção de livros quase na totalidade impressos e que na sua totalidade tinham sido aprovados para publicação através dos critérios de validação de natureza técnica, política, ideológica e econômica de um conselho editorial restrito e sofrendo as muitas ingerências dos sujeitos de órgãos institucionais superiores à direção da editora, tais como a reitoria, as pró-reitorias e as chefias e coordenações de departamentos e programas.

Não tive contato com todos os sujeitos desse período histórico da editora, apenas com os que lá permaneceram após minha chegada. E foram destes os relatos informais que tive sobre essa prática corrente de relações de poder. O que muitas vezes resultava na publicação de livros fora de uma política editorial clara e com a produção de grandes tiragens de livros que encalhavam e se tornavam em um estorvo, pois o estoque ficava (até hoje no caso de alguns títulos ainda dessa época) lotado de volumes não utilizados¹¹. Algo que pode hoje ser facilmente evitado com a disponibilização digital dos livros, a impressão de tiragens mais modestas (o que de fato é feito hoje) e uma seleção mais criteriosa dos títulos lançados, reforçando inclusive a missão estratégica da editora de publicar a produção acadêmica da

contra-capas pode ser considerado um aprimoramento deste.

¹¹ Há uma política tácita de doações de exemplares tanto para a comunidade universitária quanto em geral, porém ainda não há uma regulamentação institucional para tal política. Como efeito isso causa a situação de a Editora poder ser acusada de desperdício do dinheiro público. Como assessor de comunicação sempre tento realizar o objetivo da Editora de disseminar a produção por vias legítimas e que favoreçam o máximo de acesso potencial possível aos conteúdos produzidos. Nesse caso este esforço se enquadra até na gestão do conhecimento, mas com o espírito da difusão social do conhecimento, pois os conteúdos trabalhados e o esforço em si de fazer a produção chegar potencialmente ao máximo de pessoas interessadas se enquadram num processo de democratização do conhecimento. Minha pesquisa pode inclusive servir de base para uma reflexão futura a respeito do papel e atuação da editora universitária diante dos problemas no momento apresentados.

universidade e disseminar um conhecimento que seja relevante e que tenha como objetivo (ou pretensão) a construção de uma sociedade com sujeitos mais livres e instruídos.

Tendo isso em mente, Ferreira (2016, p. 64-65) me ajuda a lembrar da importância do livro impresso num certo momento histórico, quando a produção de livros se tornou mais rápida devido à invenção de Gutenberg, a impressão com tipos móveis, que ajudou a disseminar rapidamente o livro pela Europa, pois antes, quando eram feitos de maneira artesanal demoravam muito para serem feitos e em pouca quantidade. A democratização do acesso nem sempre coincide ou é acompanhada pela democratização da qualidade do processo, em que se pese o que se define por “qualidade”. Isto também é fundamental para o processo de Difusão Social do Conhecimento.

No período que se seguiu à invenção de Gutenberg, houve um aumento do número de textos disponíveis, fossem manuscritos ou impressos, cada um com a sua função e lugar na cultura. (FERREIRA, 2016, p.70). Continuando com uma percepção descritiva sobre o livro, a autora (Ibidem, p.76-77) apresenta diferenciações entre os suportes do mesmo (pergaminho, códice e digital) que são interessantes para estabelecer uma visão mais corpórea do mesmo. No primeiro caso a pesquisadora apresenta uma manipulação física na leitura do livro que demonstra uma relação também física com o mesmo; depois com o códice vem a era do processo de folhear e buscar nas páginas as referências e índices. Ambos os tipos, segundo o que é apresentado por ela, promovem um relacionamento físico corpóreo do leitor com o livro, aproximando-o do mesmo. Já no livro digital, segundo a autora, haveria um afastamento do leitor com o livro, pois a manipulação seria indireta, mesmo com simuladores de passagem de páginas em aparelhos móveis. Embora, seja necessário destacar aqui que se tratam de possibilidades, porque a efetividade de um potencial utilitário, funcional e operacional dado a um objeto (tecnológico) depende só do sentido que assume para o sujeito, segundo seu campo que, entre outros, refere-se ao campo da subjetividade.

Tais diferenciações me servem para o estabelecimento de um contexto do uso do dispositivo livro em diferentes suportes, pois reconheço que a visão de um relacionamento mais ou menos corpóreo com os diferentes suportes vai depender do modo como o sujeito que

o usa como instrumento quer perceber o mesmo, pois parece ser uma relação subjetiva entre o sujeito e o livro, não importa em que suporte, ao longo da história.

As escolhas editoriais no que se refere ao livro digital começam apenas com o pensamento sobre a plataforma de leitura: de papel para leitor digital (*e-reader*). Esta conversão inicial traz somente o uso do texto original sob um aparentemente novo formato, mas na verdade apenas mudando o suporte. Quando os primeiros livros digitais começaram a ser comercializados, a lógica era a do mercado editorial impresso, logo supondo que as pessoas pagariam para ter os arquivos digitais para alimentar seus *e-readers*. Mas logo se viu que o público disposto a fazer isso com frequência era reduzido. A Amazon oferecia seu *kindle* já com certa quantidade de títulos e esperava os pedidos constantes de atualização dos leitores, mas o formato PDF (*Portable Document Format*) que permite a troca livre entre leitores não conseguia atingir a proposta comercial original. Outras tentativas têm sido feitas por editoras e livrarias, como o Kobo, leitor digital da Livraria Cultura, mas o interessante do livro digital não é a sua possibilidade como produto novo. Estes editores não viram que a natureza dessa tecnologia podia ampliar a circulação dos livros, independentemente de seu sucesso comercial ou não. (PRATA, 2016, p.23). A razão disso poder ocorrer está no fato de o livro digital poder ser facilmente transitado entre leitores potenciais pelas vias digitais, sem a necessidade da acumulação física de volumes inerente ao livro impresso.¹²

Apenas para contextualizar melhor onde se encontra a proposta de descrição do livro acadêmico digital de uma editora universitária como a Editora da UNEB, o desenvolvimento de tecnologias mais interativas para aprimorar as propostas iniciais sobre o livro digital, como apenas uma versão em bits dos livros impressos, pode até renovar o processo de criação do

¹² Neste sentido, salta aos olhos que há uma preocupação meramente mercadológica, de consumo que, no fundo é empresarial, ou seja, é balizada pelo Capital. Assim, funções críticas, reflexivas, formativas, conscientizadoras, até então relacionadas com a cultura letrada, encarnada na função social do livro, parece entrar em crise profunda e, de alguma forma, isto é percebido pelo “público” que não responde aos apelos propagandísticos editoriais a contento. Não haveria aí mais um mecanismo de resistência? Especialmente, porque a resistência é vista como um processo que se faz em ato e sem um devido amadurecimento simbólico, consciente, mas que poderá chegar também a este registro, quando há não só interesse, investimento e, sobretudo, desejo. Neste aspecto, mais uma vez, retorna uma questão basilar: trata-se de gestão do conhecimento ou difusão social do conhecimento? O que este último traz como condições precípuas para sua efetividade e, por sua vez, como o livro digital e acadêmico entraria nesta agenda que estaria na contramão do Capital, da Globalização da economia, do mercado mundial consumidor, do Neoliberalismo? Aqui funciona melhor para um questionamento posterior, pois foge ao objetivo do capítulo.

livro digital no geral, mas este por enquanto não é o foco da Editora da UNEB e, até onde conheço das informações disponibilizadas pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), também não é o foco ainda de outras editoras universitárias. As versões atualizadas do Epub (*Electronic Publication*) parecem ser a mais recente criação no mercado editorial digital internacional. O que não quer dizer que irá se tornar um grande sucesso comercial, como se esperava no começo dos processos de digitalização e venda de livros pela Amazon e outras. Neste momento (2019) a escolha da Editora da UNEB e de outras editoras universitárias ainda é pelo livro digital estático, isto é, uma versão digital (em PDF e em Epub) do livro impresso. E dentro deste contexto das editoras universitárias, devo ainda chamar a atenção para a existência desde 2012 da plataforma Scielo Livros, que disponibiliza para comercialização nela e outros locais, tais como a Amazon, algumas obras selecionadas das editoras universitárias em formato exclusivamente digital e em Epub.

Justificando politicamente essa adoção do formato PDF por conta da universidade e de sua editora, Oliveira (2014), por exemplo, relata de maneira geral que as novas tecnologias têm transformado a educação de forma positiva, chamando a atenção para o fato de os jovens estudantes atuais já nascerem nos ambientes de manipulação digital e que na escola teriam o uso do livro digital, considerado um produto multimídia em ascensão no mercado editorial mundial, como parte do cotidiano em sala de aula. Isto é, um uso previsto das tecnologias digitais para a aprendizagem (LIMA JR; CUNHA, 2009, p.269). Transparece também o vínculo desse tipo de tecnologia com o que Lima Jr (2012, p.43) chama de instrumentalização racional da ciência para o uso na sociedade capitalista industrial, que também compõe o nosso contexto vivido. Fica perceptível uma crítica sobre os usos dessas tecnologias para fins de reprodução instrumental da realidade social, o que inevitavelmente acarreta o encolhimento do sujeito, que tende a ser mais uma peça na engrenagem do sistema, mas potencialmente sendo o agente determinante do sentido subjetivo dessas mesmas tecnologias.

Vejo que a cotidianidade do aparato digital no qual o livro acadêmico digital está inserido cria uma ilusão de familiaridade ou domínio instrumental, dentro dos processos informacionais e comunicativos, que muitas vezes não nos permitem enxergar tais coisas como construções e expressões de nossos sentidos, sentimentos e experiências pessoais e o

formato PDF é o que tem sido escolhido pelos sujeitos usuários. Mesmo que o arquivo seja disponibilizado em outro formato, como o próprio Epub, facilmente se encontra conversores para PDF para se ter o formato mais familiar e mais facilmente manipulado pelo leitor devido a sua abrangência no momento. Mantendo-se assim uma visão instrumental a respeito do livro acadêmico digital das editoras universitárias, pois serve ao objetivo do sujeito que o obtém.

Reforçando este empenho instrumental propagador das editoras universitárias, temos que, por exemplo, Darnton (2010) defende que os livros eletrônicos podem salvar a publicação acadêmica e o declínio das edições universitárias de monografias, o que se deve observar com certa preocupação nestes últimos tempos; sem que para isso houvesse uma substituição de um pelo outro, apenas um “como um suplemento, e não substituto, da grande máquina de Gutenberg”. (DARNTON, 2010, p. 95). Não fica claro de que salvação o autor fala. Se for no sentido comercial, não parece ser algo tão relevante para a permanência do mesmo. A propagação ou disseminação mais fácil do mesmo é que talvez seja o elemento chave para a sua sobrevivência como veículo de comunicação.

De acordo com Prata (2016, p.25), as mudanças de tecnologias na área da produção editorial, transitando da diagramação e impressão tipográfica para o design digital, que elabora o aspecto visual e a legibilidade do livro, mesmo ainda nos processos que resultam na produção do livro impresso, vêm causando um longo período de transição quanto ao uso ou aplicação de livros nos mais diversos contextos. Tal fato se deve em primeiro lugar a adesão por parte do setor produtivo do livro aos novos processos resultantes do desenvolvimento do design digital, porém quando se chega ao consumo do livro por parte dos leitores, a escolha inerente por parte destes é de natureza subjetiva e por isso não parecer ser possível uma rápida mudança nos hábitos de manuseio do objeto livro. Posso imaginar a convivência entre formatos até enquanto as pessoas desejarem. Além disso, muito se especulou que os processos de digitalização tornariam os livros mais acessíveis, pois com a produção digital o livro (primeiro o impresso e depois o digital) se tornaria mais barato. O que por outro lado fez muitos entusiastas sonharem com a livre disseminação do livro e da leitura; fez com que a

escrita e publicação de obras se tornassem mais fáceis, como no caso da auto publicação; e ainda esbarrou nos problemas do plágio e dos direitos autorais.¹³

A auto publicação é uma modalidade de publicação em que o autor, ou quem quer que seja que esteja colocando o nome na frente de alguma produção escrita, transforma o texto em arquivo digital publicável, geralmente PDF, e o coloca disponível para acesso e leitura nas muitas plataformas de publicação disponíveis na Internet. Caso essa pessoa tenha recursos, pode inclusive produzir com custo relativamente baixo uma tiragem impressa ou imprimir sob demanda. E este mesmo autor pode fazer cadastro como pessoa física e ter um ISBN (*International Standard Book Number*) para seu livro com pouco investimento. Evidentemente tal publicação não recebe a chancela de uma editora, e em sendo pretensamente científico, não tem nenhum reconhecimento acadêmico, porém não o inviabiliza nem como publicação e nem como produto. Porém, pode inviabilizar como “livro”, no sentido de uma instância institucional da ciência e/ou da cultura acadêmica universitária, com seus ritos, parâmetros, acordos, convenções e normatizações, inclusive de ordem econômico-financeira. Essa é uma questão que não dá para resolver aqui, apenas reconheço e quis apontar que existe também esta modalidade de publicação.

A vivência no cotidiano da Editora da UNEB me ensinou muitas coisas sobre como acontece o processo de produção de um livro acadêmico digital¹⁴. Em primeiro lugar o manuscrito original é submetido pelo autor ou organizador mediante abertura de edital de publicação¹⁵. Esta submissão exige um processo anterior de transformação do texto de

¹³ Este processo ilustra como estão surgindo novas frentes de trabalhos, novas profissões, em razão da mudança que se processou na natureza do trabalho, com o conhecimento se tornando força produtiva, tornando-se “infraestrutura de produção”. Este processo, portanto, não se dá isolado e nem independente de processo mais amplo de na natureza social, econômica, político e cultural, no bojo do histórico e tradicional processo da luta de classes entre o grande proletariado e os donos do capital, localizado também no contexto da globalização da economia e do avanço neoliberal. Logo, todos os processos relacionados com a produção de livros e do seu consumo, em quaisquer dos seus suportes, sua relação com a problemática da difusão social do conhecimento, que assumidamente se desenvolveu enquanto uma abordagem crítica (LIMA JR E CUNHA, 2009), precisam e podem ser vistos dentro deste contexto e desta conjuntura, a fim de que não se recaia em mais uma alienação. Não obstante, no mais além ou mais ainda deste aspecto da problemática, seja possível avançar numa demarcação relacionada com o papel da subjetividade dentro deste processo, enquanto uma esfera de microdinamismo que também não é usual nas reflexões estritamente críticas de cunho sociológico e marxista.

¹⁴ Ver fluxograma do processo produtivo completo da Editora da UNEB em Anexo.

¹⁵ A política de abertura de Editais para publicação de livros só começou a funcionar a partir de 2016. Antes

origem, geralmente dissertações de mestrado e teses de doutorado, em um formato textual mais palatável ao gosto de um suposto leitor leigo, em oposição ao leitor acadêmico profissional que lê dissertações e teses em seus formatos originais para avaliação e titulação.

Depois, em segundo lugar, o texto submetido passa pela avaliação de pareceristas e aprovação do Conselho Editorial. Esta avaliação, quando atrelada a uma aprovação para publicação, geralmente já apresenta indicação de novas mudanças no texto. Autores ou organizadores são informados da aprovação para publicação e assim o texto original começa o processo de ser transformado em livro através de múltiplas revisões. Um contrato de edição é assinado e nele já é informado que após seis meses do livro impresso ser lançado, a versão digital ficará disponível no repositório online da universidade, que tem acesso público via Internet. Tal procedimento visa garantir que a obra de cunho acadêmico atinja o potencial máximo de circulação, realizando assim uma das missões da editora universitária que é a disseminação do conhecimento produzido pela própria universidade. Posso notar que há uma vinculação entre a disponibilização do arquivo digital no ambiente público da Internet com a realização de um objetivo organizacional de disseminar o conhecimento. Tal proposição me faz questionar o quanto tal objetivo seja realizado realmente, pois a expressão disseminação do conhecimento é assumida como autoexplicativa e assim fica faltando por parte dos sujeitos envolvidos uma melhor compreensão da mesma.

Ao entender tal processo de disseminação como a parte mais técnica e instrumental de um processo maior que vinculo com a noção mais ampla de difusão social do conhecimento, vejo como possível que a ação da editora universitária também inclui já no modo como seleciona e avalia os títulos em seu acervo um projeto mais amplo de tornar difundido, além de disseminado, obras que estimulam saberes de cunho mais progressista, científicos, acadêmicos ou mais além, e que apelam e estimulam a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual e aberta à inclusão e à diferença¹⁶. Contudo, como as editoras também

disso havia a submissão contínua e avaliação do conselho editorial, como mencionado anteriormente. A política de editais foi adotada para garantir maior transparência no uso dos recursos públicos destinados à Editora no orçamento da universidade e que muito pelas restrições crescentes do mesmo exigiu maior racionalidade e controle no modo de utilizar o dinheiro.

¹⁶ Posso testemunhar por conhecer a maior parte do catálogo da Eduneb (sou o responsável por sua alimentação e atualização) que há uma predominância e propósito editoriais de títulos que pelo menos pretendem a

estão inseridas num processo mais amplo de reconfiguração do capital e do mercado consumidor internacional, esta pretensão assume caráter político-ideológico e, como tal, sua efetividade depende de processos outros que extrapolam o âmbito intrainstitucional e editorial. Reconheço assim a importante contribuição da perspectiva crítica da educação que também subsidia a vertente da difusão social do conhecimento, conforme elaboram Lima Jr e Cunha (2009).

Enfim, após as revisões textuais e de normalização, o livro passa pelo processo de design e diagramação, ganhando uma capa e projeto gráfico que devem tornar o produto livro atraente ao potencial leitor. O design digital básico do livro que vai para a gráfica para ser impresso já pode ser considerado um livro digital em formato PDF. Porém o procedimento da editora universitária é: após o livro impresso ter sido lançado, uma nova conversão é feita no arquivo manipulável original para se tornar o livro digital em formato Epub, um formato mais restrito que o PDF e que permite uma melhor adaptação do texto aos diversos formatos de tela (computador, tablets e celulares)¹⁷. Há, no entanto, uma preferência pelo PDF, inclusive pelo próprio repositório online da universidade, pois o arquivo em Epub não tem paginação fixa, isto é, a página onde os conteúdos estão varia de acordo com o suporte leitor, o que dificulta o processo de referência exigido nos trabalhos acadêmicos, para o que os livros são em sua maioria consultados. Já o PDF, que reproduz a mesma paginação do livro impresso, pode ser facilmente referenciado. Este conjunto de ações pragmáticas refletem apenas o aspecto técnico do livro, isto é, o mesmo como instrumento de comunicação e que simplesmente está sendo adaptado aos processos digitais em vigência na sociedade atual. Outras problematizações sobre o sentido do livro diante de tal contexto não são meu objeto, mas reconheço o potencial de um questionamento que vai além dos meus objetivos aqui.

atender tal direcionamento alinhado com uma difusão do conhecimento de cunho mais social e engajado.

¹⁷ Devo fazer a ressalva que este procedimento, que foi adotado a partir das publicações de 2018 em diante, e que também contempla títulos anteriores que aos poucos estão sendo convertidos e disponibilizados no repositório digital da universidade (ação similar tem sido realizada por outras editoras universitárias), deixa excluído três títulos que foram publicados entre 2017 e 2019 e que foram produzidos e lançados já em formato digital (em Epub e em PDF), assim nunca tendo tido uma versão impressa disponível. Algumas outras editoras universitárias, diferentemente, têm lançado apenas títulos em formato digital, praticamente abandonando os livros impressos.

A ideologia corrente sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento é reforçada pelas ações institucionalizadas (GUBERNA, 2016, p. 252) de professores e alunos, que no papel de pesquisadores institucionais precisam (são requeridos a) publicar por seus programas universitários que precisam pontuar em plataformas governamentais que ajudam a justificar financiamentos de novas pesquisas. Assim o elemento fundante de difusão social do conhecimento via leitura de livros acadêmicos digitais é substituído ou reduzido ao ato de estar publicado, isto é, disponível nos ambientes digitais chancelados: repositórios digitais universitários e/ou acervos de editoras universitárias que distribuem arquivos digitais para venda ou gratuitamente. Que é mais ou menos o que a Editora da UNEB, como exemplo de editora universitária, faz.¹⁸

Existem instituições macro sociais que influenciam o contexto de atuação tanto da editora universitária quanto dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, principais fontes dos conteúdos publicados por aquela. Dentre estas instituições estão a CAPES, órgão governamental ligado ao Ministério da Educação, que já mencionei anteriormente, e que rege os ditames do que é prioritário de conhecimento a ser produzido e propagado pelas instituições acadêmicas brasileiras. Mesmo com toda autonomia que pretensamente rege as universidades do país, o fomento e financiamento chancelados pela CAPES, como a concessão de bolsas de pesquisa e a manutenção de plataformas de dados diversos, acaba por muito influenciar as escolhas de universidades, editoras universitárias e programas de pós-graduação *stricto sensu*, afetando no nível micro social os sujeitos do cotidiano da vida acadêmica universitária, isto é, nós: estudantes, professores, pesquisadores e servidores. E a própria CAPES termina por também ser influenciada por representações institucionais ainda maiores como o Estado e o governo que o estiver controlando, as Leis que regulamentam a sociedade civil da qual a universidade também faz parte e o mercado, essa entidade abstrata que de maneira prosaica pode ser entendida como o conjunto de interesses combinados, mesmo que às vezes concorrentes, das pessoas que possuem riqueza no mundo em uma

¹⁸ Aqui, há também um processo de alienação, pois embora a normativa institucionalizada impulse a produtividade, por isto mesmo expõe um processo de pasteurização, como exímio modo de alienação, uma vez que é suposto haver desejo por parte dos sujeitos ao se inserirem e se vincularem a determinado campo e contexto institucionais e produtivos, sendo exatamente isto o que denuncia Foucault (1998) quando se refere a sujeição do sujeito na microfísica do poder. Não entrarei nesta questão agora, pois antecipa a discussão do capítulo 4.

combinação desigual de forças com aqueles chamados de consumidores, que trabalham para sobreviver¹⁹.

Considerado isso e indo além, há todo um conjunto de escolhas políticas, ideológicas, econômicas e éticas no processo de escolha de um suporte para escrita e leitura, pois envolve as pretensões e vaidades de autores, organizadores e editores, e também os objetivos e políticas de editoras, conselhos e comunidades. Lançar um livro impresso traz mais destaque numa comunidade, pois o objeto físico atrai o público ao manuseio do objeto. Já o livro digital proporciona maior abrangência e cobertura na distribuição e alcance de público, torna-se mais barato e pode permitir outros elementos expressivos, migrando do conceito de livro digital estático para o de livro digital multimídia.

O processo acima descrito sobre a Editora da UNEB pode ser considerado um exemplo dessas escolhas, pois primeiro se pensa no livro como objeto físico impresso e depois na sua conversão em digital com fins de cumprir a meta estratégica de maior disseminação do mesmo de modo mais amplo, o que inclusive consta nos documentos oficiais da editora universitária. Assim reforçando a visão instrumental inicial sobre o livro digital já presente em trabalhos de outros pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Parece ficar exposto o papel que as editoras universitárias, incluindo a Editora da UNEB nesta categoria, e cada uma em suas especificidades, têm na difusão social do conhecimento²⁰ produzido nas universidades, pelo menos como uma pretensão ou objetivo a ser perseguido. Este papel, deve estar claro, está ligado inevitavelmente às questões políticas e ideológicas inerentes à constituição dos conselhos editoriais e à atuação dos diversos profissionais que compõem a Editora, como aqui estou apresentando no funcionamento da Editora da UNEB. Então, no máximo, deve ficar claro o modo como esta realiza a política de publicação e editoração de sua universidade, sendo esta pública, estadual e a maior no contexto baiano. Também deve ficar claro sua forma de inserção, participação e concorrência na política nacional de editoração e publicação acadêmica e/ou comercial.

¹⁹ Este ponto de vista é evidentemente uma interpretação de viés marxista. Existem outras formas de conceituar o mercado, mas acho esta a mais adequada e suficiente para os meus propósitos aqui desenvolvidos.

²⁰ Pelo menos até os limites já compreendidos neste capítulo, a partir do capítulo 3 a conceituação de difusão social do conhecimento será mais aprofundada.

O conselho, por exemplo, serve de filtro para identificação, validação e enfim disseminação do que está autorizado a se tornar livro, então suas decisões vão refletir os desejos e interesses dos sujeitos que o compõe, garantindo assim um mínimo dos resultados esperados pela sociedade para a atuação das universidades e das editoras universitárias, especialmente as públicas como é o caso da Editora da UNEB. (SANTOS; DUARTE, 2011, p.69).

ANTECIPANDO O DEBATE

Posso elaborar conjecturas sobre o afirmado acima que resgatam e antecipam o tema das relações de micropoder existentes nos relacionamentos entre os sujeitos diante da situação dada. A editora universitária é um ente coletivo inserido no espírito da academia, com um claro papel de propagador do conhecimento produzido na universidade, mas também é formada por sujeitos com agendas e incompletudes, especialmente em se tratando dos membros dos conselhos editoriais, que representam seus interesses pessoais, seus departamentos dentro da universidade e suas áreas de conhecimento. Todos querem se sentir representados e valorizados, o que envolve elementos objetivos e principalmente subjetivos, então os aspectos de expressão de poder político e ideológico presentes nos processos editoriais da Editora da UNEB podem ser interpretados a partir de como o processo de submissão acontece e passa pelas instâncias burocráticas da mesma, as quais todos estão submetidos, mas em níveis diferentes devido às hierarquias e as próprias relações de micropoder entre professores autores, organizadores, diretores de departamento, chefes de colegiado, membros dos conselhos e os servidores também envolvidos.

Os autores ou organizadores precisam submeter seus originais de maneira que o setor editorial possa selecionar pareceristas com afinidade temática que recebem cópias cegas dos originais para assim poder avaliar o livro com um suposto viés independente e imparcial. Podemos pôr em questão estes valores para expor um problema da possibilidade de uma avaliação puramente técnica e conceitual de um trabalho acadêmico. Penso que os valores e desejos subjetivos irão sempre se expressar no modo como cada parecerista lê um livro

original. Por isso se justifica o uso de pelo menos dois pareceristas por livro que não se conhecem entre si e também não sabem quem é (são) o(s) autor(es) e/ou organizador(es). No entanto, a minha percepção a respeito do que está descrito nos procedimentos da Editora me servem para ir além de uma possível visão ingênua que precisa ser superada para reconhecer que em muitos casos os simples critérios a partir dos cânones acadêmicos e técnico-científicos não são suficientes para estabelecer o que será publicado com a chancela institucional da editora universitária.

A questão é que não há garantia de que apenas estes critérios previamente acordados sejam considerados, pois critérios de interesse político, ideológico, ou até mesmo subjetivos, podem interferir no processo. Muitas vezes, em razão disso, muitas publicações passam à frente de outras submetidas há mais tempo. Especialmente quando se trata de produzir livros impressos, que demandam um custo maior de produção, pois evidentemente tanto nas editoras comerciais quanto nas públicas universitárias são seguidos os ditames do contexto político e econômico do sistema monetarista. Uma alternativa para o futuro poderiam ser as auto publicações, mas para isso o sistema burocrático de avaliação institucional dos programas de pós-graduação e universidades precisaria mudar o seu modo de aceitação, o que novamente envolve questões políticas, ideológicas e subjetivas, pois as editoras universitárias perderiam as pretensões de poder ao dar a chancela institucional às publicações. Não me parece que isso irá ocorrer tão cedo, pois muitas pessoas teriam de abrir mão de certas posições de suposto poder.

Voltando a minha simples descrição, o procedimento que supostamente garante a qualidade da avaliação é se os dois pareceres forem positivos, assim o livro é considerado aceito. Se um parecer é positivo e outro negativo, um terceiro é consultado para fazer uma avaliação final, se for positivo, o livro é aceito, se for negativo, é rejeitado.

Já se os dois pareceres são negativos, então o original é rejeitado diretamente. Em todos os casos, o responsável pela submissão pode recorrer da decisão de acordo com o edital publicado. Outros critérios de pontuação são usados para o caso em que haja empates e com isso se exceda o limite de livros por edital. Tal avaliação é feita pelo conselho editorial e também cabe recurso da decisão por parte do responsável pela submissão.

Essa descrição do processo de submissão e avaliação precisa também levar em conta o papel do conselho editorial, formado por 15 membros no momento, todos professores doutores do corpo docente da UNEB, representando todas as áreas do conhecimento e selecionados a partir de chamada pública via edital com posterior análise de currículo a partir do barema que consta no edital. Conta para isso o tempo de exercício da função, produção acadêmica e participação em atividades da vida universitária. Essa é a média na quantidade de membros e o padrão nos critérios de seleção dos mesmos da maioria das editoras universitárias existentes no país. Pode-se até colocar em questão tais critérios (sem dúvida de natureza política), mas não me cabe aqui fazê-lo, pois seria um objeto de pesquisa diverso ao meu²¹. Este conselho precisa emitir o aval final sobre os livros submetidos e os membros expressam os diversos critérios supostamente necessários para garantir a missão da editora universitária de propagar a produção do conhecimento acadêmico e científico da universidade, e que suponho que serve também para a pretensão de uma difusão social do conhecimento.

É claro que não devo considerar esta como uma expressão isenta de tal missão da editora pelas escolhas realizadas pelo conselho, afinal este é formado por sujeitos com valores, desejos e interesses que são variados e muitas vezes em conflito uns com os outros. Além disso questões políticas internas da vida universitária devem também ascender tanto no processo de seleção dos membros do conselho quanto no processo de seleção final dos livros a serem publicados. Há sem dúvida disputas de poder e contingências que precisam ser levadas em conta nas decisões finais. Estes dois elementos somente já podem expressar pistas de como de fato o livro acadêmico digital da Editora da UNEB pode ser instrumento de uma difusão social do conhecimento, mesmo não estando esta ainda evidente, pois faz parte do meu desenvolvimento ao longo da tese abrir a minha compreensão sobre o tema e possivelmente para o leitor.

²¹ Deste último ponto de vista sobre a difusão social do conhecimento, cabe refletir sobre a concepção de avaliação, seus critérios, instrumentos, no sentido de se perceber se estão conformados a uma abordagem crítica ou meramente mecânica e acrítica, dos processos de seleção e aprovação, porque esta também incide sobre um dos aspectos do processo de difusão social do conhecimento, que é assumidamente “crítico”. Logo, cabe no meu recorte uma consideração a esse respeito, que se encontram principalmente no capítulo 4.

Com relação às disputas de poder os sujeitos de áreas e afinidades predominantes poderão sempre se impor sobre as minorias. Mesmo que a proposta seja isonômica e democrática, os sujeitos tendem a seguir suas próprias agendas e negociar lateralmente com seus pares no momento de eleger os títulos mais viáveis ou interessantes para o grupo. Como chegam para o conselho já com aprovação dos pareceristas, então já se supõe que sejam originais com qualidade. Então prevalecem as decisões finais desses 15 sujeitos que compõem o Conselho, que mesmo parecendo uma formulação arbitrária de gestão da coisa pública, tem a representação por pares e aceitação dos conselhos universitários que compõem a instituição. O que termina por legitimar as decisões pelo agenciamento de poder dentro das estruturas da universidade.

E com relação às contingências, a Editora da UNEB tem anualmente um orçamento restrito (que vem sendo reduzido a cada ano desde que estou lá como Assessor de Comunicação) que permite a publicação de uma quantidade também restrita de livros impressos e que depois de lançados são convertidos para livros digitais, como já descrevi anteriormente. Assim, tal contingência de fundo financeiro e burocrático leva a necessidade de escolhas por parte do conselho editorial que ultrapassam as questões técnicas e imparciais da avaliação de originais, que como falei acima já sofre das tensões inerentes da lida com sujeitos com percepções e desejos diferentes e não controláveis.

A consequência inevitável dessas contingências e das percepções pessoais dos membros do Conselho é a possível negativa para obras originais que apesar de uma contribuição válida para a difusão do conhecimento e que demandaria a sua publicação para estar disponível a um público mais amplo em formato de livro, primeiro impresso e depois digital, acabam não indo a público através da editora universitária. Tal negativa pode advir de algo prosaico como o fato de ter em seu miolo (parte interna do livro) muitas páginas com elementos que precisam ser impressos com cores, o que aumenta em muito o custo de produção do livro impresso. Muitas vezes, a negativa de um livro com tal demanda, permite que outros dois ou três possam ser produzidos com o mesmo custo. Parece um contra censo em se tratando de produção e difusão do conhecimento, mas a lógica de custo de produção industrial se torna premente já que a cultura do livro impresso nas editoras universitárias

ainda é predominante, mesmo que aos poucos venha sendo questionada e suplantada pela prevalência do livro no formato digital, como já mencionei aqui.

Afinal, se o problema é o custo da impressão, por que não fazer a versão digitalizada prioritariamente propagando o livro sem o custo impeditivo inicial? A produção do livro acadêmico digital também tem o custo de revisão e diagramação, mas este é bem menor que o valor de impressão. Esta envolve o custo de produção física com pessoal, máquinas e suprimentos, tais como papel e tinta. Aquele envolve o custo do trabalho de revisores e designers. A resposta para tal questionamento passa justamente pela admissão de que os processos da produção editorial da Editora da UNEB e de outras editoras universitárias sofrem questões de poder político, econômico e ideológico, cujo efeito nos sujeitos que participam do processo provoca o que se dá de fato no que estou descrevendo. Ou seja, são escolhas.

No aspecto político, a Editora da UNEB precisa cumprir a sua missão institucional de publicar a produção acadêmica científica da universidade. E como ideologicamente os autores, organizadores e leitores preferem o livro impresso como produto final a ser propagado na comunidade, o cumprimento da missão política da editora esbarra na questão do poder econômico, pois a produção do livro impresso exige mais recursos financeiros por parte do orçamento da universidade, que, por sua vez, está submetido ao orçamento público do Estado.

E mesmo que a produção da Editora da UNEB passasse a ser predominantemente de livros digitais, posso afirmar que neste momento (2019) a Editora da UNEB não tem como hospedar sua produção digitalizada a não ser através da disponibilização dos arquivos em PDF no repositório online da universidade. Como consequência a editora não tem como expor os livros acadêmicos digitais como produtos, de modo similar ao que fazem outras editoras e livrarias privadas (e algumas públicas que já trabalham com fundações, sendo o exemplo mais bem-sucedido o da Editora e Livraria da UNESP).

A disponibilização dos livros acadêmicos digitais precisa obedecer a princípios indexadores semelhantes aos periódicos acadêmicos, para que possam ser encontrados

mediante buscas especializadas de leitores pesquisadores. Assim, mesmo que o livro acadêmico digital não esteja à venda em livrarias virtuais, como fazem as editoras e livrarias comerciais, ele precisa estar disponível e indexado para poder ser encontrado e assim poder de fato propagar o arquivo digital ou disseminar o conhecimento. Está claro para mim que de fato há a potencial difusão social do conhecimento pela editora e não apenas a propagação de arquivos digitais, pois difundir socialmente não é apenas disponibilizar o conteúdo, mas sem isto a difusão fica muito mais difícil. Consigo admitir neste momento inclusive que esta pode potencializar aquela, assumindo novamente o livro acadêmico digital como instrumento para tal fim. O processo de difusão social do conhecimento tem um aspecto que é instrumental e operacional, isto não pode ser negado, mas não se resume a isto e nem isto se faz de forma aleatória e aberta, pois, como já assinalei há questões de poder, de interesse, de mercado, etc.

Outro fato que demonstra as consequências das contingências expostas anteriormente é que autores e organizadores dos livros submetidos aos editais da Editora da UNEB esperam por ter um relacionamento físico tanto com o livro quanto com os leitores do mesmo no futuro. O momento de lançamentos e sessões de autógrafos que servem de veículo de propagação do livro impresso é bastante valorizado pelos sujeitos que escrevem e pelos que leem os livros. O livro acadêmico digital, por mais que tenha maior potencial de propagação do conteúdo presente no mesmo, inviabiliza em parte tais momentos de interação entre os sujeitos do processo. No entanto o mesmo potencializa outros momentos de interação, como por exemplo uma aula transmitida ao vivo pela Internet em que o livro é lido e compartilhado pelo autor ao mesmo tempo em que os estudantes e interessados também o leem e o acessam, podendo fazer comentários e questões.

Assim, percebo que as micro expressões das vontades e desejos dos muitos sujeitos envolvidos em todo o processo editorial da Editora da UNEB resultam num possível efeito na missão original da mesma de disseminar o conhecimento produzido pela UNEB. As questões financeiras e burocráticas, de poder e desejos variados, assim como as contingências de cunho prático e até cultural parecem afetar todo processo que estou a descrever e também, é claro, os resultados nas finalidades do uso do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento, que pressupõe um compromisso político assumido enquanto

intencionalidade subjacente a todo o processo, com base no qual tudo mais será articulado, gerando um campo potencial de troca, de relação de poder, de negociação. Sem explicitar este aspecto, não se pode falar de difusão social do conhecimento, pois a criação deste campo do conhecimento se erigiu desta base como contraponto à gestão estratégica do conhecimento, originariamente capitalista e empresarial (LIMA JR; CUNHA, 2010).

Como seria possível dentro deste contexto descrito analisar o livro acadêmico digital da Editora da UNEB como instrumento de difusão social do conhecimento? Cada escolha feita por cada sujeito que está na posição de escolher em usar ou não um livro acadêmico digital para estudar, pesquisar ou ensinar afeta o processo de difusão do conhecimento, o que me traz questões inevitáveis sobre os interesses subjetivos e também as questões de micropoder na relação entre os sujeitos nestes mesmos processos que são parte da ideologia institucionalizada aqui descrita. Categorias que preciso expor melhor para poder seguir em frente na pesquisa. Então, do ponto de vista formal e conceitual, a difusão social do conhecimento já nasce crítica, o que tem a ver com o compromisso político e ideológico de contribuir e instrumentalizar o processo mais amplo de transformação da sociedade capitalista e do modo de produção capitalista.

Pensando exclusivamente como instrumento, o livro acadêmico da Editora da UNEB para promover a propagação do conhecimento produzido na universidade sofre das contingências inerentes à produção editorial comercial num contexto de mercado, como descrevi acima. O livro acadêmico impresso da Editora da UNEB tem em média uma tiragem de 300 exemplares, sendo que desses, 10% são usados para pagar direitos autorais e mais 78 exemplares são doados ao Sistema de Bibliotecas da UNEB (SISB). Os autores podem comprar os livros com 40% de desconto e os livreiros, livrarias e distribuidoras privadas podem pegar livros consignados também com 40% de desconto e outras editoras universitárias associadas a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) podem fazê-lo com 50% de desconto.

A Editora da UNEB, como todas as editoras universitárias públicas, não tem como finalidade o lucro e de fato nenhuma delas poderia legalmente vender livros; tal atividade deve ser feita por Fundações com CNPJ próprio ou filial, diferente do da universidade a que é

ligada, e que aí sim podem exercer atividade comercial, emitir nota fiscal, aceitar cartões de débito e crédito e enfim gerar receita para sua própria manutenção.

No entanto, ainda que a Editora da UNEB tenha tal vínculo com uma Fundação, a sua finalidade não seria a venda de livros, mas sim a disseminação do conhecimento, entendido superficialmente como propagação do conhecimento produzido pelos pesquisadores da própria universidade, geralmente concentrados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, os quais demandam de seus pesquisadores (docentes e discentes) a realização de publicações frequentes com o registro e a chancela institucional que a editora universitária fornece, para assim poderem burocraticamente registrar as publicações em seus currículos e plataformas acadêmicas governamentais e assim pontuarem nas frequentes avaliações dos órgãos reguladores da educação no Brasil, especificamente a CAPES já mencionada. Tal visão, que reconheço como superficial, pois identifico a missão da editora de disseminar o conhecimento com os procedimentos burocráticos exigidos pela atividade acadêmica brasileira, e que poderá ser mais profundamente explorada com a nuance das relações de micropoder no capítulo 4, onde argumentarei que a difusão social do conhecimento é mais do que isso aqui exposto.²²

Assim, diante do que apresentei nos três parágrafos anteriores, posso afirmar que o livro acadêmico impresso da Editora da UNEB encontra uma barreira física: os limites da circulação de uma tiragem de 300 exemplares, que a digitalização dos livros pode superar devido às características imateriais dos mesmos e sua disponibilização no repositório online da universidade, o que é a prática mais comum da maioria das editoras universitárias no Brasil.

No meio acadêmico a cultura do livro é tão antiga quanto à própria noção de escola ou universidade. A suposta grande mudança a esse respeito está no modo como o leitor

²² Uma questão prática que expõe uma contradição também incidente sobre este critério operacional, visto que a difusão social do conhecimento pressupõe uma intencionalidade política e ideológica que poderia e deveria, ao menos logicamente, nortear as decisões e funcionamento de qualquer editora pública que se pretenda cumprir um papel no processo de difusão social do conhecimento. Neste sentido, esta perspectiva deveria ser alinhada nos programas de pós-graduação que se vinculam a tais editoras, para que haja coerência entre o que se produz nesses diferentes contextos, mas que fazem interseção neste campo de intencionalidade político-ideológica. Assim, os editais internos de apoio a publicações precisariam, por força desta coerência, tomar esta base como critério de seleção e de escolha.

acadêmico, isto é, o estudante universitário e seus professores podem estar sendo impactados pela presença crescente do livro acadêmico digital. Além é claro da questão emergente da propriedade intelectual relacionada com o livro digital (PARANAGUÁ, 2008), que parece representar também um esforço conservador em relação à ascensão de formas tecnológicas que vão contra as lógicas tradicionais ou hegemônicas, especialmente no tocante a economia capitalista, demandando dinâmicas mais variadas ou plurais para lidar com as “novas” tecnologias de comunicação e informação (LIMA JR, 2005, p.145). Lembrando que isto sempre foi compreendido e proposto como campo potencial (proposicional).

Diante do que apresentei até aqui o livro acadêmico digital das editoras universitárias parece cumprir a função de propagação da produção acadêmica e científica das universidades, pois fica disponível no repositório online das mesmas. No entanto, o aspecto da difusão social do conhecimento desse mesmo livro acadêmico digital disponibilizado ainda parece me escapar em seus sentidos mais profundos.

Um dos muitos aspectos que o livro proporciona no geral é o da propagação do conhecimento produzido e em se tratando do livro digital, potencialmente muito mais, já que certas restrições físicas são superadas ou eliminadas na propagação deste. Propagar estaria ligado ao potencial comunicativo de difusor do conhecimento do livro. Mas tudo isto deve ser considerado potencialmente, pois não está comprovado que mais pessoas leiam mais em função de haver livros digitais disponíveis, nem que esta presumida leitura seja qualitativamente melhor do que a leitura em material impresso. Ler ou não ler, mais ou menos, depende do desejo dos sujeitos e não do fato de haver mais livros disponíveis em algum tipo de suporte. Seria ingenuidade considerar que uma nova tecnologia qualquer induziria a mudança de hábitos dos sujeitos independente de suas vontades e interesses.

No caso do livro “acadêmico” ou mesmo científico, adjetivação que naturalmente já compõe a categoria conceitual “livro”, há uma exigência, que não tem a ver com o mero acesso ou disponibilidade, nem mesmo com a mera mecânica da leitura, pois para que o livro cumpra sua função é necessário que se faça a apropriação do mesmo, do conhecimento aí consubstanciado, isto duplamente, tanto do ponto de vista de quem o escreve quanto do ponto de vista de quem o lê. Ambos precisam estar consignados nos critérios e convenções da

demonstração, que rege o formalismo científico e sua força epistemológica, fora disso, não se considera, é desprezível. Esta questão não pode ficar nem fora da discussão do livro e nem da difusão social do conhecimento, pois as possíveis mudanças, se houver, precisam incidir sobre esta base, este fundamento, que é o cerne da natureza da questão que se coloca.

Resta de subversão dessa ideologia institucionalizada, que é parte do aspecto acadêmico do livro acadêmico digital, o que os sujeitos de fato fazem quando acessam estes arquivos e aí sim parece haver a difusão social do conhecimento, no caso na vertente de uma subjetivação, pois há leitura e apreensão subjetiva e potencial difusão do conhecimento.²³

A minha descrição analítica do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento até toca em alguns momentos na maneira como o livro digital foi percebido e pesquisado por outros pesquisadores de outras áreas tais como a Comunicação, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e também a Educação. Estes sempre com o foco no livro digital como sendo apenas um novo suporte para leitura numa visão predominantemente técnica e acrítica. Tal esforço de sondagem da literatura me ajuda a estabelecer o livro acadêmico digital como parte de um contexto mais amplo já pesquisado, tornando possível a percepção do que posso contribuir com algo novo para o tema, além da minha expressão singular inerente à escrita.

Neste contexto mais amplo pude ver que hoje, os mais de 50 mil *e-books* disponíveis legalmente são versões digitalizadas de publicações literárias, em domínio público, disponibilizadas em PDF, Epub, Mobi, HTML e, também, em e-Text. (PRATA, 2016, p.42). Além das diversas publicações digitais comercializadas regularmente. Fora deste número estão os livros digitais ilegais e que estão incluídos sob a Lei de Direitos Autorais, mas são apropriados e partilhados por leitores de forma orgânica e sem controle.

Se for observada a difusão do conhecimento de uma maneira geral como uma aplicação do livro acadêmico digital, novamente temos um grande potencial advindo da tecnologia digital, mas não necessariamente um fato, apenas um crescimento potencial com

²³ Tem-se aqui uma outra questão, cujas bases, inclusive, prescindem até dos pressupostos arregimentados até aqui. Poderia ficar como provocação para continuidade da pesquisa, noutro momento, mas não como enfoque da tese.

sua fácil propagação, do mesmo jeito que o livro impresso desde a época de Gutemberg. A mudança ou ampliação dos tipos de suporte para o texto escrito pode de fato não representar nada, pois ainda se está a elaborar se há ou não impacto nos modos de leitura dos suportes digitais. Não posso afirmar que essa suposta “revolução digital” vai trazer ao leitor vantagens similares àquelas que existiram na revolução do códice, tais como a possibilidade de o leitor passar do estado de agente passivo²⁴ para ativo na leitura ou estudo e na produção e difusão do conhecimento. (KAMA, 2016, p.36).

Kama (2016, p.37-40) permaneceu em sua pesquisa no limite da consideração do livro como sendo apenas o suporte para escrita, colocando como revolucionária a desvinculação do mesmo com o papel no livro digital. Novamente a pesquisadora se concentra na questão do suporte físico. O que termina por enfatizar o aspecto instrumental do livro acadêmico digital que aqui adoto. Mesmo assim, do mesmo modo como Lima Jr (2009, p.25) critica a suposição de ser mecanicamente revolucionário o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação na sociedade, coloco em questão o uso do termo revolucionário por parte da autora, pois não parece ser a tecnologia em si como instrumento que muda os comportamentos individuais e coletivos, mas sim os próprios sujeitos em seus desejos particulares mesmo que diante de contextos e conjunturas de cunho social e cultural.

Retomando o que já tinha relatado antes, Gimenes (2016, p.38-40), com relação ao acesso ou conexão constante à Internet, a chamada ubiquidade, dos estudantes em geral afirma que a maioria a usa para redes sociais e para comunicação pessoal, muito raramente usando para leitura de livros. Como ela mesma chama atenção para o fato de o ensino, no caso de literatura, ainda usar métodos antiquados e que por isso não consegue atrair a atenção do estudante jovem integrado nesta ubiquidade. Novamente: não se pode estimular a leitura, mesmo digital, sem se despertar o desejo pela mesma, o que está no nível da subjetividade e da subjetivação, mesmo quando aplicado o micropoder da relação entre professor e aluno. No caso da situação do livro acadêmico digital, não parece que seria suficiente colocar o mesmo disponível no repositório da universidade (ou qualquer outro ambiente online no futuro) para

²⁴ Devo considerar neste caso o termo “passivo” apenas com relação a ação de criar e escrever o texto original, pois a atitude do sujeito é sempre ativa, inclusive na leitura.

que ele seja lido e assim o conhecimento difundido. O elemento a mais necessário aqui para que haja o alcance da finalidade proposta é o desejo dos sujeitos em acessar, ler e passar adiante aquele conhecimento, agora já como parte de si mesmo.

Relembrando que para relativizar a questão, a própria Gimenes (2016, p.42-43) ainda expressa como parece ser traço característico da leitura de literatura por estudantes do Ensino Médio e Superior que o suporte tecnológico não importa tanto para a dedicação à leitura, mas ela chama atenção para o fato de as obras que devem ser lidas não parecem se conectar com a época de sua leitura por distanciamento histórico e tecnológico inerente a obras literárias datadas, mesmo em se tratando de clássicos. Assim o que parece atrair para a leitura não é o suporte, mas o conteúdo da obra, que é com o que de fato o leitor parece se conectar no nível do sentido. O que reforça a minha conjectura que a instrumentalidade do livro acadêmico digital não é suficiente para gerar a difusão social do conhecimento, mas apenas a propagação potencial dos arquivos digitais.

Pelo que Souza e Brunham (2011, p.251) elaboram sobre o conceito de conhecimento como sendo a informação elaborada sobre determinado tema, posso afirmar que o livro acadêmico digital da Editora da UNEB pode ser considerado um instrumento de difusão do conhecimento explícito e codificável, isto é, é uma expressão pública e ratificada pela própria comunidade como sendo conhecimento produzido e propagado, estimulador potencial de experiências e vivências a depender da vontade dos sujeitos que acessem e leiam o mesmo.

Enfim, observando a diferença de aspectos materiais dos livros digital e impresso que é levada em conta, por exemplo, na pesquisa sobre o livro infantil de Averbug (2013) que afirma que a materialidade do mesmo se perde, que é algo bastante relevante para a relação da criança leitora com o objeto livro, porém elementos novos surgem em compensação, tais como a imagem com animação e a interatividade. Ela chama atenção para o fato de que o que importa para a criança leitora é o estímulo à imaginação, com o exercício da criatividade e expressão. (p.44). Vejo que o foco da minha análise deve realmente estar no sujeito. Há, portanto, um aceno para a subjetividade.

No momento, o que se tem é um contexto de transição, em que as duas mídias (impressa e digital) concorrem e convivem na preferência dos indivíduos. Inclusive como parte de uma cultura de colaboração bem mais rica, em que o estudante/leitor já fica até certo ponto condicionado pelo entorno a partilhar seus conteúdos com colegas, inclusive (principalmente) os livros acadêmicos digitais, cuja natureza não física permite isso de maneira muito mais rápida e eficiente, permitindo assim o tipo de aprendizado de forma colaborativa com a possibilidade de construção de conhecimentos e ideias em grupo, com compartilhamento de sentidos, visões e percepções individuais. (BARROS, 2012, p. 129).

Este entorno significando não o ambiente digital em si, mas as pessoas que o formam, abertos a conteúdos, leituras e informação pela recomendação e filtros da própria comunidade.

O objeto livro não se restringe a uma função prática, mas revela sua grande importância social e simbólica. Nesse sentido, a invenção de Gutenberg da prensa de tipos móveis revolucionou as relações sociais e culturais, dando acesso à expansão do conhecimento. Do outro lado, a revolução digital e a internet transformaram o acesso à informação e a comunicação entre as pessoas. (AVERBUG, 2013, p.44).

Relativizando estas afirmações sobre os aspectos revolucionários citados, Carr (2011, p.89), por exemplo, considera o formato códice do livro uma tecnologia, isto é, um suporte para escrita que se tornou um objeto em si e que revolucionou a escrita e a leitura. Concordo com os autores em parte, pois que a palavra livro carrega um modo de transmissão de informações, que talvez não possa ser reduzido a apenas um veículo de comunicação, como estou aqui a fazê-lo, pois é assim que o vejo, ainda que reconhecendo a minha própria contradição, mas mitigo o uso excessivo da palavra “revolucionário”. No caso da invenção da impressão no século 16 outros fatores de ordem política, econômica, ideológica e subjetiva interferiram no lento processo de transformação social, não sendo apenas ela como tecnologia que mudou o mundo, como muitas vezes tenta-se apresentar. E o mesmo ocorre com as tecnologias digitais, que por mais que afetem nossas vidas diuturnamente, as transformações de fato só parecem acontecer a partir dos desejos dos sujeitos dentro também dos seus contextos políticos, econômicos, ideológicos e subjetivos. O livro acadêmico digital herda essa significação instrumental e inserido nestes contextos e contingências, como demonstrei ao longo do capítulo. Resta aprofundar um pouco mais as bases referenciais e depois analisar

se e como este, como instrumento, pode promover a difusão social do conhecimento, a partir dessa minha percepção que não deixa de levar em conta o que expus até aqui, mas avança para algo mais específico e singular.

3. (ALGUM REFERENCIAL TEÓRICO) tecnologia digital, livro acadêmico digital e difusão do conhecimento: fundamentação teórica²⁵.

A problemática de uma tecnologia que serve de instrumento para atender os desejos de sujeitos reais num dado contexto social abre para mim a necessidade de fazer uma série de escolhas. Devo desenvolver algum nível de aprofundamento sobre o que caracteriza as categorias da tecnologia digital, do livro acadêmico digital como um produto inserido nesta e a difusão social do conhecimento como objetivo pretense do uso deste.

Muito da ênfase que se tem dado na interseção destas três categorias está no aspecto da tecnologia como o elemento que proporciona a difusão, deixando na superfície uma análise que, se aprofundada, vai chegar no que Lima Jr (2005, 2012, 2021) chama de subjetividade, não como um conceito, mas como uma visada sobre os aspectos que na educação em especial são vistos como técnicos e que de fato se referem ao sujeito e sua condição de criativo e incompleto.

Tal condição me faz olhar para como as tecnologias digitais, tais como o livro acadêmico digital, podem e são apropriados pelos sujeitos autores, leitores e outros em níveis de sentido que só posso chamar de inesperados, pois cada sujeito (autor e/ou leitor) vai tender a ver tais objetos (livros ou outras tecnologias) de modo singular. Eu, por exemplo, trago a minha experiência pessoal na Editora da UNEB e todo um conjunto de crenças e saberes que me permitem apresentar e analisar tais categorias de modo único, mas não necessariamente inédito, pois já me insiro também numa possível cultura mais ampla do livro e da leitura em ambiente digital e que tem o potencial de possibilitar a difusão social do conhecimento, mas isso a depender do modo como sujeitos reais, como eu, se apropriam ou não dos conteúdos presentes em livros acadêmicos digitais, respondendo a um apelo e tornando seus pela via da subjetivação mesmo que dentro de contextos de relações de poder (macro e micro), que também podem ser propícios a ações institucionais (de ensino, de extensão e de pesquisa, por exemplo) que também expressam interesses subjetivos, mas que sempre carregam o potencial

²⁵ Uma versão sintética deste capítulo foi publicada na coletânea EDUCAÇÃO, PENSAMENTO CRÍTICO E EMANCIPAÇÃO, organizado por MUTIM, Avelar; QUEIROZ, Delcele; SANTOS, Luciano (2020), pela EDUNEB, com o título TECNOLOGIA, CONTEMPORANEIDADE E O LIVRO DIGITAL: algumas aproximações de uma pesquisa em andamento. P.227-244.

de algum tipo de subjetivação, quiçá até como subversão (LIMA JR, 2021), que faz ascender a subjetividade do sujeito num nível pleno fora até da possibilidade (não só minha) de ser expresso em palavras. No que pode ser expresso por mim, vem a seguir.

3.1 Tecnologia Digital

Estava claro para mim que ao pesquisar em outro lugar (OLIVEIRA, 2011, p.9) sobre a educação em ambiente digital que “as tecnologias da informação colaboram para a construção de um conhecimento coletivo, comunitário e global”, cujo crescimento exponencial leva a um desenvolvimento do todo das sociedades e não apenas dos seus indivíduos isolados.

São afirmações carregadas de pressupostos e que demonstram as mesmas falhas típicas de quem está a escrever sobre um assunto recorrente e saturado. Entendo como tecnologias digitais o conjunto de conhecimentos desenvolvidos e aplicados na e sobre a computação e que transformam via impulsos eletrônicos as informações sobre a realidade em bits (unidade de informação digital). Pretendo aqui apresentar alguns dos elementos básicos sobre isto a partir de alguns autores que pesquisam ou pesquisaram sobre tema similar, mas não buscando uma unidade no tema e sim um pouco do escopo e amplitude do mesmo em nosso contexto atual.

Pretto (2005, p.160) nos informa a partir de várias referências que:

as tecnologias da informação e da comunicação vêm contribuindo para a modificação da forma de as pessoas se relacionarem e de construir conhecimentos, pois elas proporcionam múltiplas disposições à intervenção do interagente (Primo, 2002). Essas novas modalidades comunicacionais proporcionadas pela presença das TIC criam novos tempos e espaços interativos descentralizados, não lineares e provocam mudanças estruturais na forma de se produzir, distribuir e compartilhar a informação, passando de um sistema “Um-Todos” para “Todos-Todos” (Brechet citado por Dantas, 1996; Lévy, 1999; Lemos, 2001). Na rede todos os nós são centros, ligados entre si, formando uma teia, onde os conhecimentos são permanentemente (re)construídos, a partir das interações entre os sujeitos.

Vejo aqui que as categorias “construção do conhecimento”, “espaços interativos descentralizados” e “distribuição e partilha de informação” podem abrir espaços para elaborar

diversas proposições a respeito do livro acadêmico digital ao longo da tese, pois passa pela minha problematização da questão de como o livro acadêmico digital tem papel instrumental na difusão social do conhecimento. Não seria simplesmente reduzir a tecnologia digital específica a um aparato instrumental com um objetivo particular, mas muito mais compreender como este objetivo de difundir conhecimento poderia realmente acontecer pela via que escolhi trilhar.

Sales (2013, p.23) e Lima Jr (2009, p.35) situam as tecnologias digitais no contexto da difusão social do conhecimento na contemporaneidade, antecipando um pouco meu próprio objeto que analisa uma tecnologia digital específica como instrumento para difusão do conhecimento. Ela vai pelo caminho do efeito social de como o sujeito difunde conhecimento a partir de seus processos cognitivos (SALES, 2013, p.24), enquanto eu elaboro a difusão também a partir dos sujeitos, mas em suas relações de micropoder e subjetivação. Já Lima Jr e Cunha (2009, p.270) tratam também de como as redes sociais digitais produzem conhecimento conectando sujeitos em suas trocas de conteúdos e experiências. E em outro texto da mesma coletânea (LIMA JR, 2009, p.16) é afirmada a autonomia e singularidade do sujeito perante as imposições da sociedade tecnológica que parece dominar todos os contextos humanos em forma de submissão destes àquela. Não pretendo negar a tecnologia digital, mas analisá-la, no caso o livro acadêmico digital, como instrumento para a difusão social do conhecimento. Categoria a qual assumo como uma ação humana e subjetiva, não técnica, mas que usa esta para seus fins.

O livro acadêmico digital, sendo uma expressão das tecnologias digitais, parece ter um grande potencial como instrumento para a difusão do conhecimento. No entanto, para além disso, como diz Nonato (2011, p.449), há um elemento estético na difusão do conhecimento via tecnologia digital que passa pelo status de verdade inerente ao sujeito, isto é, a difusão do conhecimento está num nível estético subjetivo que vai além do racional. Assim a tecnologia digital, como é o caso do livro acadêmico digital, é um instrumento para expressão estética subjetiva, que parece ir além do potencial para difusão do conhecimento inerente à tecnologia em si.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ou Tecnologias de Comunicação e Informação (TCI) lidam conceitualmente com o processo de generalização dos usos de tecnologias voltadas para a comunicação e a informação num contexto de infraestrutura produtiva em que o domínio do conhecimento como técnica se torna parte de um modelo cultural, integrando praticamente todos os aspectos da vida das pessoas. (LIMA JR, 2007, p.13).

De maneira mais enfática, posso falar do uso da informática na comunicação como a generalização de uma presença ubíqua e em rede de construtos científicos e tecnológicos que podem afetar o modo de existir das pessoas, que ideologicamente são colocadas num modelo imaginário de vida e sociedade supostamente totalmente integrada com os processos informáticos ou digitais de comunicação, e que a depender do autor que esteja falando pode ser apresentado com grande otimismo ou como terrível perda da humanidade no humano.

Assim como Sales (2013, p.118), eu concordo que as tecnologias digitais têm um papel importante na constituição da contemporaneidade, mas devem ser admitidas tanto suas potencialidades para a realização humana quanto as suas limitações para tal. Exaltar estas tecnologias como redentoras da sociedade, da educação ou da cultura tende a esconder sua compreensão como potencialidade para a expressão subjetiva, o que vai além de sua instrumentalidade factual.

Outras pesquisas e reflexões na área de tecnologia e educação reapresentam a questão com novos elementos contextuais, mas com a mesma problemática inerente aos efeitos de tecnologias de comunicação e informação, nesse caso na educação:

Hoje, na contemporaneidade, vivenciamos uma profunda reestruturação dos sistemas de informação e comunicação, das relações econômicas e da educação. Este novo cenário desencadeia processos de individualização, diversificação nas relações de trabalho e mudanças que repercutem nas formas de gerir as organizações e os processos humanos. Ocorre ainda um aumento da concorrência global utilizando-se da revolução técnico-científica para dinamizar os processos em todas as dimensões sociais, dentro de uma lógica, eminentemente, paradoxal, pois de um lado demonstra-se racionalista e homogeneizadora e, de outro, mostra as potencialidades das redes nos espaços econômicos, sociais, culturais e educacionais, criando possibilidades solidárias, éticas, democráticas. (LIMA JR; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.29).

Assim, o paradoxo citado está na manutenção de um pensamento apenas técnico quando o aspecto da subjetividade parece caminhar muito além da técnica, já que os usos das tecnologias da informação e comunicação parecem carregar em si a propositividade inerente da expressão do sujeito. Essas três palavras por si (tecnologia, comunicação e informação) demandam um esforço explicativo próprio, mas de antemão deve-se perceber que algumas mudanças que fazem parte desse suposto momento de ascensão das TIC ou TCI são mudanças no nível apenas instrumental. Possíveis efeitos no nível da subjetividade ainda estão por serem compreendidos em sua profundidade. Sales (2013, p.96) apresenta uma visão semelhante ao problematizar o uso das TIC com fins de difusão social do conhecimento, pois acredita como eu que não são os instrumentos tecnológicos que proporcionam a difusão do conhecimento, mas sim as ações de sujeitos reais em suas potencialidades, escolhas e desejos.

Como parece típico de nossa época cheia de efemeridades, o que é apresentado como novo, especialmente quando considerado como produto de um desenvolvimento técnico, daí “uma nova tecnologia”, soa como sendo melhor que o velho. Então o uso de uma lousa branca no lugar do quadro negro seria um avanço tecnológico, pois foi o novo num dado momento; sem considerar os impactos dessa mudança para a indústria do giz, por exemplo. Do mesmo modo passa-se a usar a lousa eletrônica, digital ou virtual (escolhas de um nome para um produto) como sendo o novo e quem não usar está ultrapassado.

No começo da popularização da Internet, todos precisavam ter e-mail para não ficar para trás, depois vieram as redes sociais, agora os aplicativos móveis. Sem dúvida estas ferramentas de comunicação que ajudam na troca de informações promovem alterações nos hábitos cotidianos de muitas pessoas, mas quando tudo isso é contextualizado neste ambiente de “ascensão do conhecimento como infraestrutura produtiva” (LIMA JR, 2005, p.15), então se vê que a situação vai mais além do que apenas novas ferramentas para se comunicar e trocar informações. É muito mais a situação de uma nova ecologia do ser humano, pois todo seu ambiente é mudado devido ao relacionamento constante com um tipo de tecnologia que Lima Jr (2005, p.20) chama de “proposicional” e que, semelhante, porém diferente, Lévy (1998) chama de “tecnologia intelectual”. Ambas sendo compreensões das tecnologias

digitais não só como ferramentas, mas como um componente de expressão da subjetividade, no primeiro caso, e da sociedade, no segundo.

Tendo a concordar então com essas visões de Lima Jr (2005) e de Lévy (1998), pois a cotidianidade do aparato digital no qual o livro acadêmico digital está inserido cria uma ilusão de familiaridade ou domínio instrumental, dentro dos processos informacionais e comunicativos, que muitas vezes não nos permitem enxergar tais coisas como construções e expressões de nossos sentidos, sentimentos e experiências pessoais. Afinal, tecnologia é instrumento, mas é também transformação do sujeito e pelo sujeito (LIMA JR, 2009, p.18-20).

Esta visão também parece ser compartilhada por Pretto (2005, p.207-208) que elabora como o computador e a Internet tentam imitar a forma do pensamento humano. Noto que os adjetivos adotados para qualificar tais tecnologias são quase sempre os mesmos, o que parece supor uma admissão de expressão inteligente dos indivíduos que usam a tecnologia como forma de construir sentidos. No entanto, a admissão desse esquema como parte da realidade humana atual não está livre de dúvidas, questionamentos e desconfianças.

As transformações que vivenciamos parecem muito mais complexas do que qualquer das precedentes, seja porque o ritmo de mudança de muitas delas é mais célere do que no passado, seja porque algumas mudanças são mais amplas, envolvem um número maior de pessoas, instituições, territórios, seja porque várias transições importantes estão coincidindo. (PRETTO, 2005, p.71).

Faz parte do papel do pesquisador na área de ciências humanas adotar uma visão que dê conta dos problemas inerentes às mudanças tanto na tecnologia quanto na sociedade, considerando aqui que ambas as categorias estão inevitavelmente imbricadas. Os efeitos dessas mudanças na maneira como indivíduos constroem e compreendem seus sentidos de vida é parte do que estou aqui construindo. Não pretendo avançar tanto quanto parece abrir em possibilidades o que o autor cita acima, mas reconheço o compromisso com este mesmo contexto de mudanças e que parece demandar uma vigilância constante daqueles que se propõem a pensar o sentido humano dos objetos tecnológicos.

O impacto de novas tecnologias nas diversas atividades humanas é um tema recorrente nas ciências humanas. O aspecto que chamo atenção é da construção ampla de uma

inteligência centrada nas tecnologias computacionais ou digitais, e que, apesar dos usos inapropriados do senso comum, indicam o caminho da manutenção e ampliação de algo bastante primário da condição humana: a necessidade de transmissão via “dispositivos materiais” de informações, como por exemplo, a escrita, que pode ser apropriada como técnica através de vários “dispositivos materiais” com o propósito de passar adiante os mais diversos sentidos e significados. (LIMA JR, 2005, p.20 e 2007, p.34).

Essa visão só é possível porque enxergamos tais tecnologias como ao mesmo tempo parte da amplitude do que é a tecnologia humana, apresentada antes como instrumental para atingir os objetivos humanos, mas também elas dão uma ênfase maior na expressão ou na possibilidade de expressão da subjetividade humana, especialmente quando nos aproximamos de objetos tais como a difusão social do conhecimento. Se cruamente são processos de transmissão de informações, na percepção dos sujeitos é, com certeza, muito mais, “compreendida a partir de uma relação complexa entre indivíduo-sociedade-coisas-instituições” (LIMA JR, 2005, p.20).

A questão então, das tecnologias digitais, não parece que vá ser totalmente desenvolvida e muito menos respondida, apesar dos muitos esforços acadêmicos que estão sempre inseridos na nossa incompletude permanente como sujeitos. Além disso, tal ocorre muito porque alguns destes esforços permanecem com visões tecnicistas sobre o avanço tecnológico, muitas vezes deixando de lado os elementos do sentido humano do avanço e outras vezes passando perto, mas sempre deixando algo novo a ser percebido e pesquisado por uma nova visão.

A minha visão se insere nesta discussão a partir da atribuição do livro acadêmico digital como instrumento para difusão social do conhecimento. Ser instrumento para algo implica a manipulação do mesmo por sujeitos, o que parece ter ficado evidente nesta sessão a partir dos pontos de vista apresentados; no entanto não fica claro como tal arranjo se dá e para isso serão necessárias formulações teóricas diferentes das que foram feitas até aqui. Eu vejo nas tecnologias digitais o potencial para uma expressividade humana que possibilita um abrir-se para si mesmo, podendo assim unir os diferentes sujeitos mesmo em suas diferenças, caracterizando assim uma tecnologia também social, e que permite, se assim cada sujeito

desejar, que cada um seja a si mesmo na infinita multiplicidade dentro da unidade. É por este caminho que devo continuar caminhando.

3.2 Livro Acadêmico Digital

O livro acadêmico digital é um arquivo digital e está nele a escrita e edição de quem fez o mesmo, com todos os recursos possíveis disponibilizados pela tecnologia digital atual ou que venha a existir no futuro, mesmo que estes não tenham sido efetivamente utilizados em cada livro particular. Quando o mesmo é acessado pode ganhar sentido renovado, pois o contato com o leitor abre as novas possibilidades de leitura, interpretação, difusão, aprendizado e formação que suponho ser ainda mais carregados de possibilidades devido a suposta natureza multimídia e hipertextual de acesso imediato do livro acadêmico digital. Tal ideia é reforçada por Almeida (2015, p.41) quando a mesma enumera alguns elementos que seriam evidência de uma pretensa maior facilidade de acesso proporcionado pelas tecnologias digitais, tais como: “capacidade de atualização, escala, possibilidade de pesquisa, portabilidade, preços acessíveis, intertextualidade e multimídia”.

Retomando a minha definição de livro como um produto que tem a função primordial de comunicação com os leitores afastados no tempo e no espaço, acrescento o adjetivo digital para caracterizar o mesmo com as especificidades instrumentais relativas ao suporte de leitura, como introduzido acima.

O que elaborei no item anterior caracteriza de modo amplo a que se refere o adjetivo digital, pois trata da sua natureza eletrônica, isto é, a informação em forma de impulsos elétricos ou bits. Convertida em linguagem binária, que é a linguagem entre computadores, os conteúdos presentes nos livros ou sua interface para leitura humana são colocados disponíveis através de aparelhos computacionais (computadores, tablets, celulares etc.) que, por estarem conectados via Internet, têm o potencial de acesso e leitura em uma série de contextos em que um livro impresso, por exemplo, não conseguiria alcançar sem um gasto e/ou esforço maior. Com isto estou me referindo a transporte, armazenamento, estocagem etc.

Já o adjetivo acadêmico demanda de mim um esforço maior e ao mesmo tempo um posicionamento. Como mostrei no capítulo anterior, o trabalho de uma editora universitária está ligado ao objetivo institucional de cancelar e publicar o conhecimento científico e acadêmico produzido na universidade. Então o “acadêmico” adjetiva o livro como sendo de

um tipo específico: aquele que teve este tipo de chancela institucional ou similar. Devo me posicionar quanto ao aspecto inevitavelmente ideológico desta chancela, como também já mencionei no capítulo anterior.

Acredito que é vital que editoras universitárias e/ou acadêmicas (assim como periódicos acadêmicos) almejem prover o tipo de chancela para que os livros que cheguem à público tenham a mínima garantia de que são pelo menos baseados na tentativa de ser o mais próximo possível da verdade nos diversos campos de saber. Uma atribuição que reconheço como ideológica, mas nem por isso menos real como motivador das condutas dos sujeitos envolvidos. Devo reconhecer ainda que muitos saberes não considerados científicos ou filosóficos podem ser deixados de lado na recepção dessa chancela acadêmica, o que tende muitas vezes a empobrecer a amplitude do potencial criativo dos sujeitos, que, muitas vezes ao subverterem os conhecimentos reconhecidos e chancelados estão justamente apontando para elementos da realidade não vistos ou ignorados pela ciência e/ou pela filosofia, produzindo sentidos que não deveriam ter um status nem maior nem menor que das áreas mais valorizadas pelas chancelas institucionais acadêmicas²⁶.

Voltando a apenas ao livro, Kama (2016, p.33), pesquisadora na área de Ciência da Informação, apresenta num breve histórico como o desenvolvimento da técnica de impressão de livros deu impulso ao mercado editorial na Europa. Este advento facilitou a propagação de ideias novas rapidamente, o que fez com que os poderosos do século XVI (clero e nobres) providenciassem uma lista de livros proibidos em vários locais do continente. Porém, mesmo com essa censura, o comércio paralelo de livros proibidos nunca deixou de existir, pois sempre havia pessoas dispostas a difundir de algum jeito, mesmo contra a lei, novas ideias e conhecimentos.

Como coloca Averbug (2013, p.45):

²⁶ Além da editora universitária, também ficam incluídos nestas chancelas os programas de pós-graduação *strictu sensu* autorizados e avaliados pela CAPES e os periódicos também avaliados e classificados pela mesma instituição governamental. A CAPES não define este cânone, ela o segue no âmbito da formação superior, estando submetida ao Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) que, por sua vez, segue um acordo internacional. (LIMA JR, 2019).

Considerado um meio de comunicação e transmissão de conhecimentos, o livro é agente dentro da cultura e da vida social, pois transforma (*podem transformar*) profundamente as pessoas e seus modos de pensar, agir e entender o mundo. Cada mudança em seu funcionamento, forma e função afetam não só aos leitores diretos, como a toda sociedade; cada nova tecnologia relevante introduzida no cotidiano dos homens produz (*podem produzir*) consequências nos contextos sociais e pessoais. *Grifo nosso.*

Não entendo tal proposição de modo automático, isto é, a inserção ou mudança do livro como tecnologia não parece afetar a todos e muito menos do mesmo jeito. Se for observada a difusão do conhecimento, por exemplo, como uma aplicação do mesmo, novamente temos apenas um grande potencial advindo da tecnologia digital, mas não necessariamente um fato, apenas um crescimento potencial no processo de disseminação, do mesmo jeito que o livro impresso mencionado anteriormente. Está fora de meu objeto se a mudança ou ampliação dos tipos de suporte para o texto escrito pode de fato representar algo, pois ainda se está a elaborar se há ou não impacto nos modos de leitura dos suportes digitais²⁷.

Essa problematização da ideia do livro acadêmico digital como nova tecnologia revolucionária para a difusão social do conhecimento por si só mitiga um pouco do que estou a colocar sobre os efeitos das “novas” tecnologias na vida das pessoas. Mas não há como negar que o próprio questionamento implica um pensamento diferenciado sobre a questão, pois, diferente do que é trazido pela autora citada, o livro (impresso ou digital) não parece ser um mero suporte com vantagens e desvantagens, o que encaminha o tema muito mais para um viés ideológico por um lado e pessoal por outro.

Averburg (2013), assim como Kama (2016), que já mencionei no capítulo anterior (e agora trago novamente), permaneceram em suas pesquisas no limite da consideração do livro como sendo apenas o suporte para escrita, colocando como revolucionária a desvinculação do mesmo com o papel. As pesquisadoras se concentraram na questão do suporte físico. A mudança de átomos para bits incorre numa revolução em que sentido? Afinal elas mesmas informam que o livro continua o mesmo, só está em formato digital, o que termina por

27 Posso pensar neste sentido no papel atual e futuro dos designers de livros digitais, que sendo leitores e criadores ao mesmo tempo podem vir a desenvolver olhares diferenciados que reflitam em novas estéticas de leitura e apropriação, pois chegariam aos sujeitos leitores de modos imprevisíveis. Há também as maneiras possíveis como autores e editores irão poder se apropriar de tais potencialidades tecnológicas advindas do suporte digital para criar novas formas expressivas ou não.

devolver o tema para o campo da ideologia e ainda mais restritamente para a subjetividade do pesquisador, que de fato sempre esteve presente, mesmo que não abertamente reconhecido.

Essas considerações me ajudam a diferenciar o caminho seguido por aqueles que veem o livro acadêmico digital apenas como um novo suporte e a visão que estou tentando desenvolver aqui de uma tecnologia que proporciona a difusão do conhecimento num nível mais que instrumental. As pesquisadoras (Averborg e Kama) chamam de livro eletrônico o modo como o mercado editorial chama os suportes ou *e-readers*, isto é, os leitores eletrônicos, que não podem de modo algum serem confundidos com o livro digital, que elas chamam de livro em si, que se aproxima do que estou a apresentar como livro acadêmico digital.

O que me faz perceber a importância dada aos efeitos de novos suportes de comunicação, a exemplo do livro acadêmico digital, sobre a vida social e pessoal. Tal concepção tem sido recorrente nas pesquisas e reflexões sobre o tema da tecnologia relacionada com a comunicação. Inclusive discute-se muito como as tecnologias mais novas afetam a relação das pessoas com as já existentes, criando conjunturas de conflito e superação. (FERREIRA, 2016, p.13).

Estabeleço agora a partir de Almeida (2015, p.44) alguns tipos de livros que seriam caracterizados como digitais devido a uma série de funcionalidades de natureza eletrônica: o livro digital estático, que é o livro impresso reproduzido digitalmente, que apresenta apenas o texto, mencionado anteriormente e adotado aqui como o tipo que a Editora da UNEB (e outras editoras universitárias) usa como instrumento para pretensamente cumprir sua missão de disseminar conhecimento descrito e analisado no capítulo 2; o livro híbrido, que é o impresso com elementos de conexão com o mundo digital (links e QRcodes²⁸); o áudio livro, que como o nome diz reproduz o livro sonoramente; e finalmente o livro digital dinâmico e o multimídia, que permite uma série de manipulações, comentários e inserções, pelos

²⁸ QR (sigla do inglês Quick Response, resposta rápida em português) é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. Esse código é convertido em texto (interativo), um endereço URL, um número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail, um contato, um SMS ou um arquivo qualquer.

autores/editores e leitores, e também possibilita visualização de imagens, sons e vídeos, além do que quer mais que se venha inventar para expressar conteúdos: hologramas, realidade virtual, etc.

Um livro digital é basicamente o mesmo que um livro convencional, porém com outros recursos integrados além do texto. Uma diferença a ser feita a respeito do livro digital em relação ao impresso é a separação que deve ficar clara entre o livro digital estático, isto é, aquele que é uma mera reprodução digital de um livro impresso, que já estabeleci como sendo aqui como o adotado pela Editora da UNEB e por outras editoras universitárias e por mim para ser objeto da pesquisa, e o livro digital dinâmico: obra totalmente produzida para leitura e apreensão por meios digitais e que torna impossível a sua impressão, pelo menos sem a perda de partes de seus conteúdos criados e produzidos para serem digitais e/ou interativos. Por exemplo: áudios, vídeos, gráficos móveis ou qualquer outro objeto que exista ou que venha a ser criado que não tem como ser expresso ou apreendido apenas através do texto escrito. (OLIVEIRA, 2014, p.21-23). As editoras que estão começando a trabalhar com este tipo de produto ainda estão em processo de transição e seleção de modelos e formatos. (Ibidem, p.114).

Em trabalho defendido na USP, o livro digital é apresentado como veículo para promover acessibilidade de pessoas com necessidades especiais (MELLO, 2015, p. 14-16). No caso, os recursos digitais presentes nos arquivos que contêm os livros podem ser destacados como possibilidades mais prementes desse acesso: o arquivo que pode ser lido automaticamente pelo aparelho leitor (computador, tablet ou celular) em voz alta, se transformando assim em um áudio livro. Os arquivos em PDF, que é o formato mais popular neste momento para livros digitais, já têm esse recurso, no qual o texto que consta nas páginas é lido em voz alta. Além disso, para limitações parciais de visão, os textos podem ser aumentados nas telas (monitor do computador, tablet e celular) quase indefinidamente, possibilitando a leitura sem a necessidade da impressão de uma versão acessível do livro com fontes maiores.

Com a popularização dos dispositivos portáteis, principalmente *smartphones* e *tablets*, o *eBook* já é uma realidade no mercado, grandes editoras já possuem versões digitais dos seus livros e revistas mais importantes. Várias escolas e universidades

também estão aderindo rapidamente aos benefícios decorrentes do livro digital, tornando-o uma ferramenta essencial para a educação. (ALMEIDA, 2015, p.32).

É bom deixar aqui exposto que vários pesquisadores (KAMA, 2016; AVERBURG, 2013; ALMEIDA, 2015; SANTOS; MORAIS; PAIVA, 2016; dentre outros) parecem se concentrar muito nos processos evolutivos dos suportes da escrita e da leitura, misturando ainda conceitos e noções problemáticos como meros marcadores temporais e culturais.

Além disso, parece já ser uma tese expressar o desconforto com uma separação entre o livro e o livro digital, pois há muita imprecisão nesta diferenciação, pois esta se concentra apenas no aspecto da plataforma ou suporte da leitura: impresso ou digital.

Por exemplo, em recentes discussões nos encontros da ABEU ainda se coloca como ponto central se as editoras universitárias deveriam adotar o formato PDF ou o Epub e ainda qual a tiragem deveria se produzir de livros impressos, já que logo os mesmos seriam disponibilizados digitalmente. (ABEU, 2017). O que demonstra que a instituição maior das editoras universitárias do Brasil ainda está focada numa questão que é basilar dentro do objeto. Isto é, o raciocínio institucional é técnico, pragmático e produtivo. Qual o formato usar para atingir os objetivos produtivos? Fica evidente o viés superficial, incipiente e ideológico.

Pinsky (2013, p.17) afirma que o momento atual do mercado editorial diante do aparecimento e facilidade de uso do livro digital está numa fase de transição e incerteza, especialmente do ponto de vista do papel dos editores, pois com o livro digital novos atores surgem no processo de produção e edição do livro, além da maior possibilidade de participação direta de autores e leitores. O que mais uma vez aponta para os sujeitos e não para o aparato técnico como centro da questão.

Concordo que o livro acadêmico digital tem o potencial de atingir uma quantidade muito grande de autores e leitores, pois por um lado é menos custoso disponibilizar o mesmo em ambientes digitais, por parte de quem o escreve ou produz, como falei no capítulo 2; e por outro, mesmo sem garantias de ocorrer, um número maior de leitores pode potencialmente ser

atingido. Porém assumir daí que há maior participação direta de autores e leitores demanda estabelecer do que se trata tal participação.

Se a participação se resume à propagação do arquivo digital pelas redes das quais estes sujeitos fazem parte, então o aspecto instrumental do livro acadêmico digital fica reforçado e o objetivo de difundir o conhecimento fica resumido à propagação. Porém se eu afirmar que participar significa colaborar subjetivamente em leituras, interpretações, comentários, debates, aulas, exposições e reescritas diversas, então temos um possível processo de difusão social do conhecimento bem mais aprofundado que a mera propagação instrumental de um arquivo digital.

Em publicação recente, Santos, Morais e Paiva (2016, p.454) afirmam do processo de substituição, complementaridade e convivência do livro digital com o impresso nas escolas de muitos países a partir de decisões governamentais, mas um tanto focado na redução de custos e maior facilidade de acesso, e não no possível desejo de leitores estudantes. Parte-se do princípio que as gerações atuais que nasceram na era digital estão propícias ou pré-dispostas a adotar tais plataformas de leitura digital, mas sem muita reflexão a respeito dos sentidos de tais práticas para os usuários. Exemplo curioso é o da Coreia do Sul, que planejava em 2011 uma substituição total das bibliotecas escolares para livros digitais até 2015, mas já em 2012 tinha voltado atrás na ideia, optando por um acervo complementar entre o digital e o impresso.

Não é desenvolvido no texto, mas posso supor que logo se viu que não é o suporte que faz o livro ser lido, mas o interesse dos sujeitos em ler a partir das suas escolhas. Os mesmos Santos, Morais e Paiva (2016, p.463) ainda problematizam a adoção dos *e-readers* em sala de aula por alunos e professores, considerando-os também como distrações e facilidades ao mesmo tempo. Aparece aqui o micropoder na relação do professor com o aluno, pois estes teriam de ser vigiados por aqueles no sentido de não ter a atenção desviada para outros conteúdos acessíveis pelos *e-readers* em sala de aula. O que novamente reforça a questão da adoção de um dispositivo tecnológico versus o desejo dos indivíduos em como usar tal dispositivo. São os sujeitos que dão sentido ao seu uso e não o inverso.

Sou impelido assim a estabelecer os marcadores de um contexto social e teórico bastante peculiar, que posso até reconhecer como parte da contemporaneidade, pois é algo que estamos a vivenciar diuturnamente. A visão de McLuhan, por exemplo, de uma aldeia global propiciada devido ao avanço dos meios eletrônicos que superariam certa individualização de meios anteriores, tais como rádio e televisão, é reproduzida como parte de um contexto generalizado da teoria sobre comunicação-tecnologia-sociedade. (AVERBUG, 2013, p.55).

A aldeia global, concebida por McLuhan e Powers (1996), nas décadas de 1960 e 1970, possui hoje uma outra configuração, muito mais interativa, possibilitando a emergência das chamadas comunidades de aprendizagem. Para Rheingold (1997), essas comunidades se constituem em agregações sociais que surgem na Internet formada por interlocutores invisíveis que podem ter interesses que vão do conhecimento científico ao conhecimento espontâneo, utilizando esses espaços para trocas intelectuais, sociais, afetivas e culturais, permitindo aflorar os seus sentimentos, estabelecendo teias de relacionamentos, mediadas pelo computador, conectados na rede. (ALVES, 2012, p.189).

Essa interpretação sociológica a respeito da evolução dos suportes tecnológicos carrega a ideologia do progresso tecnológico como elemento revelador das potencialidades humanas. Por mais que seja agradável pensar dessa maneira, o estabelecimento do contexto teórico sobre comunicação e tecnologia me obriga a olhar além do otimismo ou do pessimismo sobre os efeitos das tecnologias nas nossas vidas. E este é um pouco o papel tácito desta tese sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento. Os efeitos sociais previstos ou descritos a respeito do tema no geral tendem a criar em nós a ilusão de que o que se pode esperar das tecnologias estudadas é apenas isso, artificialmente nos forçando a tomar uma posição a favor ou contra. A minha visão do contexto aqui elaborado tenta fugir disso, pois acredito que não haja uma resposta definitiva do ponto vista geral, apenas percepções parciais que se assumem como coerentes apenas por serem ressonantes com a realidade de cada um. E isso é o que eu posso trazer de novo sobre a questão, mas que na verdade não é novo, pois alguns já puseram em perspectiva tais reflexões sobre tecnologia e eu estou apenas a reafirmar que tudo vai depender da aceitação de um uso que é criativo e singular a respeito de qualquer tecnologia, pois esta sempre se refere ao sujeito e seus processos de subjetivação que dão sentido à mesma, seja ela qual for.

3.3 Difusão Social do Conhecimento

Nos estudos sobre difusão do conhecimento²⁹ pode ser percebida tradicionalmente a distinção entre gestão do conhecimento, que deu início às reflexões sobre o tema e a difusão social do conhecimento que surgiu posteriormente. A distinção demarca os modos de abordar o tema a partir de uma visão mais organizacional (SOUSA; SANTOS, 2012), centrada na separação entre o conhecimento tácito e explícito e os modos destes operarem na gestão das organizações; já na difusão social do conhecimento há uma preocupação com aspectos sociais e subjetivos, mas este como uma categoria não muito desenvolvida, cuja produção de sentido a respeito do sujeito vai além do próprio discurso científico hegemônico. E também tratando da propagação dos conhecimentos acumulados pelas ciências, com elaborações nos vários ramos da pesquisa em educação (GALLEFI; MODESTO; SOUZA, 2011; SALES, 2013).

Em minha presente abordagem sobre difusão do conhecimento sigo a direção da difusão social do conhecimento, mas não foco nesta distinção, pois esta também não é uma divisão, apenas uma demarcação que não funciona de maneira absoluta, pois a separação e posicionamento da difusão do conhecimento como gestão do conhecimento ou difusão social do conhecimento é uma escolha política e não teórica, como também aponta Sales (2013, p.19-20), o que me leva a um posicionamento na direção da difusão social do conhecimento e crítica da gestão do conhecimento, especialmente porque vejo a difusão do conhecimento pela via do sujeito nas relações de micropoder e nas formas de subjetivação do sujeito e como esta acontece através do livro acadêmico digital como instrumento para o mesmo.

Tal posicionamento implica a admissão não só que os sujeitos dos processos de difusão sejam o centro da questão, mas também que o livro acadêmico digital como instrumento seja produzido, como o é pela Editora da UNEB e por outras editoras universitárias, com o compromisso de propagar conteúdos que tenham certo engajamento social, que se reflete nos processos de seleção, avaliação e revisão dos livros publicados³⁰.

²⁹ As referências que uso aqui são os resultados de pesquisas do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, que reúne pesquisadores da UNEB, UFBA, IFBA, UEFS, LNCC e SENAI CIMATEC.

³⁰ Tal engajamento é por mim assumido por convivência com os produtos propagados pela editora universitária,

Em ambas as correntes da difusão do conhecimento, o conhecimento considerado é prioritariamente o conhecimento acadêmico e/ou científico, mesmo sendo assumido com cautela tal definição devido as limitações deste, como já considerei na minha metodologia.

Na corrente da gestão do conhecimento temos por exemplo com Sousa e Pimenta (2012, p.29) que há uma reflexão seguindo algumas correntes filosóficas e científicas e que definem a mesma como “o gerenciamento do conhecimento associado aos processos de produção”. As autoras (p.19) com isso defendem que a gestão do conhecimento é o modo de lidar com a ciência da humanidade na forma de novos inventos e que gerir isso é uma função da difusão do conhecimento. E que mesmo tendo premência na área de administração, pretende também difundir socialmente os conhecimentos produzidos.

Para as autoras (p.23) a gestão do conhecimento é um modo de sociabilidade entre sujeitos, então como difusão do conhecimento, mesmo tendo objetivos específicos, continua sendo a troca e relação entre sujeitos. Já Stopilha e Fernandes (2012, p.37), na mesma coletânea de textos, afirmam a difusão do conhecimento como parte da gestão do conhecimento, interagindo processos de produção e diálogo, especialmente em ambientes empresariais, o que possibilita o aprendizado dos sujeitos pela via do conhecimento acumulado coletivamente. Fica visível que o propósito que guia tal linha de pensamento coloca o sujeito e o social como elementos secundários ou colaterais.

Elas (p.38) dizem que “o conceito de gestão do conhecimento surge, na década de 90, atrelado ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação”. Tal posição teórica voltada para objetivos empresariais se afasta de meus objetivos, mas reconheço um vínculo educacional informal que promove uma vaga³¹ aproximação com minha visão sobre a

que se apresentam como tendo como propósito tácito ou explícito a crítica ao vigente e hegemônico sistema capitalista. Tal engajamento precisa ser mitigado devido ao nível de possibilidade institucional e também de envolvimento subjetivo dos sujeitos autores e organizadores diante do desafio de produzir conhecimento crítico a um sistema do qual se faz parte, inclusive no próprio processo produtivo do qual também se faz parte, como apresentei no capítulo 2.

³¹ A questão é que a ideologia presente nesta visão da gestão do conhecimento esconde que a gestão empresarial do conhecimento, via transformação capitalista do conhecimento em força produtiva, visa a alienação do trabalhador naquilo que ele tem de mais singular, seu potencial de “produção de conhecimento” indo ao cerne do âmbito da produção de sentido, inaugurando o máximo de alienação a que se pode chegar, abrindo formas sutis e perversas de morte do sujeito através de sua morte simbólica. (LIMA JR; CUNHA, 2009).

difusão social do conhecimento. Afinal só é possível a troca de conhecimentos (tácitos e explícitos) entre os sujeitos em suas vivências subjetivas do que é vivido coletivamente.

Ainda na mesma coletânea, Castro (2012, p.66) reforça que a gestão do conhecimento é uma abordagem administrativa da difusão do conhecimento, que valoriza os aspectos técnicos e tecnológicos da produção e difusão do conhecimento, em especial nas organizações empresariais. Mais à frente, Menezes, Campos e Sousa (p.221) afirmam que a gestão do conhecimento é “um processo sistemático, articulado e intencional, apoiado na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos.” Elas (p.222) também parecem acreditar que disponibilizar conhecimento através de “mecanismos que facilitem o acesso à informação” é suficiente para a difusão do conhecimento, o que configura o cerne da gestão do conhecimento. Noto novamente que o elemento central do sujeito como objetivo da difusão do conhecimento é deixado em segundo plano. Acredito que na difusão social do conhecimento as posições entre sujeitos e mecanismos devem ser invertidas, pois só parece haver difusão do conhecimento a partir das vontades dos sujeitos.

Para propor isso, posso me apoiar em Lima Jr e Cunha (2009, p.277) que, ao enfatizarem a evolução da gestão da informação e o uso do capital intelectual em diversas áreas do processo produtivo, notam que as teorizações hegemônicas deixam de lado os sujeitos e suas participações subjetivas nestes mesmos processos. Para eles (p.281-282) a ênfase deve ser em como os sujeitos afetam os processos de gestão de conhecimento com suas singularidades e não o inverso, inclusive considerando os aspectos construídos coletivamente para o aprendizado organizacional. Assim, com uma construção mais humana sobre a difusão do conhecimento, os autores (p.288-289) chamam a atenção para a afirmação do sujeito em sua singularidade e incompletude para processos de difusão do conhecimento que superem as repetições metodológicas, operando de forma singular e criativa os conhecimentos existentes ao serem difundidos coletivamente.

Nestes estudos sobre difusão do conhecimento parece não haver um consenso sobre os usos dos termos “difusão, disseminação e divulgação” (RIBEIRO; MENEZES; CAMPOS,

2016, p.155) e vai depender muito dos propósitos dos pesquisadores envolvidos. Na estrutura do meu objeto de pesquisa o termo difusão é o mais adequado para os objetivos estabelecidos, porém tanto disseminação quanto divulgação do conhecimento produzido na universidade fazem parte da atividade da editora universitária.

Ainda para Ribeiro, Menezes e Campos (2016, p.160-161), resgatando os conceitos de difusão e divulgação do conhecimento, enquanto divulgar é o mero propagar em uma só direção o conhecimento produzido, para isso dispondo de instrumentos tais como o livro acadêmico digital; a difusão seria uma via de duplo sentido, em que há trocas entre os interlocutores da comunicação sobre o conhecimento produzido. Assim o livro acadêmico digital parece certamente promover a divulgação do conhecimento, mas pode ir além e também contribuir para a difusão social do conhecimento através do seu uso instrumental nos processos de trocas entre mestres/professores/orientadores (autores ou não) e aprendizes/alunos/orientandos (leitores potenciais do livro acadêmico digital). Notem que faço uso do termo instrumento para o livro acadêmico digital, mas a ênfase da difusão está nos sujeitos dessas trocas.

Mais à frente (p.163-164) os mesmos autores levantam a hipótese de a difusão do conhecimento ficar centrada justamente neste relacionamento, que estou antecipando como sendo de subjetivação e de micropoder ao mesmo tempo, entre professores e estudantes, especialmente nos programas de pós-graduação *strictu sensu*. Tais categorias extraídas do jargão foucaultiano parecem apontar para uma compreensão sobre difusão do conhecimento ligada a subjetivação do sujeito ao mesmo tempo em que se dá a sua sujeição nas relações de micropoder e que será desenvolvida no capítulo 4.

Já quando trata do uso de tecnologia digital para gerar a difusão do conhecimento, Silva e Souza (2015, p.58) dizem:

Estas designações não são meras enumerações, pois traduzem, como bem esclarecem Halmann e Pretto (2011, p.219), a propósito da emergência da web 2.0, “epistemes emergentes na produção e difusão do conhecimento”.

Resultaria dessa visão que os processos de comunicação e informação abrem espaço para as tensões entre dimensões sociais e subjetivas devido aos dispositivos digitais que

ajudam na construção e difusão social do conhecimento, numa configuração de rede colaborativa potencializada pelas tecnologias digitais. Algo que parece adequado supor diante do meu cotidiano vivido em que as trocas e interações entre sujeitos das relações acadêmicas entre professores, alunos e pesquisadores acontecem diuturnamente via Internet em debates, leituras, comentários e escritas.

Porém me aproximo mais de Sales e Galeffi (2016, p.253) que analisam como a difusão social do conhecimento pode se desenvolver através de tecnologias digitais, alertando também para o papel dos sujeitos no processo de conhecimento e desenvolvimento humano. O livro acadêmico digital, ao ser adotado por um professor, seria um exemplo de como as tecnologias digitais podem contribuir para a difusão social do conhecimento, mas veremos mais na frente que não basta a disponibilização tecnológica se não houver o envolvimento dos sujeitos pela via dos seus desejos subjetivos.

A produção e difusão do conhecimento parece ser uma área de pesquisa com várias abordagens e perspectivas, desde a noção de construção do conhecimento científico chancelado tradicionalmente pelas instituições de pesquisa universitária, incluindo aí o papel dos periódicos científicos e das editoras universitárias, até o reconhecimento de produções de sentido que expandem a própria noção de conhecimento, atingindo a filosofia e outras escritas num espectro quase sempre variado e irrestrito. (GALLEFI, 2016, p.208).

Neste aspecto da amplitude do conceito de difusão do conhecimento estão presentes também as relações com o papel das tecnologias digitais como possíveis instrumentos de propagação de conhecimento produzido, expresso por exemplo na quantidade de plataformas digitais que hospedam publicações acadêmicas, tanto livros quanto periódicos, disponíveis na Internet. Meu recorte até passa por este aspecto da difusão do conhecimento, mas eu foco muito mais em como tais instrumentos, mais especificamente o livro acadêmico digital, exemplificado pelo da Editora da UNEB, disponibilizado nos repositórios digitais online das universidades e/ou nos sites das editoras, podem ser apropriados pelos sujeitos professores e estudantes numa relação que tanto parece ser de subjetivação quanto de micropoder.

Posso notar, por exemplo, em Ferraz (2012, p.146), como a crença de que na contemporaneidade as TIC estariam proporcionando transformações na área da educação de forma a permitir maior autonomia e criatividade na construção e difusão do conhecimento e no desenvolvimento de novos processos de leitura parece ser algo recorrente nas pesquisas e reflexões sobre o tema.

Porém “as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não garantem automaticamente a qualidade social da geração e difusão do conhecimento.” (LIMA JR, 2012, p.19). Com a lúcida afirmação fica reconhecido que o problema não está em afirmar as maravilhas da tecnologia como solução para os problemas, mas sim problematizar as questões inerentes ao desenvolvimento das TIC em ambiente educacional, como por exemplo, nos usos que os sujeitos fazem da tecnologia, a exemplo do livro acadêmico digital, para a difusão social do conhecimento.

Assim como o fato de ser mais fácil ter um livro publicado por meio digital não garantir sua qualidade e a ampliação de suas quantidades também não significar que tenha mais pessoas lendo, o que há de fato é maior facilidade de acesso, ou melhor, de possibilidade de acesso. Para poder fazer tal afirmação, que na verdade é uma suposição baseada na experiência vivida (senso comum), podemos recorrer a dois dados quantitativos. O primeiro datado do ano de 2001, quando da defesa de minha dissertação de mestrado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS da FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, e diz que “segundo pesquisa do Instituto DataFolha realizada em 1999, existem cerca de 8 milhões de usuários da Internet no Brasil, isto é, apenas 5% da população (mais de 160 milhões) têm acesso à Internet.” (OLIVEIRA, 2016, p.7). O outro dado quantitativo é de agora (2018), momento desta pesquisa, e tem como fonte o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): o “Brasil fechou 2016 com 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos.” (IBGE, 2018).

E o que isto pode significar? O significado destes dados é que há, pelo menos numericamente, uma maior possibilidade de acesso dos brasileiros à Internet³². Este não é o foco de minha problemática, mas me serve aqui de reforço à justificativa, à atualidade e relevância de um tema que está inserido neste contexto de maior possibilidade de acesso à Internet e difusão do conhecimento. Em si isso não nos diz muito sobre os hábitos de leitura e percepções subjetivas dos indivíduos, mas nos serve para pôr na conjuntura do mundo digital interligado via rede e que aqui estou tratando como tecnologias digitais. A conjuntura do mundo digital é o ambiente da Internet, ambiente de possibilidades de trocas digitais por excelência e no qual acontece o depósito e disponibilização do livro acadêmico digital.

De todo modo o dado sobre o crescimento da possibilidade do acesso à informação deixa de lado o fato de que há ainda 84 milhões de pessoas, só no Brasil, ainda excluídas da possibilidade de acesso ao mundo digital. Além disso, tal crescimento não quer dizer pessoas mais informadas ou instruídas. Algo que Pretto (2005, p. 124) parece também concordar quando relata sobre a falta de acesso à internet de uma grande parte da população; no entanto admitindo de maneira otimista que eventualmente tal acesso deve se tornar tão popular ou massificado quanto a TV em outro momento, porém sem problematizar naquele momento a qualidade e efeitos nos sujeitos de tal popularização.

Numa outra crítica problematizadora da questão, Silva (2009, p.174) coloca que a massa dos excluídos digitais poderá se tornar o corpo de uma resistência ao sistema hegemônico imposto pela globalização do aparato digital que integra todas as partes do cotidiano dos incluídos, que assim se sentirão ameaçados por esta massa. E trazendo para minha temática mais propriamente: nada disso garante que há leitura de livros ou de mais livros, no caso livros acadêmicos digitais, que apesar de serem facilmente “estocados” nas memórias de computadores, tablets, celulares, discos, drives e o que quer mais que seja

³² Além disso, não é questionado a qualidade desse acesso nos termos político-ideológicos da abordagem crítica norteadora da difusão social do conhecimento que, por exemplo, pressupõe uma intencionalidade de uso voltada para a transformação da sociedade capitalista, para equalização da distribuição do capital (riquezas e produtividade), emancipação social, no sentido das mudanças na correlação de forças nas relações sociais do trabalho. Ao meu ver, muito desse acesso pode significar apenas estar integrado de forma alienada aos procedimentos requeridos para sobrevivência (mínima) na atual conjuntura socioeconômica.

inventado para armazenar bits; se não forem acessados e lidos, não podem contribuir para a difusão social do conhecimento.

Além disso, deve-se atentar para os elementos simbólicos da inscrição subjetiva dos sujeitos nestes processos de leitura, o que tende a alterar e recriar de modo dinâmico o que está originalmente expresso nestes mesmos livros.

Logo, a linguagem e a compreensão dos efeitos dessa tecnologia para a difusão social do conhecimento são ponto central para a construção do conhecimento sobre a mesma. A linguagem puramente científica pode ser limitada para a interpretação mais abrangente e variada das temáticas que envolvem a questão. Por isso a eminente valorização de aspectos mais relacionados com impressões, percepções, apropriações e expressões subjetivas nesta pesquisa dos processos de difusão social do conhecimento através do livro acadêmico digital.

O que aparentemente reforça minhas conjecturas iniciais e concorda com os conteúdos sobre a valorização de possibilidades de trocas efetivas entre os membros participantes de uma comunidade, pois é também no caráter de instrumento de comunicação, informação e difusão social do conhecimento que extraio conceitos basilares a partir de Lima Jr (2012, p.44), quando diz que “é este último caráter que se contrapõe à ideologia dominante, e que também evidencia a relação da Tecnologia e das TIC com a subjetividade, a partir da constituição dinâmica, relativa e contextual, desses processos.”. No caso de difusão social do conhecimento a partir dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital, isto é, este até pode ser instrumento para aquele, aderindo à “ideologia dominante”, mas minha abordagem tende a ir além disso, contrapondo, como na citação, com os aspectos subjetivos da difusão social do conhecimento.

A questão a ser levantada sobre tal proposição é como pode se dar tal difusão social do conhecimento a partir dos sujeitos? Apresentei na problemática as vertentes possíveis que se relacionam com a construção teórica sobre o sujeito em Michel Foucault (1998, 2006): a subjetivação do mestre a respeito de sua relação com o aprendiz para que este possa aprender sobre si mesmo nas relações de micropoder que permeiam esta relação professor-aluno. Tais vertentes do pensamento foucaultiano sobre a subjetividade me ajudam a construir com maior

profundidade uma compreensão analítica de como o livro acadêmico digital pode servir para expressar a subjetividade dos mestres (autores ou não) que ao recomendarem livros em formato digital para seus alunos e orientandos contribuem para a difusão social do conhecimento, cumprindo assim parte da missão da editora universitária, mas no nível tanto da subjetivação dos sujeitos autores e leitores quanto na expressão das relações de poder em que se encontram, dirigindo a atenção do aprendiz na direção do conhecimento de sua autoria e/ou interesse. E mesmo que não seja de sua autoria, a pré-seleção de obras de outros mestres também parece ser uma forma de dirigir a atenção do aprendiz para os conhecimentos que o mestre considera mais adequados e já chancelados institucionalmente pela editora universitária dentro do perfil que apresentei no capítulo 2. Contudo, devo admitir que não há garantias sobre tal ocorrência nas relações correntes de tal comunidade, assim implicando numa abertura ao caminho da subjetivação, que pode inclusive subverter os propósitos da difusão do conhecimento em favor do desejo do sujeito.

Como mencionei anteriormente, no meio acadêmico a cultura do livro é tão antiga quanto à própria noção de escola ou universidade. Logo, parece haver uma relação direta entre: o propósito da educação, de maneira geral; a proposta de leitura do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento; e o uso das tecnologias digitais para atingir tais fins tanto de maneira a sustentar os princípios hegemônicos vigentes quanto para contestar os mesmos. Pode-se perceber facilmente como as três categorias se relacionam na medida em que entendo e exponho o livro acadêmico digital como uma tecnologia digital e que o mesmo exerce um papel instrumental num processo de difusão social do conhecimento cujas possibilidades de abertura tendem a ir muito além do que aqui demarquei. Muito mais do que tentar encerrar a questão, espero aqui contribuir com uma melhor elaboração do objeto de pesquisa também por outros pesquisadores, admitindo as limitações e dúvidas inerentes à vivência e valores desse pesquisador que agora escreve. No próximo item irei formular sínteses e apropriações que direcionam melhor este referencial teórico na direção que desejo desenvolver a problemática de como o livro acadêmico digital pode ser instrumento para a difusão social do conhecimento pelas vias da subjetivação e das relações de micropoder.

3.4 Sínteses e Apropriações

Quando comecei a pesquisar sobre difusão social do conhecimento e ao mesmo tempo surgiram para mim as categorias da subjetivação e da microfísica do poder extraídas de obras de Michel Foucault, no caso *Hermenêutica do Sujeito* (2006) para a primeira e *Microfísica do Poder* (1998) para a segunda, notei que ambas faziam parte de um quadro teórico mais abrangente formulado pelo mesmo ao longo de diversas outras obras, as quais devo agora me referir como parte complementar desse referencial teórico.

Em primeiro lugar deve ficar claro que a microfísica do poder está inserida em categorias maiores que se referem a noção de sujeito, a partir do modo como eu entendo a mesma na obra de Foucault, que é usando as categorias de subjetivação³³ e sujeição, ainda assim reconhecendo que esta é também um tipo daquela.

A subjetivação seria o modo de nomear o processo em que se forma a expressão do sujeito, ou, mais precisamente, a sua subjetividade. Se por um lado os sujeitos podem ser entendidos objetivamente como realidades conceituais, os modos de subjetivação permitem que os sujeitos apreendam suas realidades objetivas para si mesmos. A realidade subjetiva não é uma criação exterior conceitual, mas pode ser compreendida objetivamente a partir da compreensão dos modos de subjetivação. As imposições objetivas da vida sobre os sujeitos, no caso das regras da língua, da cultura, da lei e dos diversos saberes pesquisados por Foucault como expressões de poder (médico, psiquiátrico, penal, biológico e econômico) tentam tornar o sujeito em um elemento objetivo da realidade; porém a sua expressão subjetiva permanece vigorando através das formas de subjetivação que estão presentes mesmo nestas teorizações que tentam pensar o sujeito objetivamente. E é justamente por esta, analisado principalmente como conteúdo das recomendações sobre si mesmo, presentes nos pensadores da antiguidade tardia (séculos 2 e 1 AC e 1 e 2 DC), que o sujeito tem mais caminho para conhecer sua subjetividade, sendo o modo de subjetivação mais longamente analisado e que de certo modo encerra um ciclo iniciado com o estudo sobre a loucura, que

³³ Esta noção é também referida por Lima Jr (2021), mas de modo singular, como um significante, em complemento à noção de subjetividade que aparece não como conceito, mas como condição de ser do sujeito e que não pode ser reduzida e nem definida.

seria uma forma de designar um modo de subjetivação desviante do objetivamente esperado do sujeito num dado momento histórico, continuado no estudo das prisões, em que os corpos dos sujeitos são disciplinados e os modos de subjetivação tendem a se restringir à obediência ou sujeição, até chegar no estudo da sexualidade e das formas de prazer, que supostamente libertam o sujeito. (REVEL, 2005, p.82).

Já sujeição estaria inserida na subjetivação como uma de suas formas mais comuns devido a inserção dos sujeitos em diversas tramas cotidianas de relações de poder, mais precisamente de micropoder. A palavra sujeição parece sugerir algum tipo de submissão, mas o sentido usado por Foucault vai além disso, pois se refere aos elementos constitutivos do sujeito diante das situações objetivas de sujeição, isto é, ao meu ver se configura numa subjetivação, pois mesmo a ação submissa demanda uma escolha. As instituições estudadas por ele (manicômio, hospital, prisão) são dispositivos de poder que agenciam os sujeitos em relações de micropoder relacionadas aos saberes inerentes a cada campo (saber psiquiátrico, médico e legal/penal, respectivamente). Os sujeitos nessas relações subjetivam suas posições relacionais constituindo a si mesmos no processo. O psiquiatra, o médico e o agente da lei subjetivam suas posições na relação impondo o saber inerente sobre os outros vistos como objetos (louco, doente e prisioneiro); já estes subjetivam a si mesmos a partir do que lhes é oferecido, ficam sujeitados aos saberes/poderes específicos, mas também criam e expressam para si verdades subjetivas que vão além do enquadramento objetivo que lhes é dado na relação. Lembrando que Foucault estende sua compreensão sobre as disciplinas impostas nas prisões na modernidade a outras instituições tais como, e principalmente, a escola. (FOUCAULT, 1987, p.122).

A subjetivação se articula no sujeito por vários caminhos. Um deles, que Foucault (1985) desenvolve na História da Sexualidade 3: o Cuidado de Si, se refere a como os sujeitos desenvolvem suas relações de prazer nos sonhos, na vida conjugal e no amor pelos rapazes, que ele relaciona com o modo de expressão da relação entre filósofos e aprendizes na antiguidade tardia. Entendo que tal problematização pode ser transposta para o chamado amor pelo saber que Platão desenvolve no diálogo O Banquete, no qual o personagem Sócrates apresenta o amor de natureza carnal pelo mestre como um caminho para se amar a verdade ou

saber que esse mestre carrega, até o ponto de tal verdade ou saber passarem a ser do próprio aprendiz, mas subjetivada como algo seu³⁴. Para mim, tal construção abre uma linha de pensamento fundamental para o modo como entendo a difusão social do conhecimento pela via do sujeito, pois me indica como da relação de micropoder entre mestres e aprendizes podem se desenvolver formas de subjetivação inerentemente criativas e singulares com relação aos conteúdos disseminados pelos livros acadêmicos digitais indicados pelos professores ao alunos no contexto de um programa de pós-graduação *strictu sensu*; como também nas relações presentes nos fluxos internos da editora universitária, que afinal também é composta por sujeitos criativos e singulares.

Por isso, neste meu fundamento, a subjetivação está ligada a um voltar-se para si mesmo, mas não de modo egocêntrico ou solipsista, e sim em bases pedagógicas, pois o mestre ama o aprendiz ao conduzi-lo à verdade e este ama o mestre ao buscar a verdade em si mesmo.

O vínculo da subjetivação com a sujeição pode ser compreendido assumindo esta mesma relação entre mestre e aprendiz como uma relação de micropoder, mesmo assumindo que não seria tanto uma questão meramente de posição ou função na relação institucionalizada, mas uma relação de um sujeito com outro sujeito. A expressão microfísica do poder aparece no livro *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987), onde ele elabora sua teoria sobre a aplicação das disciplinas do poder sobre os corpos dos sujeitos nas prisões modernas, a princípio, mas transpondo estes modelos de disciplinas nos ambientes militares, hospitalares e escolar.

³⁴ Uma questão subjacente aqui, mas que não faz parte do meu recorte, é que: primeiro, na Grécia antiga a “homossexualidade” não sofria um preconceito sociocultural, nem se restringia a um processo compulsivo obsessivo dos homens, porque era natural o enamoramento entre homens e, pela via do amor, chagava-se à iniciação sexual dos jovens pelos sábios, em razão de suas belas e profundas palavras, exercendo aí um papel feminino. É digno de nota que às mulheres, de saída, era imposta uma impossibilidade (impotência) de se relacionarem com homens tão potentes, quanto os sábios, porque seu papel social e cultural já iniciava desvalorizado, não podendo fazer jus ao status dos homens. Segundo: é possível derivar que à tal elaboração intelectual, corresponde uma necessidade de elaboração subjetiva da própria sexualidade de Foucault, assumidamente homossexual, num contexto de sociedade e de cultura muito discriminatório, repressor, tornando-se terreno fértil para os seus próprios conflitos, conforme os relatos biográficos de seus relacionamentos ininterruptos. (VEYNE, 2009 e comentários de orientação de Arnaud Soares de Lima Jr).

Em linhas gerais o que ele vai dizer é que o poder não está presente nem nas instituições e nem nos sujeitos, mas sim nas relações entre sujeitos que se sujeitam uns aos outros em seus modos de subjetivação da situação específica. Como o poder não se encarna, mas sim serve de articulação pela ação dos sujeitos, a noção do poder enquanto um conceito objetivo é uma abstração de natureza ilusória. A expressão microfísica do poder se tornou popular no Brasil a partir da publicação da obra com esse mesmo nome organizada por Roberto Machado e que apresenta uma coletânea de vários textos de Foucault que tratam do tema do poder. Segundo Strathern (2003) essa obra foi especialmente influente nos meios universitários brasileiros e popularizou o jargão foucaultiano para o bem e para o mal.

Assim, o ambiente formal da escola representa um grande dispositivo de poder que mobiliza via agenciamento uma série de outros dispositivos menores, inclusive aí a relação entre professor e estudante. Para Revel (2005, p. 39) a palavra “dispositivo”, que aparece nos trabalhos de Foucault na década de 1970, aponta inicialmente os operadores práticos do poder, isto é, as técnicas, estratégias e formas que o poder se utiliza para sujeitar os sujeitos na sua realização. Não que o poder seja um ente autônomo, porém sua presença se revela justamente nas realidades dos sujeitos e como estes subjetivam suas condições particulares. Seria justamente esta a farsa que Foucault se propõe a desmontar, porque o poder não é um ente abstrato independente do sujeito, nem inexoravelmente preso a uma instância externa macroestrutural social, como sugeria o pensamento marxista predominante. Foi a partir do momento em que a problematização de Foucault passou a se concentrar no tema do poder que seu posicionamento foi de não colocar o mesmo como apenas parte do sistema institucional dos aparelhos jurídicos do Estado e de suas ideologias decorrentes, mas sim nos mecanismos de fato que promovem a obediência e consequente subversão. Foi com esta posição de fundo metodológico que Foucault elaborou a noção de “dispositivos”. Estes têm, por conceito, uma natureza bastante variada e não devem ser confundidas com a noção de tecnologia que estou aqui trabalhando. Pode ser tanto um discurso quanto uma prática que compõe o cotidiano de instituições e também de indivíduos. Foucault chega a falar, dependendo do caso, assumida sua instrumentalidade tanto material quanto simbólica, de “dispositivos de poder”, de “dispositivos de saber”, de “dispositivos disciplinares” e até mesmo de “dispositivos de sexualidade”.

Se por um lado adoto que o livro acadêmico digital é uma expressão da tecnologia digital que apresentei no item 3.1, pois tem os mesmos atributos técnicos básicos; por outro ele faria parte de um dispositivo de poder, por exemplo, ao exercer o papel instrumental na difusão social do conhecimento na relação entre professores e estudantes, pois ambos subjetivam suas condições dentro de uma relação de micropoder mais ou menos disciplinar através da adesão aos atos de ler, recomendar leitura, seguir a recomendação e participar do processo. Digo mais ou menos disciplinar por questionar se é inevitável ou irreversível tal adesão, pois não tenho como descartar os processos de subjetivação que expressam os desejos de ambos os sujeitos dessa relação, tanto podendo abraçar a sujeição à disciplina quanto podendo subverter a mesma com ações imprevisíveis. Note que o livro acadêmico digital faz parte do dispositivo, mas ele não é o dispositivo. A noção de dispositivo é mais ampla que a de tecnologia, que pode servir de instrumento para aquele.

Os diversos dispositivos promovem o agenciamento de outros dispositivos para a realização dos seus propósitos, isto é, dos sujeitos que ocupam as diversas posições de poder dentro dos dispositivos de poder institucional. O agenciamento acontece como parte do funcionamento dos dispositivos. A posição de professor ou orientador, por exemplo, agencia o sujeito a fazer recomendações de leitura para os seus estudantes ou orientandos³⁵. A forma de tal sujeito subjetivar tal agenciamento vai depender exclusivamente da atenção que tem consigo mesmo, isto é, seguindo seus desejos. O mesmo vale para o sujeito que está na posição de estudante, que está agenciado pelo dispositivo a acatar as orientações ou não, mas também seguindo seus desejos de aprender, ascender na carreira acadêmica ou o que quer que o motive a fazer parte do dispositivo.

A escola ou universidade e a editora universitária são dispositivos disciplinares de poder que agenciam os sujeitos em suas relações nestes espaços. Como os dispositivos agenciam usos de relações de poder, os sujeitos subjetivam os agenciamentos agindo de acordo com seus interesses que os motivam nas relações em que estão inseridos; de professor

³⁵ Isto colocado numa situação ideal possível com o processo paralisado neste momento. Porém este processo remete a uma instância atemporal, que se refere ao desejo destas ações, que alcançam um patamar de agenciamento apenas se for desejo dos sujeitos, reconhecida tal instância a partir do que concerne ao “dinamismo da subjetividade” presente na obra de Lima Jr (2012, 2019, 2021).

e aluno, por exemplo. Os dispositivos de poder são construídos pelos sujeitos em suas relações de poder e por isso toda sujeição é uma forma de subjetivação, mas esta não se limita a isso, abrindo muito mais espaços a dinâmica do sujeito do que é possível prever pelas próprias estruturas dos dispositivos.

Acredito que a difusão do conhecimento, no geral, é um efeito desses agenciamentos, pois os sujeitos que estão em tais posições nas relações de poder entre professores e estudantes agem de acordo com seus desejos e em condições disciplinares específicas relativas correspondentes às forças presentes no dispositivo. Tomando como exemplo as editoras universitárias e os programas de pós-graduação *stricto sensu*, podemos notar como tais condições disciplinares funcionam formando o dispositivo de poder maior que agencia os sujeitos envolvidos ao mesmo tempo em que estes são os elementos moventes do próprio dispositivo através dos seus desejos e interesses subjetivos, que pelas vias da subversão podem fazer toda estrutura cair por terra.

Os membros de um conselho acadêmico ou científico de uma editora universitária exercem um poder relacional inerente à posição ocupada neste dispositivo. Seus desejos tendem a se tornar a realidade das práticas da instituição, mas ao mesmo tempo eles estão submetidos às próprias regras que desejaram acolher. Por exemplo: o poder de votar a favor de uma publicação gera o impedimento de ser essa de sua autoria; tendo este conselheiro que se afastar do conselho antes de submeter sua obra, que deverá seguir os caminhos procedimentais que foram descritos no capítulo 2.

Já uma banca examinadora de pós-graduação (mestrado ou doutorado mais especificamente) é também um dispositivo disciplinar composta por sujeitos cujos desejos estão expressos em suas falas, comentários, recomendações, orientações, repreensões e elogios. O poder inerente a posição de membro da banca agencia os sujeitos nas suas formas de subjetivar os conteúdos do texto e nas formas de se sujeitar à disciplina do dispositivo que prescreve as formas de proceder a partir das próprias formas de subjetivar todo contexto prescrito e aceito, ao mesmo tempo, pelos próprios sujeitos.

Em ambos os exemplos as posições aparentemente passivas de autores, no caso da editora, ao submeterem seus textos originais para avaliação e chancela editorial; e de estudantes, no caso da banca, ao se submeterem ao processo avaliativo e de validação para suas obtenções de títulos acadêmicos; não é de fato passiva, pois são sujeitos sujeitados aos desígnios do dispositivo, mas também que subjetivam suas condições.

Esta subjetivação parece ocorrer em todos os sujeitos do processo, pois o dispositivo aponta para o sujeito, mesmo quando o está sujeitando a uma disciplina, e esta o leva a atentar para si num modo de subjetivação, seja refazendo o texto, reelaborando uma fala, respondendo ou silenciando; isso nos exemplos citados³⁶. Mas, mesmo assim, lembrando que a condição do sujeito não se esgota e este vai estar sempre aberto a si mesmo.

Estas sínteses e apropriações sobre as categorias de Foucault servem para a construção do capítulo a seguir, onde argumento sobre como eu entendo o livro acadêmico digital como instrumento para a difusão social do conhecimento tanto no aspecto das relações de micropoder quanto nos processos de subjetivação do sujeito que acessa, vivencia e dá sentido ao que quer que haja de tecnológico e parte do seu contexto social dentro dos limites do que aqui demarquei.

³⁶ Numa reflexão posterior provocada pela orientação, vejo que o modo de aceitação das regras dos dispositivos descrito nos exemplos podem também servir a uma destruição simbólica do sujeito, já que para se enquadrar aos ditames institucionais este termina por deformar sua visão inicial sobre a questão.

4 - O Livro Acadêmico Digital como potencial instrumento de Difusão Social do Conhecimento³⁷

Como falei no item 3.3 do referencial teórico, a noção de conhecimento e decorrente difusão do mesmo trata também de reconhecer certos limites para que a suposta tecnologia digital possa ser inserida como exercendo papel no processo. O conhecimento acadêmico e/ou científico como forma específica de racionalidade estaria também em seus limites diante dos questionamentos da contemporaneidade. Sales (2013, p.69) citando Serpa e depois Galeffi (p.73) faz a mesma contextualização temporal para o conceito de conhecimento. E também (p.70) reforça esse momento de crise ou limite de um modelo de racionalidade baseado no conhecimento científico.³⁸

O rompimento com esta racionalidade implica na identificação e reconhecimento da racionalidade e inteligibilidade próprias de outras formas distintas de conhecimento, que convivem no mesmo contexto histórico-social, cada uma com suas regras e convenções, cumprindo determinadas funções e gerando possibilidades, apesar de suas limitações e possibilidades.

[...]

Uma nova concepção de conhecimento emerge na contemporaneidade que o reconhece como um processo histórico-social que não está fora do homem e nem da realidade, que é entremeado de subjetividade [...]. (NONATO; SALES; ALBUQUERQUE; 2017, p.200).

O tal “reconhecimento”, que passa pela difusão do conhecimento via mediação digital como parte de um processo histórico, social e inerentemente subjetivo, é a principal fonte de reflexão deste capítulo de problematização do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento. Estabeleci como inerentemente subjetivo por reconhecer a impossibilidade de desvincular a difusão do conhecimento dos sujeitos que a promovem nas diversas ações e escolhas feitas diante das possibilidades apresentadas pelo contexto vivido.

³⁷ Partes deste capítulo constam no artigo O LIVRO ACADÊMICO DIGITAL COMO FERRAMENTA PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, escrito em coautoria com BONFIM, Luís; e PINTO, Roque; que faz parte da coletânea *Difusão do Conhecimento em foco: saberes multidisciplinares*, organizado por BARRETO, Maria; MOUSINHO, Maria; e CUNHA, Wéltima e que será publicado pela EDUFBA (2022).

³⁸ Uma revisão sobre o momento atual também compõe as minhas preocupações, pois o que se vê hoje é uma negação do conhecimento científico, porém não para se buscar um saber mais amplo, mas justamente o oposto, como uma tentativa de fazer-nos retornar a uma época de puro obscurantismo. O conhecimento de que trato aqui é o científico e acadêmico, cujos limites que são postos servem para ampliá-los e não os negar. Senti a necessidade de colocar esta nota posteriormente devido ao contexto atual em que vivemos no Brasil e no mundo (2020).

Cada subitem exerce um movimento em direção a uma maior especificidade e autorização de minha parte sobre o objeto em questão. Por mais que ainda me refira em alguns momentos ao livro acadêmico digital da Editora da UNEB, está claro para mim que a categoria ou noção geral livro acadêmico digital é generalizável para o mesmo em qualquer editora universitária. E como o objetivo é expor e sintetizar como entendo a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento nas relações de micropoder, faz sentido que continue a tratar de tal referência, mesmo assumida a generalização supracitada.

De início, apreendendo a difusão do conhecimento apenas no aspecto técnico, o livro acadêmico digital também parece oferecer facilidades, pois como é assumido por Almeida (2015, p.75) no contexto atual se vive uma suposta democratização da informação, pois a difusão social do conhecimento acontece de forma gratuita e inclusiva, sendo possível a produção e partilha comentada de livros de vários autores (renomados ou não), como nas auto publicações que mencionei no capítulo 2.

Assim, se consideramos verdadeira a proposição de que a difusão social do conhecimento se torna mais eficaz diante de um ambiente digital de produção coletiva do conhecimento, que é o que também Pretto (2005, p.162) parece afirmar, então os livros digitais disponibilizados nos diversos ambientes digitais existentes ou que venham a ser criados têm o grande potencial de carregar essa produção e difusão social do conhecimento, pois são expressão dos sujeitos autores que alcança leitores potenciais em maior quantidade, e que também expressam as virtualidades presentes em cada obra que é visitada, revisitada, comentada e recriada neste contínuo fluxo de difusão social do conhecimento.

No entanto, Guberna (2016, p.224) lembra que a difusão social do conhecimento no contexto ideológico do capitalismo está submetida ao capital intelectual. É um modelo ideológico presente em tudo, muito além de qualquer viés marxista, como mostrei no capítulo 2 em que a atividade da Editora da UNEB está submetida aos ditames da produção, no caso principalmente do livro impresso, o que limita sua missão de disseminar o conhecimento, pelo menos no aspecto propagativo. E mesmo em relação ao livro acadêmico digital, muitos dos mesmos parâmetros produtivistas permanecem, pois tudo se calcula em termos de valor para o

capital intelectual, daí a maneira como muitas vezes se seleciona uma obra para ser chancelada pela editora universitária enquanto outra não.

Mesmo assim, Oliveira (2016, p.12) tende a afirmar que registrar o conhecimento faz parte da nossa história e a evolução da variedade de suportes até chegar ao momento atual em que toda informação pode ser digitalizada afirmou o livro como principal “agente” de conservação e propagação do conhecimento em bibliotecas universitárias da Internet. E é justamente com novos suportes digitais, vis a vis, o livro acadêmico digital e a potencial propagação via Internet que essa possível difusão parece se encontrar em seu momento mais singular de ascensão e decorrente problematização.

Tal proposição está concentrada muito no aspecto técnico, pois supõe que existindo o acervo digital nas bibliotecas universitárias da Internet automaticamente irá acontecer a difusão social do conhecimento. Há aí a mera possibilidade de acesso. Notem que a autora inclusive chama o livro de “agente”, enquanto eu tenho adotado aqui que só as pessoas podem ser agentes de qualquer coisa. Como Sales (2013, p.66) que afirma citando Paulo Freire que é no diálogo entre sujeitos comunicantes que o conhecimento é difundido.

Já segundo Andrade (2011, p.358-359) todo propósito da comunicação e do desenvolvimento tecnológico está na difusão social do conhecimento como forma de sobrevivência da espécie humana. Todo esforço desde a transmissão oral até o uso dos mais avançados computadores serviria para a socialização dos conhecimentos acumulados pela humanidade e com isso a contínua afirmação do desejo humano de continuar existindo. Além disso, vejo que a produção de sentido ao longo desta sobrevivência também é um fator de impulso para o acúmulo e difusão social de conhecimento. E os dispositivos tecnológicos, como é o caso do livro acadêmico digital, servem de instrumento a este propósito duplo de sobrevivência e sentido do ser humano.

E quando se trata do uso de tecnologia digital para gerar a difusão social do conhecimento, Silva e Souza (2015, p.58) trazem o que chamam de modo de conhecer emergente na produção e difusão do conhecimento. Resultaria dessa visão que os processos de comunicação e informação abrem espaço para as tensões, muitas vezes apenas aparentes,

entre dimensões sociais e subjetivas devido aos dispositivos digitais que ajudam na construção e difusão do conhecimento, numa configuração de rede colaborativa potencializada pelas tecnologias digitais. (NONATO; SALES; ALBUQUERQUE, 2017, p.85).

Mesmo com tal visada de cunho mais tecnicista, reforça-se assim a ideia de difusão social do conhecimento pela via digital, o que se insere num contexto de sujeitos envolvidos numa conjuntura de convivência com tecnologias digitais de maneira diuturna, inclusive na educação, seja ela formal ou informal. Algo que Santos e Santos (2015, p.76) interpretam como uma dinâmica de aprendizado entre estudantes e professores que vai além da sala de aula, uma cultura digital com redes sociais digitais como aparatos de construção e difusão social do conhecimento.

O que estas autoras consideram como uma cultura digital está no contexto que chamo aqui de ambiente digital e me serve para propor como o livro acadêmico digital como instrumento tecnológico parece contribuir para a difusão social do conhecimento. O ambiente digital é o que permite tecnicamente que o instrumento seja colocado disponível para o uso e possível apropriação dos sujeitos.

Segundo o que tem sido até aqui visto, posso conjecturar que o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social de conhecimento não funciona como mero propagador. Pretto (2005, p.200) fala de “possibilidades variadas de leituras” que os estudantes de educação on-line têm disponibilidade, tendo a interatividade com outros leitores no ambiente e fora dele e o acesso rápido às múltiplas referências do ambiente digital como base de uma possível, ampla e irrestrita difusão social do conhecimento no modelo “todos-todos”.

Tal proposição de viés afirmativo e otimista chama a seguinte visão crítica: os sujeitos-leitores do livro acadêmico digital nos ambientes digitais não estariam qualificados para o processo de difusão, quando muito sendo meros propagadores de informação, sem a devida análise qualitativa daquilo que propagam. A difusão social do conhecimento envolve muito mais que propagação de informação, pois parece envolver elementos subjetivos da apreensão e apropriação de conteúdos críticos. Algo que só pode ser minimamente esclarecido

com a ajuda de reflexões sobre o sujeito e sobre suas relações no ambiente educacional favorável à difusão social do conhecimento, como por exemplo, dentro de um programa de pós-graduação *strictu senso*. Neste, posso assumir que os desejos dos sujeitos professores e estudantes estão minimamente consignados no objetivo de ensinar e aprender, vis a vis, difundir conhecimento.

As tecnologias digitais parecem ser instrumentos potenciais de difusão do conhecimento. Essa é também a proposição inicial de Santos e Santos (2015, p.79) ao afirmarem como a sociedade contemporânea parece estar intrinsecamente ligada às estas mesmas tecnologias de forma ubíqua, isto é, fazendo parte de todos os aspectos do cotidiano. Dentre estes aspectos está a subjetividade, o que afinal corrobora o que falei com ajuda de Lima Jr (2005) no item 3.1, quando afirmei que a tecnologia digital e dentro dessa o livro acadêmico digital pode ser um potencializador da expressão da subjetividade. Ao possibilitar ou tornar virtualmente possível a difusão social do conhecimento, o livro acadêmico digital parece transparecer uma lógica instrumental para a interatividade entre sujeitos. Algo que também pode ser reafirmada a partir de Preto (2005, p.160) quando diz que o acesso e a troca de informações ocorre numa lógica de todos para todos, que pode mobilizar sujeitos de uma forma diferente da tradição de pensar a comunicação e também a educação como transmissão de conhecimento em apenas uma direção.

É claro que a interação pode ou não acontecer. Num ambiente de trocas colaborativas possíveis, como supõe Preto (2005, p.186), a interatividade aparentemente inerente aos ambientes digitais pode promover a construção criativa e inovadora do conhecimento e posterior ou simultânea difusão social do mesmo, isto, é claro, assumindo que os sujeitos tenham desejo para tal colaboração, interatividade, criação, inovação e difusão.

Assumindo como diz Lima Jr. (2005a, p.33) que o conhecimento humano é “um processo continuamente criativo, aberto e virtual”, vejo que o livro acadêmico digital tem potencial de ser instrumento na difusão social do conhecimento ao alcançar cada novo leitor podendo proporcionar a criação aberta de novas reflexões e criações, virtualizando constantemente novas possibilidades de o conhecimento humano não só ser difundido, mas também ser constantemente recriado pelos novos sujeitos potencialmente atingidos pelo

mesmo, “num processo plural de produção de conhecimento e de constituição de si e do mundo”. (LIMA JR, 2005, p.203).

Esse potencial convida os sujeitos a vivenciar um processo educacional mais horizontal nas relações entre educadores e educandos, com processos de produção e difusão do conhecimento com maior possibilidade de intervenção na realidade contextual de cada um. (NONATO; SALES; ALBUQUERQUE, 2017, p.99). Novamente devo lembrar que o mesmo podia (e pode) fazer o livro impresso, mas em escala de tempo maior e abrangência menor, pois o livro acadêmico digital pode (ênfase o “pode”) ser difundido muito mais rapidamente para mais pessoas. E como o movimento de difusão social do conhecimento parece acontecer através do fluxo entre sujeitos, então a conjectura se torna válida. O sujeito que pensa sobre um conhecimento já produzido, expresso num livro publicado, por exemplo, ele se renova como ser pensante e essa renovação afeta o próprio conhecimento que é passado adiante. O livro acadêmico digital parece ter muito a colaborar com este processo de difusão por meio da renovação, pois atende rapidamente ao desejo de aprender do leitor ao mesmo tempo que se propaga facilmente pelo ambiente digital, possibilitando novas e constantes renovações pelas vias subjetivas de uma quantidade potencialmente maior de novos sujeitos. Seriam os nós numa rede de sujeitos, com potencial de aprendizado tanto formal quanto informal, o que Nonato, Sales e Albuquerque (2017, p.204) chamam de difusão social do conhecimento.

Redes sociais e difusão social de conhecimento não são de fato fenômenos recentes, específicos da era digital, pois segundo Moreira (2015, p.86) estas sempre existiram nas sociedades, motivadas pelas necessidades que os sujeitos têm de partilhar conhecimento entre si. Na minha vivência de estudante de um programa de pós-graduação *stricto sensu* percebi algo que pode ser exemplo deste tipo de partilha mencionada, com a apropriação justamente das tecnologias digitais como forma de agilmente promover a partilha de livros acadêmicos digitais entre os estudantes e professores de uma mesma turma e além. Notem que este exemplo só é efetivo se assumirmos que os estudantes (pelo menos alguns deles) irão abrir os arquivos digitais e de fato ler, estudar e falar sobre o conteúdo. Tal ação depende do desejo dos sujeitos de assim o fazerem. Por experiência pessoal, posso assumir que a cada dez livros acadêmicos digitais recebidos em rede, apenas um ou dois se tornam efetivamente leituras,

que podem ou não vir a serem difundidas na forma de discussão em sala de aula ou conteúdo absorvido e difundido em minhas escritas acadêmicas atuais ou futuras.

Continuando, em ambiente digital colaborativo as interfaces como o livro acadêmico digital parecem favorecer a aprendizagem e a difusão social do conhecimento, pois não seria apenas a mera transmissão passiva de conhecimento. O discurso apologético sobre o ensino à distância, por exemplo, invoca que o aprendizado nestes ambientes teria que ser obrigatoriamente participativo. Então, se tal proposição for verdadeira, os ambientes de ensino digital online podem promover a difusão social do conhecimento pela via do desejo, pois os sujeitos participantes propagam e contribuem com o conhecimento. (NONATO; SALES, 2015, p.113).

Em contraposição, a operacionalização tecnicista possível de ser desenvolvida nestes mesmos programas de ensino à distância não viabiliza a participação efetiva dos sujeitos, que se tornam meros reprodutores de informação, e a colaboração passa a ser apenas procedimental. Assim não haveria de fato difusão social do conhecimento em ambiente digital de ensino à distância; a menos que haja efetivamente a colaboração ativa dos sujeitos, o que novamente parece depender dos desejos destes mesmos sujeitos. E indo além deste exemplo, é meu objetivo teorizar o como acontece tal difusão a partir dos sujeitos.

Para avançar, preciso retornar para a questão dos formatos dos livros acadêmicos digitais, já tratado anteriormente. Martins (2017, p.36-38) faz uma apresentação técnica bastante clara dos principais formatos de livros digitais no geral. As duas principais referências, como já mencionei antes, são o PDF, mais popular e conhecido, e o EPUB e similares, mais restritos aos meios editoriais. O primeiro carrega a facilidade de ser acessível em qualquer plataforma digital (computadores, tablets e celulares), porém tem sua formatação rígida, isto é, não se adapta aos diferentes leitores. Como já disse, é a partir do PDF que as editoras fazem os livros impressos, então a formatação não pode mudar. A maior parte das pessoas enxerga como livro digital os arquivos em PDF dos livros impressos, mas este é apenas uma forma possível e relativamente limitada em recursos do mesmo. O próprio PDF tem uma série de recursos multimídia possíveis que a maioria das pessoas desconhece e não usa, ficando restrito à leitura do texto apenas. (MARTINS, 2017, p.42).

Já o EPUB tem o que se chama de formatação fluida, isto é, o texto se adapta a cada plataforma diferente e tem uma maior abertura para forma, fonte, cor, uso de links e elementos multimídia e interativos integrados à leitura. No entanto a pouca familiaridade e popularidade desse tipo de livro digital, torna seu conhecimento e uso mais restrito. “Os livros digitais nos formatos PDF e ePUB são vendidos nas mesmas lojas online em que encontramos os livros impressos.” (sic) (MARTINS, 2017, P.39).

Relembrando o que já apresentei, especificamente com relação ao livro acadêmico digital, há uma predileção nos próprios meios acadêmicos pelo PDF por uma razão muito simples: a formatação fluida do EPUB não permite fazer referência de páginas no momento em que se apropria e/ou se cita o texto em outro trabalho. Então, formalmente o EPUB impede que haja um uso efetivo do livro acadêmico digital como instrumento de difusão do conhecimento, pois dentro da formalidade acadêmica vigente é preciso fazer referência a ano e página do conteúdo citado direta ou indiretamente.

Essas diferenciações técnicas me servem aqui para informar ao leitor que há muitos formatos disponíveis, porém, o objetivo de analisar como o livro acadêmico digital é instrumento para difusão social do conhecimento permanece o mesmo. Afinal, ter mais formatos de livros digitais disponíveis contribui para a difusão do conhecimento? Acredito que a resposta, pelo caminho que estou traçando, seja negativa ou indiferente, pois no final, seja qual for o formato disponibilizado, quem vai promover a difusão é o sujeito. O livro é só o instrumento.

Com relação aos aspectos interativos dos livros digitais, Martins (2017) usando de pesquisa com grupo focal e analisando a percepção de *designers* sobre livros e suportes digitais diferentes aponta para algo que pode me servir para começar a responder essa pergunta do parágrafo anterior. O processo de leitura e interações foi apresentado como variado de acordo com as diferentes percepções e desejos dos participantes. Talvez por serem da área de *design* e que trabalham com isso se deixaram encantar com mais facilidade por elementos extratexto dos livros digitais apresentados na pesquisa em grupo focal (ficção, não ficção e acadêmicos). Mas isso só faz reforçar a noção de que a apreensão sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento é algo subjetivo e que

a vivência de cada um não pode ser reduzida a uma generalização. E por isso, quanto aos aspectos técnicos e interativos facilitarem a difusão do conhecimento, me parece que a resposta vai continuar sendo que vai depender muito mais daquilo que motiva os sujeitos do que de qualquer aspecto prévio do próprio instrumento.

No capítulo 2, por exemplo, mencionei que os livros acadêmicos digitais da Editora da UNEB ficam disponíveis no repositório institucional da universidade. Este é um aspecto técnico prévio sobre o livro acadêmico digital previamente estabelecido para este ser instrumento de difusão do conhecimento. Porém, os repositórios de publicações digitais hospedados pelas universidades seria um exemplo de ambiente digital que possibilita a difusão social do conhecimento? Nestes repositórios podemos encontrar obras publicadas pelas editoras universitárias e teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* dessas mesmas universidades. Isto é, o conhecimento produzido e escrito fica disponível digitalmente nestes repositórios. Os arquivos disponibilizados nestes repositórios normalmente são em PDF, pois como mencionei há uma predileção acadêmica pelo mesmo.

No entanto, a efetiva ação de difundir não está no instrumento, está nos sujeitos. Assumir que o livro acadêmico digital disponível nos repositórios por si só promove a difusão social do conhecimento é desprezar a relação entre o sujeito e a verdade. O livro acadêmico digital vai existir enquanto existir os ambientes digitais, mas sem sujeitos reais que o leiam e o reescrevam com suas subjetividades, então estará morto.

Esta relação do sujeito com a verdade não tem a pretensão de ser uma afirmação categórica de natureza metafísica, apesar de que a tentativa de colocar tal questão é, historicamente, propriamente espiritual, pois se trata da questão do preço que o sujeito tem que pagar para dizer a verdade e a questão do efeito que tem sobre o sujeito o fato de que ele disse, de que pode dizer e disse, a verdade sobre si próprio. (FOUCAULT, 2006, p.42). Esta conjectura, que foge aos padrões das reflexões sobre o livro digital e sobre a difusão do conhecimento no geral, ajuda a ver que as escolhas dos sujeitos envolvidos nos processos de difusão social do conhecimento supostamente promovidos pela editora universitária trazem várias consequências.

Alguns exemplos destas consequências é saber lidar, como visto no capítulo 2, com as limitações do sistema que seleciona, analisa, recusa alguns e aprova outros, revisa, modifica e por fim edita e publica livros acadêmicos digitais. Assim como lidar com os interesses e desejos de autores, professores, estudantes e pesquisadores que fazem parte de uma rede de relações de micropoder em que o livro acadêmico digital pode representar um instrumento de difusão social do conhecimento, que veremos mais adiante. E tais consequências demandam de mim um aprofundamento e outras demarcações quanto ao objeto desta pesquisa.

4.1 – Aprofundando a Problematização sobre a Difusão Social do Conhecimento

Minha pertença ideológica (GUBERNA, 2016, p.231) medeia meu modo de compreender a difusão social do conhecimento, mas não existo sozinho e outros sujeitos estão presentes me influenciando e sendo influenciados por mim. Por isso a minha valorização aqui de algumas vertentes da reflexão sobre a difusão do conhecimento em detrimento de outras. Forjamos utopias por necessidade de sentido. A ideologia da difusão social do conhecimento a partir do livro acadêmico digital está inserida na ideologia da democratização do conhecimento pelas TIC, mas reconheço como elemento basilar a falha desta em não contabilizar os desejos individuais de cada sujeito. Neste item apresento problematizações sobre alguns pontos de vista, muitas vezes divergentes, sobre a difusão do conhecimento, mas que conduzem o argumento para aquilo que é mais específico de minha tese sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento.

Sales (2013, p.81) argumenta a partir de outros autores³⁹ que a produção e difusão do conhecimento fazem parte de um processo complexo e inserido num contexto múltiplo, que não pode ser reduzido a nenhuma de suas partes. A Ciência, a Filosofia, a Arte, a espiritualidade, a tecnologia e as emoções moldam de maneira sempre inacabada o que os sujeitos percebem e compreendem como conhecimento e por isso sua difusão estar inevitavelmente atrelada aos mesmos sujeitos e suas (a minha, p.ex.) singularidades.

Mais à frente no texto (p.82) ela reforça tal noção com a afirmação de que a difusão social do conhecimento acontece pela via da subjetividade, também se alinhando com minha presente argumentação ao lembrar que não são as tecnologias (tal como o livro acadêmico digital) por si só que garantem a difusão, mas sim os sujeitos em suas singularidades.

Assim, a difusão do conhecimento parece seguir inicialmente a via da razão científica, sendo o livro acadêmico digital um dos possíveis instrumentos dessa difusão; mas também essa difusão parece ocorrer pela via do chamado saber subjetivo. Parece sem dúvida para mim que esta via reforça um aspecto além do instrumental do livro acadêmico digital, pois mesmo

³⁹ Por exemplo: Galeffi e Lima Jr, que também aparecem aqui em minha tese em vários momentos, expressando certo alinhamento teórico.

que eu tivesse conseguido evidenciar via descrição a pura instrumentalidade do livro acadêmico digital, ainda restaria a conjectura afirmativa de que o saber subjetivo no nível do sentido singular da leitura de um livro acadêmico digital leva à difusão social do conhecimento.

De acordo com Rios e Aragão (2011, p.401) a difusão do conhecimento é social, no entanto a mesma acontece pelos indivíduos, pois são estes os sujeitos das relações de troca de conhecimento que levam a sua difusão. Algo que Sales (2013, p.180) parece concordar ao afirmar da importância do diálogo e da comunicação para o aprendizado e consequente difusão social do conhecimento. Vou tentar nos próximos itens descrever como tal evento ativo de difusão pode acontecer com o uso do livro acadêmico digital pelos sujeitos envolvidos nestas relações, no caso professores e alunos. O problema inerente a tal conjectura é como se dá a difusão entre os sujeitos já que muitas vezes já se parte do princípio de que estando o conhecimento socializado já está difundido; do mesmo modo que estando o livro acadêmico digital disponível na Internet já se imagina que está sendo acessado, lido e seu conteúdo apropriado. O que não me parece que ocorre de maneira automática. Então me resta perguntar como a difusão social do conhecimento de fato se dá entre os sujeitos leitores do livro acadêmico digital, no caso professores e alunos?

Albuquerque (2011, p.420) lembra que a difusão do conhecimento é historicamente influenciada, por isso ao lidar com o tema hoje tenho que considerar as questões relacionadas com as tecnologias digitais, que parecem interferir diretamente no processo de difusão. Vide o papel instrumental do livro acadêmico digital que estou afirmando nesta pesquisa. Porém devo reconhecer também as preocupações com a subjetividade também inerentes ao momento histórico mesmo que como uma subversão do contexto hegemônico, que exigem uma maior problematização sobre a difusão social do conhecimento, como questionei acima.

Segundo Ribeiro, Menezes e Campos (2016, p.177) a difusão social do conhecimento ocorre em níveis diversos entre o individual e o coletivo. Ao socializar o conhecimento através do livro acadêmico digital, o professor (autor ou não) pode externa-lo e ao chegar ao aluno leitor, este ao internalizar o conhecimento pode passar a difundi-lo pela participação intencional dos sujeitos.

Estes mesmos autores falam de espiral entre sujeitos e conhecimento presente no instrumento de difusão, no caso aqui o livro acadêmico digital. Posso notar que é do sujeito o papel central nessa cadeia de argumentos, pois sem sua vontade e atitude nada disso parece ser possível de ocorrer.

Por isso, no momento recente, a difusão do conhecimento é vista como social (Albuquerque, 2011, p.422) e por isso precisa de instrumentos de propagação, tal como é o caso dos livros acadêmicos digitais, porém a real difusão acontece nos sujeitos⁴⁰. O livro acadêmico digital pode ser visto como “dispositivo” de expressão do poder simbólico acadêmico legitimado. O papel da Editora da UNEB, por exemplo, passa a ser estabelecer o que é conhecimento acadêmico legítimo para ser difundido. O termo dispositivo não significa apenas instrumento, mas também o modo de estabelecer o saber válido numa visão foucaultiana de poder e saber (FOUCAULT, 1998), daí que posso elaborar que a difusão social do conhecimento é também uma prática de poder e o livro acadêmico digital um seu dispositivo (REVEL, 2005, p.39), diferente de outros meios de propagação apenas pela abrangência e acessibilidade potenciais.

Desse modo, o livro, assim como outras formas de transmissão de informações, pode ser considerado um instrumento de difusão social do conhecimento. Porém é no nível das interações entre sujeitos que a verdadeira difusão de fato acontece, pois, a difusão do conhecimento não é algo passivo, em que sujeitos apenas recebem informações e passam adiante. (SANTOS; DUARTE, 2011, p.98).

Seguindo a minha vulgata da psicanálise e assumindo que o conceito de inconsciente se refere a algo factual que interfere diretamente na subjetividade, então as escolhas sobre o que ler e difundir não são completamente conscientes e razões ou desejos ocultos estariam

⁴⁰ Em tempo, a difusão social do conhecimento não se refere a instrumentos, embora estes estejam supostos dentro da sua dimensão material, refere-se mais a um dinamismo, um agenciamento de geração e de produção de conhecimento direcionados a fins específicos e a intencionalidades que se opõem à natureza capitalista da ascensão do conhecimento à condição de fator produtivo, a infraestrutura de produção, alterando no seu bojo as tradicionais relações sociais do trabalho. É dentro desta configuração que se pode derivar a função e o papel da atual emergência do livro digital acadêmico, tanto quanto da própria função da universidade, da educação, em vista dos desafios e necessidades que emergiram da atual fase do modo de produção capitalista. (LIMA JR em orientação)

presentes no momento em que o sujeito (professor, estudante ou outro ator qualquer do processo de difusão) decide por propagar, adotar, ler, comentar ou publicar um livro acadêmico digital. Um caminho possível de compreender tal processo, mesmo admitido que há sempre algo de oculto, é através de uma certa ressonância entre sujeito e conteúdo. Para que a difusão social do conhecimento aconteça os sujeitos leitores dos livros acadêmicos digitais precisam estar em consonância com o conteúdo do mesmo, pois o que acontece é a aceitação de um corpo teórico expresso nas formulações presentes no mesmo. Sales (2011, p.212) parece concordar com minha formulação ao afirmar que a aceitação de uma explicação satisfaz critérios de coerência do próprio sujeito receptor, isto é, o conhecimento difundido causa um efeito de crença e reprodução no receptor do mesmo.

Além disso, Ribeiro, Menezes e Campos (2016, p.185) concordam que a difusão social do conhecimento acontece mais facilmente quando outro sujeito *expert* no assunto em difusão está disposto a promover e contribuir com tal movimento. Haveria assim sintonia entre sujeitos e mesmo nas discordâncias teóricas haveria a promoção da difusão, pois ambos estariam imbuídos de conhecimento e desejo para difundi-lo. Estou assumindo assim que as subjetividades destes sujeitos *experts* no assunto desejam se expressar por esta via do debate acadêmico.

Assumindo tais conjecturas como verdadeiras, então devo concluir que é no sujeito que se encontra a possibilidade de o conhecimento expresso no livro acadêmico digital ser difundido e não no livro em si, que serve apenas de veículo ou instrumento de propagação, como venho assumindo desde o início.

No entanto, numa visão oposta à minha, para Souza e Burnham (2011, p.254), pesquisadoras na área de difusão do conhecimento, a flexibilidade da tecnologia digital teria o potencial levar a uma independência na transmissão da informação, pois o processo passaria a não depender da presença humana do emissor ou receptor. Assim, se eu fosse seguir a lógica dessas autoras, seria do mesmo modo com a disponibilização dos livros acadêmicos digitais nos sites das editoras ou nos repositórios das universidades, pois a disponibilidade e flexibilidade do ambiente digital já caracterizaria a própria difusão. É claro que considerado apenas uma visão rasa e superficial sobre difusão, já que na difusão social do conhecimento

diversos elementos sociais e intencionais devem sempre ser levados em consideração na análise e na prática da mesma.

Com isso não se deve esquecer que a difusão do conhecimento só se efetiva com a ação ativa dos sujeitos em suas escolhas, ações e julgamentos que influenciam no modo como acessam e se apropriam da informação disponível. Então o processo de comunicação entre emissor e receptor continua sendo entre sujeitos e os ambientes digitais e o livro acadêmico digital são o meio e o veículo da transmissão, mas esta só pode ser chamada de difusão quando considerada a ação e desejo dos sujeitos, que é a posição que estou afirmando.

O sujeito receptor da difusão social do conhecimento se torna parte de um processo ativo, tecendo em conjunto os desdobramentos e desenvolvimentos do conhecimento que foi difundido. (GALEFFI, 2016, p.192). Sales e Galeffi (2016, p.259) também chamam a atenção do diálogo como sendo o gerador de difusão social do conhecimento, que é eminentemente colaborativa e produtivo, o que indica a troca entre sujeitos e o cuidado nas relações, pois a difusão social do conhecimento acontece nos sujeitos que geram novos conhecimentos e não nos instrumentos, por mais que estes potencializem tal difusão.

Como cada sujeito está numa rede de relações, um nó na rede (HALNAM; PRETTO, 2011, p.242), a difusão social do conhecimento através dos livros acadêmicos digitais disponíveis nos ambientes digitais decorre destes sujeitos, que reconhecem os conteúdos como parte de si e reverberam em leituras e recomendações. Um sujeito-nó na rede digital está conectado com outros fora desta, pois há uma rede de relações bem maior da qual todos fazem parte e os conteúdos dos livros acadêmicos digitais circulam entre estes nós pela vontade destes, que são os sujeitos. Pois parece que só é possível a difusão social do conhecimento quando o sujeito que apreende a informação contida num livro acadêmico digital se conecta tacitamente com os sentidos do mesmo (LAGE, 2011, p.310). Isto é, disponibilizar o livro acadêmico digital é um elemento propagador e o acesso e a leitura do mesmo pelo sujeito o elemento ativo difusor, mas é preciso também que este sujeito entre em algum tipo de concordância com os conteúdos do mesmo, pois só assim estará contribuindo subjetivamente com a difusão dos mesmos, que é diferente da mera reprodução. Isso, o próprio livro acadêmico digital já faz de maneira instrumental. O sentido transmitido por um

livro acadêmico digital é algo inerente dos sujeitos (tanto autores quanto leitores) e é por estes que parece ocorrer a difusão do conhecimento, pois parece estar presente em todos os sujeitos este potencial. O papel do livro acadêmico digital na vida escolar universitária parece passar justamente por este processo de difusão no nível da subjetividade.

Porém, o esforço empenhado pelos sujeitos para a difusão social do conhecimento em educação pode muitas vezes não ser muito recompensador, como coloca Rohr (2016, p.72) ao comparar a educação com o destino eterno de Sísifo na mitologia grega, que rola uma pedra morro acima apenas para ela rolar morro abaixo e depois começar tudo de novo. No entanto, mesmo que muitos alunos ignorem as orientações e indicações do professor, no caso aqui de leituras de livros acadêmicos digitais, mesmo assim há sempre o potencial singular de um sujeito atender e seguir a orientação e ler o livro acadêmico digital indicado e assim difundir o conhecimento, que não parece se limitar à leitura em si, mas algo mais.

Um aspecto do livro acadêmico digital para a difusão do conhecimento no geral é o armazenamento da informação acumulada e transportada pelas vias digitais (múltiplos servidores de computador espalhados pelo mundo), que é visto como pré-requisito junto com a representação do conhecimento para sua difusão. (JORGE; DUARTE; SABA, 2011, p.29).

Enquanto o armazenamento e transporte podem até ser vistos superficialmente como aspectos apenas tecnológicos, o fato de poder elaborar a representação como pré-requisito para a difusão do conhecimento me faz perceber que abaixo da superfície existem os sujeitos nas apreensões das representações que dão sentido ao armazenamento e ao transporte, pois só faz sentido armazenar e transportar quando há sujeitos nas trocas de conteúdo presentes no processo de difusão social do conhecimento e que parece ser o algo a mais além da leitura em si que mencionei acima, caminhando para a internalização ou apropriação do conteúdo pelo sujeito.

Assumindo a difusão social do conhecimento como processo ativo de internalização por parte do sujeito (SOUZA; SENA, 2011, p.50), então posso assumir que o livro acadêmico digital tem papel apenas instrumental já que a transferência direta de conhecimento não acontece sem a ativação por parte dos sujeitos a partir de suas vontades ou desejos.

O conhecimento tem que ser explícito para ser difundido, então o livro acadêmico digital pode ser considerado uma expressão dessa explicitação (Ibidem, p.51), pois o processo ativo de difusão deve ser presente tanto no emissor quanto no receptor do conhecimento difundido. Por exemplo, se tenho armazenado no meu computador um livro acadêmico digital e o transfiro (transporte) para um colega ou aluno, isso ainda não é difusão do conhecimento; mas a partir do momento que o que está explícito (expresso) no livro passa a ser lido, apropriado, referenciado, discutido e interiorizado ou internalizado, aí sim acontece a difusão.

O livro acadêmico digital permanece como instrumento da difusão, como forma de armazenar e transportar, e o elemento ativo da difusão fica a cargo dos sujeitos. Este é um posicionamento fundamental de minha argumentação, pois sintetiza as categorias expostas no capítulo anterior e aponta para minha forma de entender a difusão social do conhecimento dentro do contexto aqui vislumbrado tanto da tecnologia digital quanto da ideologia sobre o papel da editora universitária e do programa de pós-graduação *stricto sensu* como dispositivos de poder acadêmico formado por sujeitos reais e incompletos.

O livro acadêmico digital da Editora da UNEB não parece ser diferente do que acabo de formular nos últimos quatro parágrafos. Seu uso e apropriação a partir do repositório universitário por iniciativa de quem quer que seja só avança como difusão pela vontade dos sujeitos que realizam tal uso e apropriação.

Além disso, visões opostas sobre um tema podem às vezes difundir conhecimento mais que apenas a repetição (MELLO, 2016, p.40). Por isso a importância dos sujeitos na difusão social do conhecimento, pois só a visão singular do sujeito pode fazer gerar algo além do que a mera reprodução da informação. Este é o papel dos instrumentos ou veículos de comunicação, tais como os livros acadêmicos digitais, por exemplo.

E, assumindo que somos seres incompletos e em devir, como Mello (2016, p.44-46) também problematiza, a leitura e difusão do conhecimento são meios de constantemente apontar para este devir; assim a difusão do conhecimento sendo uma espécie de arte de si, em que o sujeito se apropria dos conteúdos transmitidos pelo livro acadêmico digital para uma elaboração de sentido própria, que supera a sua instrumentalidade como veículo de

comunicação. Diante destas problematizações, resta agora expor como eu entendo tal difusão nesse nível dos sujeitos nas relações de micropoder recorrentes nos ambientes acadêmicos já referidos e seus modos de subjetivação diante dessas mesmas relações.

4.2 – Difusão Social do Conhecimento nas relações de micropoder entre Professores e Estudantes

Segundo Judith Revel (2005, p.84-85) desde o início da obra de Foucault ele se apresentou como um crítico ferrenho do conceito de sujeito como este é desenvolvido pela filosofia desde Descartes até Sartre, isto é, como uma “consciência solipsista e a-histórica, auto-constituída e absolutamente livre”. Incluindo neste corpo de teorias a sempre presente na época vivente de Foucault do marxismo em suas diversas linhas desenvolvidas ao longo do século XX⁴¹. O grande desafio de todos os pesquisadores que se aventuram neste caminho é, em oposição às filosofias tradicionais do sujeito, alcançar uma descrição do sujeito que possa lidar com sua constituição histórica e inacabada. Mais próximo de como é abordado, mas não como um conceito, por Lima Jr (2021).

Enfrento agora este desafio ao colocar o conceito de sujeito nas relações de micropoder para a difusão social do conhecimento, que apresento como social, em comunidades acadêmicas universitárias, especialmente a relação entre professores e alunos de um programa de pós-graduação *stricto sensu* tendo como instrumento o livro acadêmico digital. Para uma visualização aproximada e também uma idealização do que representa uma dessas comunidades acadêmicas no nosso ideário coletivo lembro da Academia de Platão em Atenas na Grécia Clássica, ilustrada imaginariamente pela famosa pintura do artista renascentista Rafael Sanzio⁴², em que filósofos de vários períodos diferentes do pensamento grego estão convivendo em uma aparentemente vibrante comunidade de trocas de conhecimento. Evidentemente esta expressão idílica do que seria uma comunidade acadêmica expressa muito pouco do que realmente foi, mesmo na época de Platão, e é, no meu momento vivente neste programa de pós-graduação *stricto sensu*, uma tal comunidade, mas me vale

⁴¹ O marxismo mais ortodoxo que defendia a revolução socialista, especialmente na sua linha maoísta, muito na moda na década 1960 e 1970, foi um foco constante de debate entre Foucault e maoístas. O principal argumento de Foucault (1998, p.39-42) era que mesmo num suposto ambiente revolucionário os sujeitos estariam submetidos a um sistema de poder microfísico. Então diferente do argumento estrutural tradicional do marxismo, não é simplesmente a estrutura das relações sociais de produção que se impõem sobre o indivíduo, mas também e principalmente, no nível dos sujeitos, são as micro relações cotidianas no interior das instituições, mesmo as revolucionárias como o tribunal popular revolucionário da China de Mao, que afetam e são afetadas pelos próprios sujeitos.

⁴² Ver em anexo uma reprodução da referida pintura.

como expressão utópica do que na verdade é um espaço de encontro entre sujeitos reais com desejos e interesses muitas vezes divergentes, mas cuja possibilidade de troca permite pelo menos o potencial de uma comunidade de trocas de conhecimento.

Os saberes e discursos que tentam constituir o sujeito como objeto de reflexão causam um constante desconforto, pois mesmo quando se pensa o sujeito como um objeto historicamente constituído com determinações exteriores, ainda assim a falta do mesmo resvala no reconhecimento de sua (minha) incompletude e historicidade, que se enlaçam no problema de uma resistência subjetiva das singularidades, que é o lugar da subjetivação, que vou tratar no próximo item.

A partir da microfísica do poder (FOUCAULT, 1998) tendo a compreender o espaço escolar como ambiente distinto de expressão de relações de poder bastante específicas ou como ainda coloca Ferraz (2007, p.103) que o poder depende de um campo móvel de múltiplas relações em que só podemos observar o seu efeito. Qualifico como distinto tal ambiente por ter características diferentes de outros ambientes de poder também pesquisados e problematizados pelo mesmo autor, no caso hospitais, clínicas, fábricas e prisões.

Os saberes vigentes nestes espaços em que os diversos poderes se expressam têm características históricas e contextuais que preciso expor para poder compreender a expressão das relações de micropoder no ambiente escolar, sendo a mais pontual para entender o papel instrumental do livro acadêmico digital na difusão social do conhecimento a relação entre professor (autor ou não) e o estudante, mais especificamente o aluno de pós-graduação *strictu sensu* que está como orientando de um professor orientador que o guia para uma suposta auto formação como um pesquisador que, como vou mostrar no item seguinte, vai além das imposições da própria relação de micropoder, possibilitando a formulação de uma verdade de si de cada sujeito.

De uma maneira geral, todas essas instituições (hospital, prisão e escola) têm como objetivo fundante formal a constituição do sujeito ou sujeitos, isto é, uma pretensão afirmativa conceitual imposta, mas que ao mesmo tempo o reduz a objeto da reflexão, ou seja, Foucault aponta para a fragilidade de tal pretensão que tenta reduzir o sujeito a um conceito, quando de

fato este não pode ser conceituado, devido a sua abertura ao devir. A visão histórica que Foucault (1998, 2006) problematiza sobre o sujeito pode ser sintetizada num composto de queda e sujeição contraposto com um momento afirmativo, caracterizado pela subjetivação. Lima Jr e Cunha (2009, p.272) também apontaram para a necessidade de reconhecer o “jogo de poder” nestas e noutras instituições quando se trata da gestão do conhecimento, mais especificamente, pois as imposições no modo de ser do sujeito tendem a negar sua singularidade (p.275).

A categoria analítica sujeito para Foucault (1998, p.4-6) teria uma queda fundamental histórica a partir do chamado por ele de período clássico (séculos 17 e 18). Elementar de tal período seria o chamado “grande internamento” e também o “cogito cartesiano”.

O “grande internamento” seria um evento ou conjunto de eventos apresentado em detalhes na sua obra História da Loucura, originalmente publicada em 1972, que estabelece como os sujeitos considerados como não são (ou loucos) ou pelos parâmetros do cogito cartesiano não sujeitos, pois se não pensa (racionalmente) então não existe, foram tirados do convívio social e internados em asilos. (FOUCAULT, 1998, p.115-116).

Os asilos, que a princípio eram instituições religiosas, vão se tornando laicas e gerando o saber médico psiquiátrico que também dá origem a instituições hospitalares psiquiátricas, adotando a cultura militar dos hospitais gerais que surgiram no século 19.

No começo os asilos serviam para afastar o louco (o não sujeito) do convívio social, depois, como hospitais, se converteram como instituições de promoção de cura, isto é, conversão de loucos (não sujeitos) em sujeitos são. Nos dois casos há uma profilaxia da subjetividade, que deve ser enquadrada ao saber/poder vigente. É sem dúvida uma forma de sujeição, mas que inevitavelmente articula a positivação de uma expressão do sujeito. Este morre e revive dentro da mesma ação impositiva, mas como conceito ainda escapa a compreensão puramente racional, daí talvez a manutenção até hoje de tantas instâncias institucionais de submissão do sujeito e ao mesmo tempo tantos sujeitos sofrendo na angústia de querer ser e se expressar, pois é algo da sua condição subjetiva.

É inevitável notar que tal evento do “grande internamento” estaria submetido ao saber da modernidade com base no “cogito cartesiano”. René Descartes (1999, p.304-305) elabora que o elemento fundamental que afirma o sujeito é a capacidade de pensar racionalmente a partir de um método intelectual de base cética, pois é formulado a partir da chamada dúvida hiperbólica. Inclusive chama ele de cérebro perturbado aquele que se engana com os delírios da imaginação e do sonho. (Ibidem, p.250). Tal forma de elaborar vai originar além do cartesianismo, o positivismo e o tecnicismo, que tem efeitos na educação contemporânea.

Então, o sujeito é o eu que pensa e tem no pensamento racional a garantia da sua própria existência; é o famoso “penso logo existo”. O problema, do ponto de vista da queda do sujeito, da adoção desse parâmetro conceitual para estabelecer o que é o sujeito é que, segundo Foucault (1998), nega-se a condição de sujeito a todos aqueles que não se enquadram no padrão de eu pensante racional, a exemplo do chamado louco.

A pessoa ou instituição que caracteriza o sujeito como louco é justamente aquele outro ou outros sujeitos que exercem o saber/poder de classificar quem é ou não é são.⁴³

A queda ou sujeição desse sujeito (o louco) sob o julgo do poder/saber da psiquiatria representa também a queda epistemológica do sujeito, que compreendo seguindo Foucault (1998, p.69) como sendo uma visão sobre o sujeito como objeto do pensamento ou reflexão, que paradoxalmente inibe a expressão da subjetividade. Paradoxo também apontado por outras vias por Lima Jr (2012). É como se ao se pensar sobre o sujeito como conceito, inevitavelmente o mesmo fosse subsumido em sua subjetividade. No fim parece que só é realmente sujeito quem reflete sobre o conceito de sujeito, daí as reservas ao papel dos intelectuais que pensam sobre o sujeito esvaziando-o de sua subjetividade.

O louco, o prisioneiro e o aluno (todos tematizados por Foucault ao longo de sua obra) são sujeitos, mas são os objetos de reflexão, então suas singularidades subjetivas tendem a deixar de ser consideradas durante o processo de pesquisa e reflexão. É o paradoxo que Lima

⁴³ A questão incide mais no como o ser se comporta quanto à Linguagem e ao Simbólico, porque daí derivam os possíveis dinamismos relacionais entre Real - Simbólico - Imaginário (Lacan). É neste dinamismo que o sujeito nasce como Ato de inauguração de si mesmo, pela via da diferenciação, que é um processo de desalienação e ao mesmo tempo de singularização irredutível e irrepitível. (comentário de Lima Jr em orientação).

Jr (2012) estabelece como elemento fundante da contemporaneidade. Para os meus propósitos e objetivos, o que devo considerar desse processo de sujeição é como o sujeito estudante e a sua participação nas relações de uma comunidade escolar perante as imposições dos sujeitos professores cria um ambiente propício para o estabelecimento de relações de micropoder que parecem contribuir para minha análise do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento.

Para Amorim (2016, p.323) é numa comunidade escolar que acontece a difusão social do conhecimento, pois seria nas micro relações entre os sujeitos que se dão as trocas que resultam nesta difusão. Com o livro acadêmico digital como instrumento mediador, tais relações são agilizadas no sentido do conhecimento já produzido pela própria comunidade e chancelado institucionalmente por uma editora universitária, o que também envolve relações de poder político e ideológico que sujeitam os sujeitos autores, como mostrei no capítulo 2. O mesmo também ocorrendo com conteúdos externos, mas de natureza similar, como livros acadêmicos advindos de outras editoras não universitárias mas que tenham no mínimo um conselho editorial formado por doutores e periódicos qualificados e indexados. Tais instâncias representam a suposta consistência e coerência do conhecimento produzido dentro de uma epistemologia científica, que reconhece e formaliza apenas um tipo de conhecimento específico para a promoção da difusão.

O elemento que seria agilizado nestas micro relações seria a troca dos conteúdos constantes nos livros acadêmicos digitais devido justamente a sua natureza digital. O envio ou acesso rápido dos arquivos digitais pelos membros da comunidade permite potencializar uma disseminação mais rápida, pois professores e alunos, e alunos entre si, podem realizar estas trocas quase no mesmo momento em que se está a falar sobre os conteúdos. O que ainda posso entender como um processo de assimilação e reprodução, mas que potencializa a difusão.

É claro que devo assumir esta fala como sendo a fala dos sujeitos da comunidade. As comunidades representadas pelos programas de pós-graduação *strictu senso* podem ser consideradas regimes dominantes que estimulam por contraposição regimes subjetivos (OLIVEIRA, 2016, p.183) que identifico com o papel dos sujeitos na difusão social do

conhecimento, no caso os educadores que exercem o micropoder na escolha e indicação do livro acadêmico digital, isto é, uma imposição dos sujeitos do sistema sobre os desejos potenciais de outros sujeitos do sistema. Do ponto de vista do Sistema de Pós-Graduação, bem como de sua política nacional e internacional, os sujeitos cumprem funções pré-determinadas, são padronizados via papéis institucionais, o que implica não ser voz, nem poder falar por si, mas pelo dispositivo institucional.⁴⁴

Os professores e alunos que formam tal comunidade são estes sujeitos de tal micro relação e ao estarem vinculados os relacionamentos entre os sujeitos de uma comunidade acadêmica envolta em micro relações de poder com situações, por exemplo, como o relacionamento entre a ciência normal e revolucionária de Kuhn (1997), em que é a aceitação da comunidade⁴⁵ que determina o status de tal ciência (conjunto de conhecimentos), a instrumentalidade do livro acadêmico digital para a difusão social do conhecimento fica bastante evidente.

A evidência está no funcionamento dessas relações de micropoder, pois os professores (autores ou não) da comunidade indicam os livros acadêmicos digitais para seus estudantes de forma a direcionar uma normalidade chancelada naquele conhecimento. E mesmo que o processo de aceitação ainda esteja num status de revolucionário, por algum aspecto inovador ou subversivo, a sua difusão vai depender desse processo microfísico de orientação de estudantes/orientandos para as leituras pré-selecionadas pelos professores.

Afirmar que a mesma dinâmica ocorre também com o uso instrumental do livro impresso para o mesmo fim apenas reforça a minha posição de que o livro acadêmico digital é um instrumento também, apenas de propagação potencial mais rápida e mais ampla. E conseqüentemente de difusão entre os sujeitos que fazem parte da comunidade acadêmica/científica.

⁴⁴ O que Lima Jr (2009, 2012, 2021) vai chamar de “arrasamento da subjetividade”.

⁴⁵ Nesse caso faço uma extrapolação interpretativa, já que Kuhn não trata da comunidade acadêmica universitária, apesar desta estar inserida como parte, mas sim de uma alta hierarquia da comunidade científica, que são os sujeitos que produzem para que os demais consumam via reprodução e aplicação. O que não impede ao meu ver de uma adoção mais restrita do conceito por uma comunidade menor como um grupo de pesquisa ou colegiado de professores que adotam ou elaboram um conhecimento que é aceito pela própria microcomunidade.

É claro que os sujeitos na cadeia de difusão do conhecimento podem contribuir criativamente de modo emergente, pois o livro acadêmico digital possibilita pela portabilidade a inserção individual nos processos de leitura e comunicação nos mais diversos ambientes. Tomemos o exemplo da turma de pós-graduação que rapidamente partilha em seus aparelhos digitais os livros acadêmicos digitais recomendados pelo professor. A microfísica de poder está na indicação do professor que assim propaga seu livro acadêmico digital ou o de sua preferência para seus aprendizes, mas estes podem ou não fazerem a adoção do mesmo e quando o fazem pode ser também um uso criativo com uma apropriação mais subjetiva ou não. O livro acadêmico digital produzido pelas editoras universitárias pode se enquadrar em tudo isso, contanto que seja selecionado e indicado como leitura sugerida/obrigatória pelos professores (autores ou não).

Guberna (2016, p.237) aponta como as ideologias confrontam os sujeitos e na argumentação presente levanto a questão de o sujeito aceitar ou não a imposição do mestre para a leitura do livro acadêmico digital, seja de sua autoria ou não. O que envolve principalmente a questão da confiança na indicação do mestre. Por isso que, por mais que haja a inerente micro relação de poder nesta imposição/indicação, também vejo a subjetivação presente na relação.

A atenção à própria subjetivação apontada pelo mestre como problematiza Foucault (1985; 2006) pode ser vista como um conflito ou contradição com as relações de poder presentes na ideologia predominante nas relações escolares. O professor que deveria cuidar para o aluno ter o melhor de si pode se tornar um déspota de suas vontades de auto realização intelectual impondo ao estudante seu ponto de vista, pelo menos como pretensão imaginária do próprio sujeito.

Posso inserir o livro acadêmico digital nessa suposição de processo de difusão social do conhecimento como subjetivação das relações de poder simultaneamente, pois o mesmo ao ser usado como instrumento pelos professores como escolha ideológica e imposição microfísica dessa escolha no campo de estudo dos alunos pode liberar um efeito de subjetividade inesperado, mas que já lhe é inerente de sua condição de sujeito, que é a participação efetiva do aluno no processo de difusão do conhecimento.

Não quero dizer que a subjetividade do aluno esteja submetida às vontades do mestre professor, mas a autoridade inerente dessa relação de poder em nível simbólico torna a vontade do professor preponderante à do aluno. Porém, mesmo fazendo isso, o que quero chamar de inesperado é o fato do aluno, como outra subjetividade, poder desenvolver autonomia a respeito da intenção do mesmo ao lhe indicar um livro acadêmico digital, promovendo novas interações verticais, com outros mestres, e horizontais, com outros estudantes, que contribuiriam para a difusão social do conhecimento.

Em Foucault (2006, p.415) vê-se também como o poder do saber do mestre fica expresso na descrição do banquete na antiguidade em que os mestres mais velhos falam e os mais jovens aprendizes ficam de pé e imóveis, abertos ao saber dos mestres e em completa passividade⁴⁶. Mesmo relevando o aspecto histórico, posso chamar a atenção sobre o poder/saber embutido na palavra do mestre, inclusive ao recomendar uma leitura.

Mais à frente (Ibidem, p.417-418) chama atenção da necessidade de o aluno ter também algo a oferecer ao mestre para que haja difusão do conhecimento na relação. Entendo com isto uma atitude ativa na escuta e questionamento, e assim suponho também na leitura e apropriação do livro acadêmico digital.

Enfim, a minha compreensão é que as relações de micropoder entre professores e estudantes parecem expor até aqui um aspecto de como acontece a difusão social do conhecimento neste espaço escolar específico. Porém tal aspecto ainda parece guardar algo de mais profundo quanto ao modo como o livro acadêmico digital pode ser instrumento desta difusão. A conclusão a que cheguei no parágrafo anterior parece expor um pouco deste algo mais expresso pelos sujeitos nesta relação entre professor e estudante. A atitude ativa na escuta e questionamento não parece ser uma sujeição ou imposição de poder apenas, mas uma atenção para consigo, para o que se busca saber diante da verdade apresentada pelo mestre via livro acadêmico digital e potencialmente subjetivada pelo aprendiz.

⁴⁶ Ouvir o saber ou contemplá-lo, embora se mostre no campo do outro, já é saber; portanto, já faz um ato de singularização ao modo consignatório. Já o gozo pela contemplação do saber exposto na fala, revela uma via amorosa, que indica uma via da “feminilização”; ou seja, sair da rivalidade fálica. E ainda, a via simbólica supõe o sujeito e faz cair as projeções imaginárias, rompendo-se com o registro especular e com a alienação. (Comentário de Lima Jr em orientação).

4.3 – Difusão Social do Conhecimento como Subjetivação do Sujeito

Como já apresentado no capítulo 3, item 3.4, para Judith Revel (2005, p.82-83) a palavra "subjetivação" se refere na obra de Foucault ao processo através do qual o sujeito se constitui, ou ainda, expressa sua subjetividade. Os "modos de subjetivação" ou "processos de subjetivação" do sujeito formam os modos como este se relaciona consigo mesmo e que permitem constituir-se como sujeito de sua própria existência. Como também já mencionei, Lima Jr (2021) trata também da subjetivação, mas não como um conceito, operando sim como parte da condição de ser do sujeito, o que interpreto como sendo a atitude singular e não plenamente consciente que se expõe simbolicamente nas tentativas sempre inacabadas do sujeito de dar sentido à sua realidade⁴⁷.

Já para Mansano (2009, p.113) Foucault faz a análise dos modos de subjetivação recorrendo, principalmente, aos seus estudos das filosofias antigas de Platão, dos Estoicos e Cristã. Ele encontra nos gregos um modelo de vida a partir do qual o sujeito adere a uma forma de viver acolhida apenas por aqueles que assim o desejavam para se tornarem condutores da sociedade. Assim, tal decisão era tomada por uma pequena parcela da população que escolhia ter uma vida considerada bela e, a partir dessa escolha estética, tinha interesse e disponibilidade para assumir os cargos públicos. Somente aqueles que possuíam as condições de autonomia subjetiva poderiam governar as cidades. Foucault (2006) chama atenção com isso para a necessidade do sujeito se implicar no processo de autoconhecimento e que mesmo sendo aplicado inicialmente sobre aqueles jovens que tinham a pretensão de ascender ao poder na cidade, vale como esforço de subjetivação já inaugurado como saber desde sempre, mas que pode ser expandido em forma de saber de si para qualquer um que assim o deseje.

A autora afirma ainda que Foucault compreende que havia, entre os gregos, diversos procedimentos a partir dos quais era possível elaborar um exercício de atenção sobre a própria existência. Ela compreende então que a opção por fazer da vida algo belo poderia ser de qualquer um, porém tal opção não era feita por toda a população, uma vez que fazer isso

⁴⁷ Prefiro não citar diretamente o autor neste aspecto justamente para não tratar tal noção como um conceito.

poderia implicar numa série de condutas e restrições que poucos estavam dispostos a assumir para si. “Daí que, além de uma dimensão ética (...), estava colocada ao mesmo tempo a necessidade de tomar uma posição política diante da própria existência”. (IBIDEM). E esse era um posicionamento que também favorecia uma construção de vida aparentemente estética.

Dessa maneira, o sujeito que opta por construir para si uma vida bela por meio da subjetivação pode ter também por objetivo o exercício político, isto é, está disposto a transformar seus hábitos e valores com o intuito de assumir uma posição de poder e responsabilidade. Quem escolhe tal caminho precisa ter uma atenção consigo mesmo para conhecer suas habilidades e limites, e mais importante ainda ter seu espírito como centro de sua subjetivação. Deixo claro que existem outras formas de o sujeito subjetivar a realidade (TEDESCO, 2007, p.140) e que a leitura e apreensão de um livro acadêmico digital para difusão social do conhecimento é apenas uma dessas formas, dentro dos meus objetivos na tese.

Para Galeffi (2016, p.190) o ser humano é a única espécie no planeta com a necessidade de compreensão de si e de seu universo e ao mesmo tempo de projeção ativa de si em diferentes planos e níveis de realidade. Concordando com tal condição humana, é possível perguntar se a difusão social do conhecimento não seria também um ato de compreensão como forma de o sujeito subjetivar a sua realidade?

A pergunta se justifica pelo tipo de sensibilidade inerente à afirmação: compreensão e projeção de si sobre e na realidade parecem depender de uma posição entre sujeitos em que há sempre algum conhecimento novo a ser difundido, revelando desejo ao se compreender e permitindo a projeção de si na realidade. Para Foucault (2006, p. 60) tal forma de subjetivação estava expressa em algumas práticas vigentes entre os gregos antigos, tais como “a prática da resistência (...), da concentração da alma (...) e o retiro em si mesmo”, para que se consiga assim “suportar as provações dolorosas e difíceis, ou ainda, resistir às tentações que possam advir.”. Assim, a atenção para consigo parece envolver autoconhecimento e auto-aprimoramento, uma estética de si que envolve corpo e espírito. Tais práticas eram ensinadas por mestres a aprendizes em um processo de difusão entre sujeitos. E mesmo que o contexto e

os conteúdos sejam diferentes da realidade atual, o modo de operar parece ser semelhante, pois seria a mesma projeção de si singular diante da realidade existente.

A subjetivação do sujeito em Foucault (2006) parece então reforçada nesta relação entre difusão social do conhecimento, compreensão, projeção e formação realizada pelos sujeitos, no caso aqui tendo como instrumento potencializador o livro acadêmico digital. Acrescentei também o termo formação, pois este parece estar também presente, especialmente quando pensamos em educação formal.

Toda decisão formativa na relação entre sujeitos da educação formal envolve, segundo Galeffi (2016, p.201) a atenção e a sensibilidade, assim as escolhas feitas sob esses parâmetros podem promover a difusão social do conhecimento, independente de qual seja o instrumento. O livro acadêmico digital da Editora da UNEB pode ser um dos instrumentos para essa difusão social do conhecimento, mas a ação dos sujeitos que a promove seria essa atenção e sensibilidade mencionados acima.

Sendo o tema tão relevante na filosofia, como além do apontado por Galeffi (2016) temos ainda Sócrates e Platão classicamente e Foucault contemporaneamente, e ainda me dando as bases para teorizar sobre as relações de poder inerentes ao uso do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento, como expus no item anterior, me proponho a tarefa de questionar sobre esta atenção e sensibilidade para poder entender mais à fundo sobre como o uso do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento pode ser uma expressão ou não deste processo de subjetivação.

O ser humano é um ser que questiona e se expressa para ter sentido e olha para si para ter autoconhecimento. (IBIDEM, p.208). Tomando tal afirmação como verdadeira, posso colocar a difusão social do conhecimento como modo de expressão subjetiva, e o livro acadêmico digital como instrumento para esta difusão, pois o mesmo comunica o potencial para gerar sentidos nos sujeitos em suas diferenças e singularidades.

E mesmo a Editora da UNEB ou qualquer editora universitária sendo propagadora de livros acadêmicos digitais que sejam instrumentos bem elaborados e ideologicamente engajados para estimular a difusão social do conhecimento, esta vai depender dos sujeitos da

relação de ensino e aprendizado (professor e aluno, por exemplo); sujeitos da educação formal e que termina por relacionar formação e subjetivação para se ter sentido. Selecionar livros acadêmicos digitais para alunos tanto pode fazer os professores quanto alunos olharem para si mesmos numa atenção promovida pelo estudo e a autorreflexão que é o saber central da subjetivação. Investir tempo para esse tipo de ação intelectual expõe a subjetividade dos leitores (professores e alunos) a si mesmos e com isso os conhecimentos difundidos se mesclam a um possível fluir entre sujeitos que vai até além do conteúdo.

Foucault (2006, p.432-433) apresenta a visão de que a leitura e escrita tem um papel central no processo de aprendizado do sujeito. Tal interpretação sobre a escrita e leitura é também apontada por Bruno (2007, p.44) ao comentar sobre o conceito de subjetivação na antiguidade nesta mesma obra de Foucault (2006) e assim também interpreta Tucherman (2007, p.115). Mesmo com as peculiaridades da escrita romana e grega dos séculos I e II da nossa era, posso perceber o forte laço entre o que está escrito e a leitura com a difusão do conhecimento, pois assim mestres e alunos, e estes entre si também, podem se expressar nos seus saberes difundidos como sujeitos, num circuito de relações ao estilo de uma comunidade de conhecimento.

Novamente tomo um programa de pós-graduação *strictu senso* como exemplo de uma comunidade de construção e difusão do conhecimento (BURNHAM, 2016, p.26), o livro acadêmico digital como um instrumento de difusão social do conhecimento e os sujeitos desta comunidade como agentes dessa difusão através da subjetivação, como eu entendo esta como formação de si inerente da própria condição do sujeito que diante dos conteúdos expostos torna estes parte de si. Sem com isso excluir a presença das relações de micropoder que tratei no item anterior, cujo viés político e ideológico ao qual pertencemos tende a ser observado mais claramente por uma via expositiva mais objetiva

Foucault (2006) trata fundamentalmente do autoconhecimento, pois aponta para a atenção que o sujeito deve ter consigo mesmo. As recomendações de leituras parecem servir não apenas à formação acadêmica, mas também a um processo educativo de cunho mais fundamental, que Galeffi (2011, p.186) chama de autoconhecimento, e que estou identificando aqui com a difusão social do conhecimento como subjetivação do sujeito, pois

para além dos conteúdos constantes num livro académico digital recomendado pelo mestre para estudo formal está a possibilidade de encontro consigo mesmo durante a leitura num nível que só posso chamar de espiritual por falta de um termo melhor, pois parece realizar no sujeito um encontro consigo próprio, por isso que identifico com o autoconhecimento de que fala Galeffi (IBIDEM). Algo que de fato torna o instrumento livro académico digital ou qualquer outro irrelevantes em si, como tecnologia instrumental.

Foucault (2006, p.385) desenvolve a noção de um conhecimento espiritual voltado para a subjetivação em oposição a um conhecimento dito “normal”. A análise histórica comparativa é elaborada colocando o pensamento moderno como o de um sujeito sujeitado, mas ligado ao aspecto das imposições das regras do poder; enquanto no pensamento antigo o conhecimento que o sujeito apreende é um formador espiritual. Foucault (2006, p. 373) chama este de “saber espiritual”. Preocupado em fazer uma história desse saber e comparado com o conhecimento moderno, Foucault (2006) me ajuda a expor o que tenho como conjectura fundamental sobre o livro académico digital como instrumento de difusão social do conhecimento, pois o que parece acontecer no nível da relação entre sujeitos no processo de difusão social do conhecimento é justamente um composto dos dois momentos levantados: a regra que sujeita os sujeitos ao conhecimento pela via do poder formal académico expresso pelo livro académico digital indicado pelos professores/orientadores (autores ou não) parece também poder liberar nos sujeitos, no caso estudantes/orientandos, o saber espiritual. Pois passadas todas as formalidades académicas: aulas, debates, trabalhos, provas e produção de textos; o que parece permanecer subjetivado no espírito, num nível não completamente verbalizável pela própria natureza incompleta do sujeito, e por isso também da linguagem, é a atenção consigo ou saber espiritual, como coloca o próprio Foucault (2006, p.373).

Ele mesmo (IBIDEM, p.81) fala de orientar ao autoconhecimento o jovem para que este se idealize na velhice, desapegado, mas o mestre ainda está na relação de poder e também precisa se desapegar. A leitura sugerida pode parecer uma imposição de micropoder que aponta para a sujeição, mas na verdade é uma abertura à subjetivação do sujeito.

Com isso, a educação não parece ser só aprendizado instrumental, mesmo em áreas tais como as ciências exatas e naturais, pois lida com sujeitos e estes estão no nível da

abertura constante do caos e da incompletude (SALES, 2011, p.207), e assim os conhecimentos difundidos pelos livros acadêmicos digitais, mesmo quando técnicos, têm um potencial formador imprevisível para o autoconhecimento e as recomendações de leitura dos professores (autores ou não) parecem carregar este potencial, mesmo que estas recomendações tenham origem na infraestrutura das relações de micropoder a que estão sujeitados professores e estudantes.

Pode-se argumentar em contrário de que tudo isso não é exclusividade do livro acadêmico digital, mas novamente tal argumento apenas reforça o aspecto instrumental deste e do impresso, cujo papel na difusão social do conhecimento só acontece pelo desejo dos sujeitos que os utilizam.

O contexto de atuação do professor (autor ou não) dentro de um programa de pós-graduação pode ser extrapolado como sendo um exemplo das comunidades culturais que Foucault (2006, p.147) elabora na continuação de sua construção do conceito de subjetivação, pois os sujeitos mestres podem usar de suas recomendações de leitura de livros acadêmicos digitais (de sua autoria ou não) como forma de possibilitar como potencial o hábito de olhar para si nos seus alunos (aprendizes/orientandos) que assim o desejarem. O livro acadêmico digital pode servir então como instrumento para difusão social do conhecimento nesse nível de arranjo das relações entre os sujeitos da comunidade.

Foucault (2006, p.401) coloca como objetivo do aprender o processo de “subjetivar um discurso verdadeiro”, o que entendo como tornar seu o que é afirmado e reconhecido como verdadeiro, pois a apropriação de tal verdade filosófica possibilita uma maior atenção consigo. Então, considerando tal conjectura como verdadeira, quando o professor recomenda o livro acadêmico digital para o aluno e este se apropria do conhecimento nele contido no nível da subjetivação do discurso, podemos ter de fato uma difusão social do conhecimento, pois o conhecimento foi de um sujeito a outro no mesmo nível e não somente no nível da imposição objetiva do micropoder do professor sobre o aluno. O conhecimento foi subjetivado por este, isto é, uma verdade dele agora⁴⁸.

⁴⁸ Seguindo Lima Jr (2021) posso problematizar essa noção de “verdade” e elaborar que o professor pode indicar

A minha formulação a partir de Foucault (2006) se aproxima em parte do que Sales (2013, p.210) chama de “terceiro incluído”, uma maneira de nomear a subjetivação que faz um trocadilho com a noção lógica de “terceiro excluído⁴⁹” para enfatizar o fato de nos processos de produção e difusão social do conhecimento os sujeitos estarem incluídos no processo cognitivo integrado com as trocas de informação nos ambientes digitais diversos, isto é, ela afirma os sujeitos como centro da difusão do conhecimento, mas argumenta numa direção diferente quanto ao como isto acontece.

Mais à frente, na página 405, Foucault (2006) ainda apresenta a noção de semente no aprendiz, extraída de Sêneca e Epiteto (ambos filósofos estoicos dos dois primeiros séculos da nossa era), que seria a ideia de transferir ao aluno a capacidade, mesmo que de maneira involuntária, de apreender algo do conteúdo passado seja numa aula ou num livro pela sua recomendação de mestre.

A semente da verdade seria o que pode promover a subjetivação da verdade mencionada anteriormente. O sujeito receptor de tal conhecimento verdadeiro tem o potencial de torná-lo seu e assim garantindo a difusão social do conhecimento. Quando um livro acadêmico digital é sugerido ou recomendado e seu arquivo fica acessível a semente é lançada, a germinação só deverá acontecer na medida que o sujeito se abrir àquele conteúdo. E essa abertura só parece possível pela via do desejo deste sujeito, que passa a refletir sobre si, aceitando a verdade proposta pelo mestre (semeador) e se apropriando para se tornar consciente de si como detentor de uma nova verdade.

As comunidades que adotei como exemplo deste tipo de difusão social do conhecimento pela via da subjetivação, os programas de pós-graduação *strictu senso*, funcionariam como a fazenda propícia onde está a terra (os estudantes) que ao receber tais sementes pode ou não germinar o novo conhecimento verdadeiro.

o que for um “significante”, o que tem significado relativo ao sujeito, na ordem do seu desejo. Isto é, a noção de verdade não pode ser apresentada como absoluta, como de fato aqui não apresento, mas entendo como um termo que se refere ao conjunto de formulações de um professor sobre um certo assunto, que pode ou não encontrar consonância com o saber do aluno.

⁴⁹ Em lógica, a lei do terceiro excluído afirma que, para qualquer proposição, ou esta proposição é verdadeira, ou sua negação é verdadeira. Uma terceira opção está excluída.

A revisão histórica que Foucault (2006) faz separa claramente um sentido mais pedagógico da subjetivação a partir dos gregos clássicos, especialmente no diálogo *Alcebiades* de Platão, em que o jovem que dá nome ao texto consulta Sócrates sobre seu caminho como governante e este lhe pergunta: como pode querer governar a cidade se não atenta para si? A juventude em transição de *Alcebiades* encara com perplexidade a situação de reconhecer que não se conhece. Sócrates está na figura do mestre que orienta o jovem com uma abertura não prescritiva para uma maior atenção por si mesmo, isto é, abrir-se para a própria ignorância, que mesmo não consciente pode acontecer em outro momento da vida do sujeito.

Há um aspecto também terapêutico nesta passagem que Foucault aponta como também presente no segundo momento (o outro sentido) sobre o autoconhecimento, este já nos dois primeiros séculos da era cristã com a forte presença dos pensadores latinos, especialmente os estoicos. Porém nesse novo momento o aspecto pedagógico da formação do jovem pelo mestre se expande para uma atenção ética dos mais velhos, aparentemente reconhecendo um vínculo de natureza quase psíquica, pois tanto jovens quanto velhos são sujeitos incompletos que precisam conhecer a si mesmos, no caso via filosofia (que funciona neste momento como uma terapia), do mesmo jeito. E lá está novamente a figura do poder do mestre a orientar-lhe o caminho, mas é claro, reconhecendo a incompletude também deste. (FOUCAULT, 2006, p.120-122).

Transpondo para o meu objeto nas circunstâncias atuais das relações entre professores e estudantes numa comunidade acadêmica hipotética, posso ver que o contexto de um autoconhecimento mais voltado para o sentido subjetivo de ser perde espaço, pelo menos na superfície, para demandas externas aos indivíduos. Muitas vezes o estudante se sente na obrigação de atender às exigências dos mestres e da comunidade, colocando no outro o sentido de sua atitude pessoal. Ao cotejar a visão apresentada acima com tal conjectura, posso ver que haveria pouca subjetivação no sentido como era tratada nos dois momentos analisados por Foucault (2006). Essa seria a principal diferença entre os dois momentos históricos.

Porém, a semelhança parece estar naquilo que reside abaixo da superfície, pois ao aprofundar o processo de subjetivação do sujeito diante da verdade orientada pelo mestre

sobre o estudante, vejo que mesmo quando está se obedecendo a uma suposta demanda externa na relação de micropoder, há o desejo vinculado que expressa o que sujeito realmente quer. Por mais que as exterioridades façam parte do cotidiano desses estudantes de tal comunidade, o cerne da sua manutenção nesta está na atenção para consigo, mesmo que se sinta vinculado a procedimentos que o aprisionam.

A subjetividade sujeitada pelo micropoder parece estar sempre num movimento de reconhecimento e angústia da própria sujeição e incompletude, isto é, a cada nova orientação que precisa seguir como forma de obedecer às demandas, que são tacitamente acordadas pelas escolhas do sujeito estudante, do orientador ou do programa (ex.: cumprir créditos, publicar, apresentar, qualificar, escrever, defender etc.) há também presente a verdade de si reformulada e inevitavelmente difundida no e pelo sujeito estudante que, no nosso caso aqui tratado, tem que ler livros acadêmicos digitais como forma de apreender conhecimentos que são exteriores na visão instrumental, mas que se tornam subjetivos ao serem apropriados. Se não fosse assim, seria uma forma de alienação ou má-fé, colocando a responsabilidade das ações nos outros.

A subjetividade expressa no desejo potencial de cada um em difundir conhecimento usando o livro acadêmico digital para ler, estudar e ensinar parece me conduzir de volta à subjetivação pela via pedagógica, pois o movimento de relação parece sempre inacabado entre mestre e aprendiz. Esbarrei com a estranha afirmação de que só se é sujeito quando se é velho (FOUCAULT, 2006, p.156), a qual se referia ao mestre e sua relação com o aprendiz, pois a subjetivação estava sendo analisada pelo viés pedagógico. Entendo que somente com mais experiência e saber pode-se fazer as recomendações necessárias de leituras para a formação do mais jovem.

É claro que não acredito que ser sujeito é uma exclusividade dos mais velhos, mas como Foucault (2006) analisava o tema num período histórico em que a autoridade intelectual era uma exclusividade de idosos (séculos I e II DC), então se compreende a afirmação. Inclusive em outro livro dele, que também é uma transcrição de aulas, O Governo de Si e dos Outros (2010, p.44), ele vai afirmar que é ao longo de toda sua existência, da juventude à consumação da velhice, que o homem deve atentar para si mesmo, saindo da alienação,

reforçando assim a relatividade temporal da proposição. Esta pode ser recolocada no nosso contexto de análise do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento, pois a legitimidade do mestre-autor que indica, recomenda e cobra a leitura e expressão dos seus próprios textos (ou mesmo de outros autores) para os alunos, aprendizes ou orientandos parece configurar uma recomendação no nível do micropoder dessa relação, como visto no item anterior, mas também não deixa de ser ensinamento de autoconhecimento, pois o aprendiz através dessas leituras pode vir a se desenvolver como “sujeito” no sentido de um novo mestre no futuro, especialmente um mestre de si.

Já na página 159, Foucault (2006) relata da importância do diálogo do mestre com o aprendiz como parte do aprendizado. Ele exalta o diálogo socrático como integralizador desta atenção por parte do mestre para com seu aprendiz, e pode-se notar também a presença da relação de poder entre estes interlocutores, inerente ao dispositivo institucional ao qual estes sujeitos estão vinculados e como estes dão sentido subjetivo à mesma.

Do mesmo modo que no diálogo socrático a aparente falta de conhecimento do mestre é que revela pelo diálogo a ignorância do aprendiz, que tende a se iludir de seus conhecimentos, a chave da experiência advinda também da idade é que torna o mestre capaz de se impor, mas não pela via da autoridade, mas sim pelo maior poder acumulado pelo saber inerente à experiência de mestre, mas não num sentido hierárquico e sim muito mais próximo do afeto.

Neste ponto se torna claro que a difusão social do conhecimento via livro acadêmico digital só ocorre de fato neste diálogo, pois mestre e aprendiz precisam ter lido o livro e assim expor as suas impressões subjetivas. Sendo o mestre também o autor que recomenda o seu livro acadêmico digital disponível em plataformas digitais então se torna uma oportunidade de o mesmo reviver a obra diante de um novo diálogo com um novo aprendiz ou muitos, se for numa aula e não numa sessão de orientação. O instrumento de difusão do conhecimento, livro acadêmico digital, cumpriu sua função designada na missão da editora universitária. E tal evento pode ser generalizado para qualquer editora universitária que tem disponibilizado em seu acervo versões digitais das obras dos professores dos seus quadros de programas de pós-graduação, o que é a maioria, segundo a ABEU (2018).

Assim, se for papel do professor inspirar o conhecimento de si, então o instrumento de estímulo dessa inspiração pode ser até outro, mas como estou tratando do livro acadêmico digital como instrumento de leitura e difusão do conhecimento, então parece pertinente relatar este como foco, já que o papel do mestre é apontar para o conhecimento mais correto ou menos errado, pois o erro ou desconhecimento leva ao mal agir (FOUCAULT, 2006, p.171-172). O professor autor do livro acadêmico digital de uma editora universitária tem o papel de orientador que indica e explora os títulos de sua própria autoria ou organização (ou de outros), fazendo assim difundir o conhecimento por meio dos instrumentos digitais disponíveis, mas fundamentado nesse diálogo entre sujeitos.

A relação que estou estabelecendo aqui é que o professor de um programa de pós-graduação *strictu senso* deve atuar como o mestre indicado por Foucault, pois que tenta prevenir o aluno-aprendiz-orientando de ir pela via do erro, mesmo reconhecendo que só pode recomendar o caminho (os títulos), mas no final o processo de difusão vai depender de o pupilo aceitar tal recomendação não como um conceito ou prescrição, ou seja, é o seu desejo subjetivo de saber sobre si como forma de subjetivação dos conteúdos indicados.

4.4 – Para Além do Livro Acadêmico Digital como instrumento de Difusão Social do Conhecimento

Devo reconhecer que em princípio o livro acadêmico digital é um meio de comunicação e uma tecnologia digital que pode servir ao propósito da difusão social do conhecimento, por isso a aceitação do mesmo como instrumento para esta. Porém este reconhecimento não se limita a seu papel instrumental, pois é apenas o meu ponto de partida para analisar como esta difusão acontece. O que desejo aqui é ir além do instrumento e focar no próprio movimento subjetivo que conduz esta difusão, expondo como eu entendo os processos de subjetivação dos sujeitos inseridos nas relações de micropoder aqui desenvolvidas.

Segundo as elaborações de Souza e Burnham (2011, p.265), o livro acadêmico digital pode ser visto como um suporte ou instrumento explícito para a socialização do conhecimento produzido. Esta socialização expõe o elemento social e individual da difusão do conhecimento, pois possibilita a internalização de conteúdos constantes nos livros acadêmicos digitais, que podem ser facilmente e amplamente acessados pelos sujeitos, mas sempre dependente das intenções e desejos destes. Neste ponto é essencial a troca de experiências entre os sujeitos leitores potenciais que são os agentes da difusão social do conhecimento pelas vias que aqui apresentei: das relações de micropoder e da subjetivação dos conteúdos, presentes na relação entre professores e estudantes.

Posso ainda levar em conta o papel de arranjos sociais entre sujeitos a partir dos interesses desses em construir sentidos coletivamente valorizados nos diversos contextos de atuação possíveis dessa e de outras tecnologias que também podem ser consideradas instrumentos para a difusão social do conhecimento. Tais arranjos expandem ainda mais as possibilidades de produção de sentido sobre o tema da difusão social do conhecimento e até de uma possível tecnologia social, mas estas saem do meu escopo de reflexão e exposição.

Lima Jr e Cunha (2009, p.268) já haviam sinalizado para o modo como as tecnologias digitais são de uma natureza social e intencional relativa à subjetivação do sujeito, isto é, não é a instrumentalidade da tecnologia, seja ela qual for, que se impõe sobre os sujeitos, mas são

os desejos destes que moldam os usos e sentidos atribuídos àquelas. Do mesmo modo como Sales (2013, p.31) vejo na minha subjetivação desta temática mais ampla um exemplo metalinguístico da própria tese, pois está inserida numa forma de cumprimento das demandas do programa de pós-graduação *stricto sensu*, mas expressa também minha compreensão e argumentação singular sobre o objeto.

Braga e Pereira (2016, p.378), ao apresentarem tipos diferentes de medição de difusão do conhecimento através de diversos instrumentos, o livro sendo um (bibliometria) e a internet sendo outro (webometria), reafirmam uma visão *maquínica* e instrumental da difusão do conhecimento, porém posso perceber os vínculos desses instrumentos com os sujeitos que dão a textura desse processo. Mesmo nestas métricas puramente quantitativas que tentam reduzir a difusão do conhecimento ao número de acessos, links, arquivos ou objetos, é possível perceber o elemento inerentemente subjetivo da difusão social do conhecimento, pois sem o sujeito com suas faltas (incompletudes) não poderia haver o desejo para acessar, clicar nos links, abrir os arquivos e ler os objetos, tanto do lado do sujeito que recomenda ou indica quanto do lado do sujeito que atende à recomendação, ou fez a busca sozinho.

Os conhecimentos difundidos pelo livro acadêmico digital servem para geração de novos conhecimentos a partir da apreensão do novo pelos sujeitos que ainda não o conheciam (SANTOS; DUARTE, 2011, p.100) e seguindo as orientações daqueles sujeitos que já conheciam e indicaram a leitura do livro acadêmico digital. Este sujeito que indica invariavelmente está numa posição de orientador, mesmo não sendo um professor naquele momento da indicação. Mas foi esta indicação que orientou a leitura do livro acadêmico digital, que foi o veículo de comunicação do conhecimento, promovendo assim a difusão social do conhecimento de um sujeito para o outro e de cada um para si mesmo.

Devo considerar também neste argumento a possibilidade da busca espontânea sem orientação realizada pelo sujeito que pesquisa, como mencionado há pouco. Neste contexto de tecnologia digital é recorrente a situação do uso de filtros *maquínicos*, isto é, as ferramentas de busca encontradas na Internet, cujo acesso rápido a uma grande quantidade de arquivos, inclusive livros acadêmicos digitais, parece facilitar ou ampliar bastante as potencialidades da pesquisa.

Porém, além destes filtros parecem ser mais relevantes o que posso chamar de filtros pessoas, que indicam e direcionam a atenção do pesquisador para os conteúdos mais próximos do seu interesse de estudo. Estes filtros pessoas são justamente os professores/orientadores e também os outros estudantes da mesma comunidade de interesse: um programa de pós-graduação *stricto sensu*, por exemplo, ou participantes de uma mesma linha ou grupo de pesquisa. Os sujeitos congregados da difusão social do conhecimento. E sempre que há a difusão do conhecimento entre sujeitos há também algo novo, pois parece sempre haver o criar quando um conhecimento é passado, pois a compreensão única e singular de cada sujeito já parece trazer esse algo novo, indo além da informação passiva constante no instrumento de comunicação que é o livro acadêmico digital. Lembrando que sempre estão embutidos em todo este processo a subjetivação mesmo nas relações de micropoder.

A lembrança que tenho de um momento atual em que diante das múltiplas recomendações de leitura de professores do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade é justamente o fato de momentos após a recomendação do professor aparecerem no meu aparelho celular vários daqueles títulos recomendados, versões digitais dos livros indicados, partilhados por colegas da turma.

Tal ação apenas parece demonstrar a natureza instrumental do livro acadêmico digital, mas a verdadeira difusão social do conhecimento acontece na relação entre o professor, que fez a recomendação, funcionando tanto como mestre dos aprendizes quanto como sujeito do poder como mestre que conhece e pode recomendar aos alunos as leituras que ele(a) acha mais adequadas, sejam de sua autoria ou não. Afinal, Ribeiro, Menezes e Campos (2016, p.170) afirmam que conhecimento não pode ser partilhado, apenas dados e informações podem, o conhecimento é gerado dentro dos sujeitos. Tal afirmação me faz resolver a noção de subjetividade como elemento central da difusão social do conhecimento, pois vai sempre depender do desejo e ação de sujeitos em suas subjetividades para que o conhecimento propagado pelo livro acadêmico digital possa ser considerado de fato difusão do conhecimento, além do próprio engajamento social do conteúdo do livro.

Como venho conjecturando ao longo de toda tese é sobre esta via da subjetividade nas relações de micropoder e na subjetivação que acontece a verdadeira difusão social do

conhecimento. O instrumento usado para isso, que no nosso caso foi o livro acadêmico digital, serve apenas de veículo de comunicação entre os sujeitos, especialmente dentro de uma comunidade de aprendizado como um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Não nego as facilidades técnicas inerentes a esta tecnologia digital, apenas vou além do entusiasmo de outros pesquisadores do livro digital para afirmar que não são os aspectos técnicos que lhe proporcionam ser um instrumento de difusão do conhecimento, pois para isso qualquer outro também serve, mas sua rápida circulação, indicação, acesso, leitura e apropriação pelos sujeitos em todas as suas aberturas, incompletudes e desejos de ir além de si mesmos.

Do mesmo jeito que recursos para interatividade não servem para nada sem os sujeitos da interação (ABBADÉ, 2016, p.454), o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento só faz sentido se há sujeitos para realizar leituras, apropriações e trocas. Pode parecer óbvio afirmar isso agora no fim de todo esse argumento, mas o reforço da visão instrumental do livro acadêmico digital só ganha sentido na afirmação do sujeito subjetivo como centro da difusão social do conhecimento, seja na forma de relações de micropoder a que estão sujeitados ou nas suas formas de subjetivação, vertentes da subjetividade que se complementam no cotidiano das relações entre professores e alunos como sujeitos incompletos, que estão sempre buscando aquilo que falta em si em todas as suas ações, e que por isso expressam seus desejos, que é no fim o que realmente faz gerar a difusão do conhecimento e que pode mesmo ser estimulada em ações institucionais ideologicamente engajadas como clubes de leitura, grupos de pesquisa ou de estudos, cursos de extensão etc., facilmente possíveis de serem elaborados e implementados (como até já o são) tanto pela editora universitária quanto pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade.

4.5 - Sinergia entre o Poder e o Amor

Meu caminho de argumentação me leva a fazer afirmações cuidadosas sobre o objeto que tenho conjecturado ao longo de todo meu texto. Há sempre uma grande possibilidade de se apaixonar tanto pelo próprio argumento que a minha crença inicial termine por ser reafirmada de maneira irresponsável no final. Esse risco faz parte da construção singular sempre embutida no questionamento sobre a realidade. Tendo assim a reafirmar aquilo que já sabia, pois é um traço de minha própria maneira de olhar e refletir sobre o tema. Mas este não parece ser simplesmente o caso quando se trata do livro acadêmico digital como instrumento para a difusão social do conhecimento.

A crença de que as tecnologias digitais facilitam, estimulam e ampliam as trocas de informação entre sujeitos, promovendo assim a difusão social do conhecimento, pode ser colocada em questão devido a vivência diuturna de um mundo quase sempre desconectado no nível da subjetividade. Tal desconexão está ligada ao paradoxo (LIMA JR, 2012) da contemporaneidade quando mais se fala do sujeito e mais se coloca este como objeto subsumido no discurso de exaltação da tecnologia como caminho de sua afirmação. O que vinha sendo afirmado neste contexto é que o livro digital, como mais um instrumento de tecnologia digital, seria a abertura para uma difusão ampla do conhecimento produzido. Porém o que pude perceber é que disponibilizar arquivos digitais não é a mesma coisa que difundir conhecimento socialmente.

Como mostrei ao longo deste capítulo a difusão do conhecimento não acontece por causa do instrumento usado, mas sim por causa dos sujeitos que usam o instrumento com intenção, vontade e desejo. O livro acadêmico digital como instrumento para a difusão social do conhecimento tem apenas um potencial maior de alcance devido a sua facilidade de disponibilização e troca. O papel das editoras universitárias é o de tornar os arquivos digitais disponíveis para o acesso livre dos leitores/pesquisadores. E parece ser o papel dos programas de pós-graduação *stricto sensu* criar o ambiente de troca entre os sujeitos.

Notem que com relação à troca, o eixo do discurso sobre a tecnologia digital se desloca um pouco para o sujeito, pois o ambiente digital passa a ser o meio de troca facilitada

dos livros acadêmicos digitais e estes os instrumentos de acumulação e comunicação dos conteúdos, porém é da ação dos sujeitos que deriva a troca de fato. E não haveria troca mais significativa que aquela derivada da orientação ou recomendação do professor para o estudante. Neste momento todo peso do discurso sobre tecnologias digitais como facilitador da difusão social do conhecimento vai para o lado da relação entre os sujeitos professor e aluno, esvaziando de sentido o próprio discurso, pois nesta relação pouco importa se o instrumento é o livro acadêmico digital, o livro impresso ou apenas a voz dos falantes. O peso dessa troca está no poder da relação e no amor das intenções.

Dentre os elementos chave da obra de Michel Foucault que aqui adotei como fundamento estão as categorias sujeição, poder e subjetivação. Acredito ter desenvolvido o suficiente estas categorias nos subitens anteriores, mas ainda assim parece relevante resgatar como estas estão inter-relacionadas nos processos que levam à difusão social do conhecimento tendo como instrumento o livro acadêmico digital.

Quando um professor/orientador indica um livro acadêmico digital (de sua autoria ou não) dois dispositivos de poder institucional são acionados na relação, que, como vimos, é de micropoder. O primeiro dispositivo é o saber/poder do professor que se aplica pela atenção e obediência (ou não) do aluno com relação ao instrumento indicado. O segundo é a chancela institucional dada pela crença aceita por ambos os sujeitos de que a editora universitária publica conteúdos de validade e qualidade acadêmica.

Em ambos os casos os processos de sujeição me levam a argumentar que o poder presente nos dispositivos legitima e é legitimado pelos processos de subjetivação expressos pelos sujeitos envolvidos na relação. Assim, os controles impostos pelos dispositivos não são autônomos em relação aos desejos dos sujeitos, que conscientemente ou não participam do processo não só pela obediência às regras e condutas, mas também pela adequação das mesmas a sua realidade, tomando parte na própria estrutura do dispositivo. E mesmo a subversão deste por parte dos sujeitos termina por fazer parte da mesma estrutura, mesmo que orbitando na margem, longe dos centros de poder institucional.

A subjetivação na relação de poder em estudo surge como a potencialidade de realização de sentido dos sujeitos. O professor recomenda um livro acadêmico digital de sua autoria. Nesta ação ele subjetiva sua crença de que a obra tem a validade acadêmica necessária para incutir alguma verdade no aluno; ele também subjetiva a sua sujeição ao dispositivo que lhe impõe ter sua obra citada; ele subjetiva o modo como sua autoridade disciplinar posicional se apresenta para ele, já que o estudante espera dele alguma orientação autorizada; e ele também subjetiva a atenção que tem pelo aluno como aprendiz e pela própria relação professor-aluno que lhe dá oportunidade de difundir o conhecimento que produziu. Todas essas formas de subjetivação do sujeito professor e mais outras possíveis de serem elaboradas, mas impossíveis de serem esgotadas, devido à natureza incompleta do sujeito, podem realizar o sentido do sujeito.

E no caso do aluno que adota o livro acadêmico digital recomendado pode acontecer a mesma realização de sentido do sujeito através de outras formas de subjetivação sempre singulares. No caso, espelhando os exemplos do professor apenas para fins argumentativos, ele subjetiva a crença de que sendo o livro de autoria do professor e tendo sido publicado por uma editora universitária tem o valor acadêmico legitimado para o seu aprendizado, se assim o desejar; do mesmo modo ele também subjetiva sua sujeição ao dispositivo que lhe impõe ter de citar seus professores e orientadores a partir de publicações chanceladas por periódicos qualificados ou editoras universitárias; ele subjetiva o modo como deve se submeter (ou não) à autoridade disciplinar posicional que o professor representa institucionalmente para ele, demandando assim alguma orientação autorizada por parte do professor; e ele enfim também subjetiva a atenção que tem pelo professor como mestre e pela própria relação aluno-professor que lhe dá a oportunidade de ser um difusor do conhecimento que apropriou para si, agora como uma verdade também sua.

Essa verdade agora apropriada, que Foucault (2006) liga diretamente ao aprendizado passado de mestre para aprendiz, se refere ao sujeito e não necessariamente a um conjunto de enunciados considerados verdadeiros. O desejo de apreender conteúdos acadêmicos parece ser também o desejo de saber sobre si. E neste aspecto, a verdade transmitida do professor para o aluno, que seria também uma verdade transmitida para si mesmo, vai além daquilo que é

chancelado institucionalmente pelos dispositivos do saber acadêmico, como as bancas, os periódicos e as editoras universitárias. O reconhecimento formal do dispositivo sobre a verdade de um conteúdo acadêmico, como o que é expresso pelo livro acadêmico digital, serve de instrumento para a construção de uma verdade sobre si mesmo inerente aos processos de subjetivação dos sujeitos, que passam a ter como parte de si aquela verdade apropriada, e também passam a ser parte daquela verdade.

Quero deixar claro que não acredito em uma verdade absoluta sobre nada, como assim parece que também via Michel Foucault (VEYNE, 2009). Acredito em verdades parciais, provisórias, singulares e passíveis de refutação. É esse tipo de verdade que é possível de ser subjetivada, tornando-se uma verdade de si, que estimula a atenção de si e que leva à difusão social do conhecimento pelo poder e pelo amor.

O poder não é algo que se tem, mas algo que se exerce numa relação. E o que move a relação de poder é o desejo subjetivo de realizar o sentido de si, seja lá qual for esse sentido. E por estes parâmetros, difusão social do conhecimento significa estar nessa relação de poder ao mesmo tempo em que se subjetiva os sentidos dessa mesma relação. E nada mais me parece ter tanto sentido para os sujeitos dessa relação de poder (micropoder) entre professor e estudante que o amor no sentido mais platônico possível do termo.

Sobre isso, Foucault (1985) apresenta o conceito ou expressão de “amor pelos rapazes” como uma forma de prazer contraposto e complementar ao prazer conjugal. Lembrando que ele está argumentando a partir do contexto da antiguidade greco-romana tardia (últimos séculos antes da Idade Média: 2 e 1 AC e 1 e 2 DC). E neste contexto ele relata dos filósofos que nos debates sobre a questão defendiam a superioridade do amor pelos rapazes, pois este estaria ligado à admiração pelos mestres mais velhos que lhes conduziam pelos caminhos do saber filosófico, além da própria iniciação sexual de fato.

A referência imediata a esta linha de argumentação está ligada ao diálogo O Banquete, de Platão, em que o amor é desenvolvido como conceito a partir de alguns pontos de vista até chegar à formulação de Sócrates, personagem central do diálogo, e por sua fala Platão apresenta sua concepção de amor, que até hoje é citada e apropriada como sendo o amor

platônico. Vulgarmente se considera este como o amor não físico ou não carnal, mas a construção teórica trata de fato de um processo ascendente em que o aprendiz deseja o amor do mestre, mas de fato o que ele ama é a sabedoria ou saber do mestre, e esta é na verdade apenas uma sombra do suposto saber em si, a verdade única e ideal que o mestre representa ao transmiti-la. Daí esse amor pelo saber ser a tradução literal da palavra grega filosofia.

Trazendo este amor pelo saber para minha visão singular, restrita ao objeto de pesquisa, noto que uma pequena parte deste amor platônico está em cada indicação de livro acadêmico digital (ou qualquer outro instrumento de difusão social do conhecimento), pois o cuidado com que professores selecionam e indicam por um lado e alunos aceitam e tornam seus os conteúdos por outro, confiando no saber do mestre, só parece ser explicado em sua profundidade por este sentimento de amor que se integra ao poder inerente à relação.

Não quero dizer com isso que simplesmente os atos de professor e aluno são de amor ao indicar e aceitar os livros acadêmicos digitais como instrumento de difusão social do conhecimento e com a subjetivação presente nos dois. Mas afirmo que há potencialmente a presença deste amor que tratei aqui nos processos de subjetivação que permitem que a difusão social do conhecimento aconteça na relação de micropoder entre professores e alunos no momento em que se usa o livro acadêmico digital como instrumento para tal. E este é o mínimo de certeza que consigo alcançar nesta minha argumentação.

5- Conclusões e Considerações finais

Uma tese de doutorado pode ser entendida como uma posição rígida assumida como correta e verdadeira pelo seu autor. Nesta tese (que é a minha tese) sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento assumi que mesmo tendo algumas bases teóricas e metodológicas para me darem suporte na argumentação que desenvolvi, somente eu posso me autorizar a chegar às conclusões que cheguei, pois é a minha visão (minha tese) sobre o objeto pesquisado. Os possíveis leitores poderão enfim também tirar suas próprias conclusões que podem até se aproximar das minhas, mas dificilmente serão exatamente as mesmas.

Em primeiro lugar vou cumprir a obrigação acadêmica burocrática de retomar os meus objetivos expostos no começo da tese. Realizar esta parece sem dúvida uma forma de sujeição, mas também é uma forma de subjetivação, pois estou cuidando de expressar a minha verdade sobre o objeto, vis a vis, minha tese.

Meu objetivo geral era expor como posso entender a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento em relações de micropoder presentes num ambiente acadêmico exemplificado tanto no funcionamento de uma editora universitária quanto num programa de pós-graduação *stricto sensu* e que também estão inevitavelmente inseridas em relações sociais e institucionais de poder mais amplas e interesses diversos. A partir desse tive como objetivos específicos: descrever analiticamente como a Editora da UNEB produz e propaga a sua produção editorial acadêmica em formato digital, sendo exemplo para outras editoras de natureza similar; demarcar via exposição escrita algum referencial teórico para os conceitos de tecnologia digital, livro acadêmico digital e difusão social do conhecimento, com sínteses e apropriações sobre subjetivação e sujeição como forma de ampliar a elaboração teórica sobre como entendo esta difusão social do conhecimento pela via do sujeito; e expor e sintetizar como entendo a difusão social do conhecimento a partir da subjetivação dos sujeitos que usam o livro acadêmico digital como instrumento nas relações de micropoder delineadas ao longo da tese tanto num programa de pós-graduação *stricto sensu* quanto na editora universitária.

Acredito que os objetivos foram realizados, porém devo reconhecer que não posso considera-los esgotados, pois a nossa própria limitação simbólica presente na tese não permite o esgotamento dos mesmos. Em primeiro lugar passei a descrever analiticamente o funcionamento de como a Editora da UNEB propaga a sua produção editorial acadêmica digitalmente. Na descrição fica expresso como os elementos tecnológicos do instrumento livro acadêmico digital são usados para servir ao propósito de difusão social do conhecimento como este é entendido pela missão institucional da editora como disseminação do livro, porém ao longo da análise pude perceber que a atuação da editora não é simplesmente técnica, pois envolve aspectos políticos, ideológicos e subjetivos em todo processo. Estes aspectos me anteciparam a visão de como realmente pode se dar a difusão social do conhecimento através do livro acadêmico digital produzido pela Editora da UNEB, pois não seria simplesmente colocando os títulos disponíveis no repositório digital da universidade que a difusão estaria garantida. Para acontecer a difusão seria preciso o envolvimento e escolhas dos sujeitos presentes tanto no processo de produção quanto, e principalmente, de adoção, recomendação e leitura do livro acadêmico digital, o que me levou a construção de minhas noções teóricas sobre como tal evento ocorre a partir das relações de micropoder e subjetivação de professores e estudantes.

Depois apresentei no meu capítulo 3 os referenciais teóricos bibliográficos que pude ter acesso, mas também fiz escolhas, alinhamentos e demarcações que conduziram a minha argumentação para o caminho que desejava seguir. A visão sobre tecnologia digital como instrumento para expressão da subjetividade do item 3.1 trouxe a possibilidade de ver tais tecnologias como presentes constantemente no cotidiano, a chamada ubiquidade, mas estabelecendo um vínculo instrumental com as mesmas, focando a realização dos sentidos subjetivos das ações no modo como nós usamos tais instrumentos, mais especificamente o uso dos livros acadêmicos digitais para a difusão social do conhecimento. Uma sutil crítica é feita aos excessos apologéticos a respeito das tecnologias digitais como solução para todos os problemas humanos. Tal posicionamento está vinculado também a minha vivência de tais tecnologias, pois não tenho como assumir uma posição absoluta a respeito do que é teorizado sobre as tecnologias digitais. Posso apenas apresentá-las e descrevê-las em suas potencialidades como expressão singular sobre o objeto.

No item 3.2 estabeleci o que seria o livro acadêmico digital para mim e como o mesmo pode ser visto a partir das referências em outras pesquisas que trabalharam com temáticas similares. Apesar da recorrente utilização nas pesquisas citadas de uma limitada visão sobre o livro digital, apenas sendo visto como novo suporte para escrita e leitura, pude apresentar as origens de minha visão sobre o livro acadêmico digital como instrumento para difusão social do conhecimento, sendo que já lá reconheço que tal difusão depende dos sujeitos e não do instrumento, antecipando a superação da visão instrumental sobre o objeto e também mitigando as visões apologéticas sobre os impactos do livro digital como instrumento de comunicação, similar ao que fiz no item 3.1 sobre a tecnologia digital no geral.

A seguir, no item 3.3 apresentei as linhas de pensamento vigentes sobre a difusão do conhecimento e relacionei o livro acadêmico digital como instrumento tecnológico com os processos de difusão social relacionados com os sujeitos professores e alunos que adotam o mesmo como instrumento. Neste item e no seguinte aponto para o caminho que iria seguir para responder como o livro acadêmico digital pode ser instrumento para difusão social do conhecimento pelas vias das relações de micropoder e da subjetivação dos sujeitos alunos e professores nestas relações. E contextualizo as proposições sobre difusão social do conhecimento e gestão do conhecimento na relação com as proposições sobre tecnologias digitais; o que abre para uma problematização sobre os conhecimentos que são produzidos e prioritariamente difundidos pelas chancelas institucionais acadêmicas, resgatando assim o papel da editora universitária nesta chancela, desenvolvido no capítulo 2.

Terminado o capítulo 3 faltava cumprir o último objetivo específico, que representava o centro de minha argumentação, pois até o momento só tinha feito rápidas elaborações a respeito das categorias sujeição e subjetivação para estabelecer a problemática do livro acadêmico digital para a difusão social do conhecimento e como esta acontece nos sujeitos. Assim foi no capítulo 4 e em seus cinco subitens que realmente pude desenvolver como o livro acadêmico digital pode ser instrumento para a difusão social do conhecimento através das relações de micropoder e da subjetivação, os dois aspectos que abordei a partir da obra foucaultiana e que usei para chegar na minha compreensão de como ao se implicarem com as imposições institucionais e procedimentos de um programa de pós-graduação *stricto sensu* os

sujeitos (professores e alunos) desenvolvem relações de micropoder que levam à subjetivação dos conteúdos presentes nos livros acadêmicos digitais. Com tais conteúdos subjetivados na forma de verdades sobre si, os sujeitos difundem os conhecimentos presentes nos livros acadêmicos digitais na forma de autoconhecimento, isto é, conhecimento apropriado e internalizado sobre si que os constituem e podem assim ser passados adiante na comunidade.

Retomados os objetivos da tese, preciso inferir que fazer a ponte entre uma tecnologia digital específica e a difusão social do conhecimento nos sujeitos é um desafio constante e sempre inacabado. Para mim está claro que o livro acadêmico digital produzido pela Editora da UNEB e por outras editoras universitárias é um instrumento para difusão social do conhecimento, porém tal proposição só tem o valor de verdade ao se admitir que a difusão só acontece quando os sujeitos que potencialmente acessam e usam o livro acadêmico digital desejam ler, estudar, se apropriar e difundir os seus conteúdos.

Quando afirmado de maneira geral, tal conclusão pode parecer óbvia, mas alguns fatores são trazidos como contra argumentação e por isso devo reafirmar a mesma com novos argumentos. O papel de qualquer tecnologia aplicada aos processos educacionais formais parece poder sofrer o mesmo tipo de compreensão, inclusive aí tecnologias não digitais como o tradicional livro impresso. Tal proposição de fato não nega minha conclusão, apenas reforça o aspecto instrumental da tecnologia e como os processos de difusão social do conhecimento realmente só acontecem pela ação dos sujeitos e não por causa do instrumento de ensino utilizado.

Já na segunda parte da minha conclusão, que condiciona a primeira ao desejo dos sujeitos de uma comunidade de estudo, no caso formal e exemplificada na minha argumentação por um programa de pós-graduação *stricto sensu*, fica claro que seria necessária uma proposição a mais sobre como a difusão social do conhecimento acontece nos sujeitos, já que sem esta compreensão a proposição inicial se tornaria falsa. Assim me apropriei das categorias sujeição relacionada às relações de micropoder presentes entre professores/orientadores/mestres e alunos/orientandos/aprendizes num programa de pós-graduação *stricto sensu*, livremente exemplificado por este programa do qual eu faço parte, e de subjetivação também presente nas mesmas relações entre os sujeitos mencionados acima.

Escolhi usar de maneira ampla os trinômios acima citados por entender que os nomes podem variar, mas os papéis na relação se mantêm e o mesmo que afirmo sobre um programa de pós-graduação *stricto sensu* parece ser válido também para outras comunidades de trocas de conhecimento formal ou informal. Feita tal ressalva afirmo que a sujeição apela para referências que tentam, como conceito, reduzir o sujeito a algo acabado, reconhecível por todos institucionalmente. Já a subjetivação segue em direção da singularidade, isto é, formas de cada sujeito expressar seu saber sobre o conhecimento produzido e pretensamente disseminados pelos livros acadêmicos digitais.

Quando afirmo “pretensamente” quero admitir e demarcar que o instrumento de difusão, seja ele qual for, só difunde se houver tal processo de subjetivação por parte dos sujeitos. Em muitos momentos enquanto escrevia me perguntei porque o livro acadêmico digital e não simplesmente o livro como instrumento de difusão social do conhecimento como objeto de pesquisa, mas depois de refletir sempre lembrava que grande parte do discurso presente sobre difusão do conhecimento e até mesmo de educação na contemporaneidade se sustenta na premissa de que as tecnologias digitais (chamadas também de TIC ou novas tecnologias) são elementos fundamentais da argumentação; inclusive aí as pesquisas aqui relatadas sobre o livro digital. Então acabou se tornando tanto uma necessidade quanto desejo meu de elaborar o argumento teórico sobre o livro acadêmico digital como instrumento para a difusão social do conhecimento para esclarecer para mim, e talvez para potenciais interessados no assunto, que o centro da questão da difusão do conhecimento, das tecnologias digitais e do livro acadêmico digital é o sujeito.

Enquanto a sujeição às imposições institucionais leva os sujeitos reais a seguirem ajustados nas relações de micropoder, por exemplo seguindo as regras para publicação da editora universitária ou aceitando as indicações de leitura de professores; a subjetivação é um ato de amor ou vínculo dos sujeitos com a verdade sobre si mesmos.

Não temendo ser redundante, a instrumentalidade do livro acadêmico digital para difusão social do conhecimento é instrumental para a subjetivação do sujeito que está inserido nas relações de micropoder. Eu preciso reconhecer que as relações de micropoder e a subjetivação estão imbricadas e complementarmente relacionadas nos processos que me

permitem reconhecer o livro acadêmico digital como instrumento para difusão social do conhecimento.

Se por um lado a noção de sujeição às imposições das relações de micropoder entre professores e alunos, especialmente entre orientador e orientando (mestre e aprendiz) em algum programa de pós-graduação *stricto sensu* é colocada para o sujeito como externalidade; por outro lado é na noção de subjetivação dos conteúdos passados do mestre para o aprendiz como verdade externa e do aprendiz para o si mesmo como verdade interna que me parece caracterizar o ponto central da difusão social do conhecimento. O instrumento que permite tal difusão está lá como meio de comunicação, e no meu caso especificamente o livro acadêmico digital, mas todo movimento de difusão desde a pesquisa, produção de conhecimento e publicação (propagação) até a seleção e indicação do mesmo como leitura, chegando enfim na subjetivação é realizado pela vontade e ação de sujeitos reais. Sem estes os livros acadêmicos digitais, similar ao livro impresso deixado na estante para empoeirar e ser devorado por traças, são apenas zeros e uns deletáveis e esquecidos nos ambientes digitais. Se bem que considero bem mais fáceis de guardar.

Como considerações finais posso deixar como proposição ou contribuição tanto para o futuro das instituições que são parte do dispositivo de poder acadêmico, quanto para futuros pesquisadores com temática ou abordagem afins, que a abertura de ações que levem em conta a subjetividade dos sujeitos⁵⁰ diante de qualquer “nova” tecnologia vai sempre esbarrar na mesma questão da incompletude do sujeito. E por isso muito mais do que aprimorar interfaces ou acessibilidade dos ambientes digitais ou ainda repensar modos mais econômicos e viáveis de manter a produção acadêmica publicável, o que em si o livro digital e os periódicos digitais já são expressões de tal potencialidade, o objetivo deve ser sempre a maior inclusão das várias formas possíveis dos sujeitos elaborarem sentidos de si e de suas realidades sejam estes considerados acadêmicos ou não.⁵¹

⁵⁰ Incluindo aqui os olhares de outros sujeitos em outras posições nos mesmos dispositivos de poder ou similares.

⁵¹ Há aqui uma abertura para possíveis pesquisas empíricas que possam se apropriar dessas bases teóricas para poder assim desenvolver novas visões sobre o objeto.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina. *O curso de licenciatura em letras da UNE/UAB – do presencial ao virtual*. In: GALEFFI, Dante et al. **Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação**. Salvador: EDUNEB, 2016.

ABEU. **XXX REUNIÃO ANUAL DA ABEU**. Disponível em: <<http://www.reuniaoanualabeu.com.br/2017-foz-do-iguacu-pr>> Acesso em: 27jun2018.

ALBUQUERQUE, Jader. *Conhecimento, ciência e historicidade: primeiras percepções*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.

ALMEIDA, Filipe Carvalho de. **O LIVRO DIGITAL COMO PROCESSO HIPERMIDIÁTICO: a reconfiguração dos papéis do leitor, autor e editor no contexto dos usos e práticas editoriais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio Nicolau. João Pessoa: UFPB, 2015.

ALVES, Ada Judith. **A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n° 81, p. 53-60, maio 1992.

ALVES, Lynn. *Um olhar pedagógico das interfaces do moodle*. In: ALVES, Lynn. Et al. **Moodle: Estratégias Pedagógicas e Estudos de caso**. 2ed. Salvador: EDUNEB, 2012.

AMORIM, Antonio. *Gestão da difusão do conhecimento e da inovação com a construção de novos saberes educativos na escola*. In: MATTA, Eurico; ROCHA, José. **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2016.

ANDRADE, Maria. *Uma abordagem quantitativa e qualitativa para a construção do conhecimento: análise de redes sociais e etnopesquisa*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.

AVERBUG, Larissa. **Alice através do espelho digital: de sua trajetória como livro ilustrado: do papel à tela interativa / Orientador: Marcus Dohmann**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / EBA, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Rio de Janeiro: UFRJ / EBA, 2013.

BARROS, Daniela. *Os estilos de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem moodle*. In: ALVES, Lynn. Et al. **Moodle: Estratégias Pedagógicas e Estudos de caso**. 2ed. Salvador: EDUNEB, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad.: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BRAGA, Patricia; PEREIRA, Hernane. *Análise diacrônica e geográfica da difusão do conhecimento sob a perspectiva da teoria de redes: proposições iniciais*. In: MATTA, Eurico; ROCHA, José. **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2016.

- BRUNO, Mário. *A função etopoiética da escrita*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- BURNHAM, Teresinha. *DMMDC: uma proposta plural de difusão do conhecimento*. In: MATTA, Eurico; ROCHA, José. **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- CARR, Nicholas. **A geração superficial: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros**. Rio de Janeiro: Agir, 2011.
- CASTRO, Andréa. *Gestão do conhecimento – uma nova abordagem para construção e socialização do conhecimento na educação*. In: SOUSA, Leliana; SANTOS, Luis. **Veredas da gestão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DESCARTES, René. **Meditações**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- EDUNEB. **Manual de Informações da EDUNEB: Conhecendo a editora e orientando o autor**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Foucault, Nietzsche e a comunicação*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- FERRAZ, Obdália. *Tecendo saberes na rede: o moodle como espaço significativo de leitura e escrita*. In: ALVES, Lynn. Et al. **Moodle: Estratégias Pedagógicas e Estudos de caso**. 2ed. Salvador: EDUNEB, 2012.
- FERREIRA, Érica Medeiros. **Processos midiáticos: questões sobre a escrita nos suportes impresso e digital**. Orientador: Prof. Dr. José Eugenio de Oliveira Menezes. Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: o Cuidado de Si**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 24.ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do Sujeito**. 2.ed. Trad. Márcio Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **O Governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GALEFFI, Dante. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.

- GALEFFI, Dante. *O sensível e o cuidado como atualizações pedagógicas: princípios formativos transversais*. In: GALEFFI, Dante; TOURINHO, Maria; SÁ, Maria Roseli. **Educação e Difusão do Conhecimento: caminhos da formação**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- GALEFFI, Dante; MODESTO, Maria; SOUZA, SOUZA, Elmara. *Difusão social do conhecimento e pesquisa em educação*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- GIMENES, Roseli. **Literatura brasileira: do átomo ao bit**. Tese defendida no doutorado em Tecnologias da Inteligência e Design digital. São Paulo: PUC-SP, 2016.
- GUATTARI, Félix. *1985 – Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- GUBERNA, Ana. *Utopias e ideologias na educação hoje*. In: GALEFFI, Dante et al. **Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- JORGE, Eduardo; DUARTE, Francisco; SABA, Hugo. *Uma visão histórico-epistemológica do conceito Ontologia: desvelando a ontologia na filosofia e na ciência da computação*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- HALMANN, Adriane; PRETTO, Nelson. *Bordas de nuvens: episteme emergente na produção e difusão do conhecimento na web 2.0*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- KAMA, Ana Flávia Lucas de Faria. **Livros, bibliotecas universitárias e livros eletrônicos: aspectos e consequências de um novo suporte da escrita**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Paula Manini. Brasília, 2016.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- LAGE, Ana. *O conhecimento tácito*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: editora34, 1998.
- LIMA Jr. Arnaud Soares. **Tecnologias Inteligentes e Educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro: FUNDESF, 2005.
- LIMA Jr. Arnaud Soares. *Conhecimento humano: a diversidade e a não-identidade*. In: PRETTO, Nelson. **Tecnologias e Novas Educações**. Salvador: EDUFBA, 2005a.
- LIMA Jr. Arnaud Soares. **A Escola no contexto das tecnologias de comunicação e informação: do dialético ao virtual**. Salvador: EDUNEB, 2007.

LIMA Jr. Arnaud Soares. *O impossível da comunicação e a metáfora da linguagem: uma compreensão alternativa da relação entre as Tecnologias de Informação e Comunicação e os Processos Formativos tecida no contexto da prática profissional*. In: AMORIM, Antonio; LIMA Jr, Arnaud Soares; MENEZES, Jaci. **Educação e Contemporaneidade: processos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

LIMA Jr. Arnaud Soares (org). **Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades**. Salvador: EDUNEB/EDUFBA, 2012.

LIMA JR, Arnaud. **Educação e Humanidades: conhecimento ou saber?**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

LIMA JR., Arnaud; CUNHA, Francisco. *Por uma perspectiva crítica da análise cognitiva de processos de aprendizagem a partir das redes sociais*. In: AMORIM, Antonio; LIMA Jr, Arnaud Soares; MENEZES, Jaci. **Educação e Contemporaneidade: processos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

LIMA JR., Arnaud; NOVAES, Ivan; HETKOWSKY, Tânia Maria. **Gestão, tecnologias e educação: construindo redes sociais**. Salvador: EDUNEB, 2012.

LIMA JR, Arnaud; ALMEIDA, Djalma. *O processo de pesquisa em educação e humanidades: uma démarche entre Metodologia e Método*. In: LIMA JR, Arnaud; ANDRADE, Dídima; ALMEIDA, Djalma; ABREU, Roberta. **Paisagens de sentido: contemporaneidade, educação e subjetividade**. Curitiba: CRV, 2019.

LIMA JR, Arnaud. *Sujeito na Ciência, Tecnologia e Inovação*. In: LIMA JR, Arnaud; ANDRADE, Dídima; ALMEIDA, Djalma; ABREU, Roberta. **Paisagens de sentido: contemporaneidade, educação e subjetividade**. Curitiba: CRV, 2019.

LUGARINHO, Mário César. *Literatura e Solidariedade: traços do pensamento de Foucault na crítica literária brasileira nos anos noventa*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MARTINS, Leonardo Ferreira. **Livro digital interativo: uma articulação entre teoria, experimentação e design**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes & Design, Rio de Janeiro, 2017.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Revista de Psicologia da UNESP, 8(2). 2009.

MELLO, Ivan. *A experimentação da compreensão pelo educador em seu processo de subjetivação*. In: GALEFFI, Dante et al. **Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação**. Salvador: EDUNEB, 2016.

MELLO, Nancy Rigatto. **Livro Digital Acessível: Possibilidades e Limites do Uso da Tecnologia Assistiva**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo sob a orientação da Prof^ª. Dra. Ângela Maria Martins. São Paulo, 2015.

MENEZES, Ana; CAMPOS, Maria; SOUSA, Leliana. *Gestão do conhecimento e capital social: uma proposta metodológica para o desenvolvimento sustentável local*. In: SOUSA, Leliana; SANTOS, Luis. **Veredas da gestão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2012.

MOREIRA, José Antonio. **Pedagogia 2.0 na web social e o seu impacto no autoconceito de estudantes de pós-graduação.** Revista da FAEEBA, Salvador, v.24, n.44, p.25-39, jul/dez. 2015.

NONATO, Emanuel. *Tecnologia, construção do conhecimento e sociedade no capitalismo tardio.* In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação.** Salvador: EDUNEB, 2011.

NONATO; Emanuel; SALES, Mary; ALBUQUERQUE, Jader. **Educação a Distância: percursos e perspectivas.** Salvador: EDUNEB, 2017.

OLIVEIRA, Eduardo. *Ética e produção de subjetividade na formação de professores.* In: GALEFFI, Dante et al. **Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação.** Salvador: EDUNEB, 2016.

OLIVEIRA, Fabiano. **FÓRUM DE DISCUSSÃO E INTELIGÊNCIA COLETIVA: Um estudo do conceito de Pierre Lévy aplicado a uma ferramenta de atuação em EAD.** Revista Conexão v.1. N.1. Salvador: UNIJORGE - ISSN 2237-230X, 2011, 9-28.

OLIVEIRA, Fabiano. **Indivíduos em Rizoma: a sociabilidade em rede na Internet.** Resultados de uma Pesquisa de Campo. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

OLIVEIRA, Michele Marcos de. **Proposta de metodologia para desenvolvimento de produto inovador:** livro didático. Orientadora: Izabel Cristina Zattar. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2014.

PARANAGUÁ, Pedro. *Direitos autorais, novas tecnologias e acesso ao conhecimento.* In: PRETTO, Nelson; SILVEIRA, Sérgio. (org). **Além das Redes de Colaboração:** internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

PINSKY, Luciana. **Do papel ao digital:** como as novas tecnologias desafiam a função do editor de livros de história. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Ciência da computação – Orientador: Eugênio Bucce. São Paulo: USP, 2013.

POLICARPO JR, José. *Da relação entre educação e cultura.* In: GALEFFI, Dante et al. **Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação.** Salvador: EDUNEB, 2016.

PRATA, Carmem. **O livro digital:** um estudo de caso comparativo entre o impresso e o digital, na “Coleção Ditadura”. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PRETTO, Nelson. (org) **Tecnologias e novas educações.** Salvador: EDUFBA, 2005.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Nubia; MENEZES, Ana; CAMPOS, Fátima. *Difusão e gestão do conhecimento: conceitos, analogias, convergências e divergências.* In: MATTA, Eurico; ROCHA, José. **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento.** Salvador: EDUNEB, 2016.

- RIOS, Jocelma; ARAGÃO, José. *A difusão do conhecimento no processo de (in)formação dos conselheiros escolares visando a construção da democracia na educação básica pública*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- ROHR, Ferdinand. *Desânimo, depressão e cinismo do educador: uma questão de visão de vida?* In: GALEFFI, Dante et al. **Educação e difusão do conhecimento: caminhos da formação**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- SALES, Kathia. *Conhecimento do conhecimento: revisitando concepções e princípios*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- SALES, Kathia, *Cognição em ambientes com mediação telemática: uma proposta metodológica para análise cognitiva e da difusão social do conhecimento*. Tese de Doutorado. Orientador: Dante Augusto Galeffi. Salvador: UFBA-DMMDC, 2013.
- SALES, Kathia; GALEFFI, Dante. *Quatro conceitos fundantes da teoria de Paulo Freire e sua apropriação em uma epistemologia da difusão social do conhecimento*. In: MATTA, Eurico; ROCHA, José. **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- SANTOS, David; DUARTE, Francisco. *As potencialidades e desafios da construção e difusão do conhecimento através da TV digital*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento: perspectiva em ação**. Salvador: EDUNEB, 2011.
- SANTOS, Diogo; MORAIS, Carla; PAIVA, João. *O livro eletrônico: reflexões e perspectivas de um novo paradigma na sala de aula*. In: MATTA, Eurico; ROCHA, José. **Cognição: aspectos contemporâneos da construção e difusão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2016.
- SANTOS, Rosemary dos; SANTOS, Edméa Oliveira dos. **Pesquisando nos cotidianos da cibercultura: uma experiência de pesquisa-formação multirreferencial**. Revista da FAEEBA, Salvador, v.24, n.44, p.25-39, jul/dez. 2015.
- SILVA, Angela. **Aprendizagem em ambientes virtuais e educação a distância**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- SILVA, Bento; SOUZA, Karine. **Coinvestigar a distância em tempos de cibercultura: relato de uma experiência sobre compreende**. Revista da FAEEBA, Salvador, v.24, n.44, p.25-39, jul/dez. 2015.
- SOUSA, Leliana; PIMENTA, Lidia. *Nas trilhas do sentido da gestão do conhecimento*. In: SOUSA, Leliana; SANTOS, Luis. **Veredas da gestão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- SOUSA, Leliana; SANTOS, Luis. **Veredas da gestão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2012.
- SOUZA, Elmara; SENA, Claudia. *Concepções epistemológicas na formação de professores formadores em ambiente virtual e no processo ensino aprendizagem baseado em problema*

para deficientes visuais. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento**: perspectiva em ação. Salvador: EDUNEB, 2011.

SOUZA, Maria; BURNHAM, Teresinha. *Produção e compartilhamento do conhecimento em cursos a distância*. In: GALLEFI, Dante et al. **Epistemologia, construção e difusão do conhecimento**: perspectiva em ação. Salvador: EDUNEB, 2011.

STRATHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003.

STOPILHA, Ana; FERNANDES, Rosali. *Gestão do conhecimento: dimensão humana e social*. In: SOUSA, Leliana; SANTOS, Luis. **Veredas da gestão do conhecimento**. Salvador: EDUNEB, 2012.

TEDESCO, Silvia. *Subjetividade e seu plano de produção*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

TUCHERMAN, Ieda. *Michel Foucault, hoje ou ainda: do disposto de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VASCONCELLOS, Jorge. *Foucault, pensador do presente*. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina. **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Trad. Luís Lima. Lisboa: Edições Texto e Grafia, 2009.

ANEXOS



Fonte: Manual de Informações da EDUNEB: Conhecendo a editora e orientando o autor. (EDUNEB, 2016).



A Escola de Atenas de Rafael Sanzio. Disponível em: <
<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fdescontexto.com.br%2Fanalise-de-pintura-a-escola-de-atenas%2F&psig=AOvVaw1LMtfWZYEnymfUYHSlhyRw&ust=1630190970064000&source=images&cd=vfe&ved=0CAsQjRxqFwoTCJDLyuKk0vICFQAAAAAdAAAAABAJ>>